



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

1. DO PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA/MA**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.612.325/0001-98**, sediada na **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras**. CEP: 65.138-000 - Raposa/MA, por meio de sua **Secretaria Municipal de Saúde**, nomeada pela **Portaria GP nº 004/2024**, publicada no **Diário Oficial do Município-DOM** em **03 de janeiro de 2024**, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, na forma **ELETRÔNICA** com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO, GLOBAL**, sob a forma de Execução Indireta, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021 e suas alterações posteriores; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016; Decreto Municipal nº 169, de 29 de dezembro de 2023; demais normas regulamentares pertinentes à espécie; e, às exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **09 de janeiro** de 2025.

Horário: **09h00min** (horário de Brasília).

Início de acolhimento de propostas: **23 de dezembro** de 2024, às **09h00min**.

Abertura das propostas: **09 de janeiro** de 2025, às **09h00min**.

Data e a hora da disputa: **09 de janeiro** de 2025, às **09h10min**.

Endereço eletrônico: **bnc.org.br**.

Modo de Disputa: **Aberto**.

Critério de Julgamento: **Menor Preço, Global**.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, visando atender a demanda da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, do Município de Raposa/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O valor máximo estimado pela Administração para esta licitação será de até **R\$ 2.198.371,00 (dois milhões, cento e noventa e oito mil, trezentos e setenta e um reais)**.

2.3. A licitação será composta por **01 (um) lote único**, conforme **Planilha Orçamentária** constante no **Projeto Básico (ANEXO I)** do Edital.

2.4. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço, Global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para a abertura do Certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital.

3.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: **bnc.org.br**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

3.4.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.2. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Agente de Contratação serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão disponibilizados no sistema eletrônico para interessados.

4. DO ORGÃO RESPONSÁVEL

4.1. O órgão responsável pela demanda é a **Prefeitura Municipal de Raposa/MA**, através da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **bnc.org.br**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência Eletrônica.

5.2. O cadastro no “**Bolsa Nacional de Compras-BNC**” poderá ser iniciado no sítio **bnc.org.br**, com a solicitação de **chave** e **senha** pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência Eletrônica.

5.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação dos documentos pertinentes e os que estejam com Credenciamento regular no Sistema de **Bolsa Nacional de Compras-BNC: bnc.org.br**.

6.2. A presente Concorrência Eletrônica prevê a execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, caracterizando-se como serviços de natureza **indivisível**, o que afasta a aplicação da possibilidade de **subcontratação compulsória** e a possibilidade de **cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento)**, previstas no artigo 48, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, respectivamente, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

6.3. Os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 serão garantidos às Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e Microempreendedores Individuais-MEI, conforme normas previstas no Edital.

6.4. Qualquer empresa, enquadrada ou não como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, poderá apresentar proposta para os itens deste Edital.

6.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.5.1. Suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com a Prefeitura Municipal de Raposa e Secretarias Municipais, durante o prazo da sanção aplicada, na forma da legislação vigente;

6.5.2. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

6.5.3. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

6.5.4. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

6.5.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.6. Licitante cujo estatuto, contrato social ou instrumento equivalente não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

6.5.7. Licitantes que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.7.1. Poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os Licitantes que já estejam com o **plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente**, com a recuperação já deferida, conforme dispõe o artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, alterada pela Lei Federal nº 14.112/2020).

6.5.8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns (não poderão apresentar propostas para o mesmo item), ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.5.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, devido a falta de complexidade do objeto do certame, onde empresas participando separadamente conseguirão facilmente comprovar os requisitos necessários exigidos pelo Edital;

6.5.10. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.5.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIPI, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.5.12. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.5.13. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

6.5.14. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5.15. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.5.16. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

6.5.17. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.5.18. Agente público do órgão ou entidade licitante;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

6.5.19. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. O impedimento de que trata o **subitem 6.5.14** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.5.12 e 6.5.13** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.9. O disposto nos **subitens 6.5.12 e 6.5.13** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11. A vedação de que trata o **subitem 6.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.12. Cooperativas, nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 20.07.2012 e Súmula nº 281-TCU e considerando a vedação contida no artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União-AGU.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos, quando, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

7.7. Os documentos que compõem a proposta e habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor total (global) do lote;

8.1.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista fixada no **Projeto Básico (ANEXO I)** para cada item;

8.1.3. Descrição detalhada do objeto, devendo ser elaborada na forma deste Edital e seus anexos, contendo as quantidades e especificações dos produtos/serviços de forma detalhada (definidos no Anexo I deste Edital) para o(s) qual(ais) estiver apresentando proposta, e o(s) seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e preço(s) total(is) de cada item(ns) que estiver cotando.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.8. As propostas terão validade de, no mínimo, **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

8.9. A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante, com o seguinte conteúdo:

a) Carta-Proposta contendo os dados da empresa (razão social da empresa, endereço, fone/fax, e-mail), descrição dos serviços ofertados, prazo de execução, prazo de validade da Proposta e valor total proposto em algarismo e por extenso, data base (mês de referência), em conformidade com as quantidades, unidades e especificações previstas no **Projeto Básico**;

a.1) Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes.

a.2) Prazo de início de execução: até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

a.3) Prazo de execução: até **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

a.4) Local de execução: **Rua do Piqui, s/nº, bairro Pirâmide, Município de Raposa/MA**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

a.5) A Carta-Proposta deverá ser um anexo do Edital, mas licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes, de forma que não altere e/ou descaracterize a substância do modelo indicado.

a.6) O CNPJ registrado na Carta-Proposta deverá ser o mesmo da Nota Fiscal emitida por ocasião do pagamento do objeto contratado.

b) Planilha Orçamentária com indicação dos preços unitários e totais de cada item, em algarismos, e o valor total da Proposta em algarismos e por extenso, em Real (R\$), de acordo com as unidades e os quantitativos determinados na Planilha Orçamentária Base contida no **Projeto Básico**;

b.1) Somente serão aceitos preços com até **02 (duas) casas decimais** após a vírgula, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.069/1995.

c) Planilha de Composição de Preços Unitários por item ofertado, em conformidade com a Planilha Orçamentária, constando unidades e insumos com respectivos consumos, discriminando os percentuais de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI** e **Encargos Sociais** aplicados;

c.1) A Proposta deverá contemplar o salário normativo da Categoria de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

c.2) Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com a especificação técnica.

c.3) Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

c.4) Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico, **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**.

c.5) A ausência de preços na **Planilha de Composição de Preços Unitários** implicará na desclassificação da Proposta da licitante.

d) Cronograma Físico-Financeiro compatível com a obra, com a discriminação dos itens de serviço e periodicidade mensal, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observado o Cronograma Físico-Financeiro que integra este **Projeto Básico**;

d.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e constantes no Cronograma Físico-Financeiro deste documento;

e) Curva ABC de Serviços, em modelo próprio da licitante, desde que contenha todas as informações pertinentes;

f) Planilha de Composição de Benefício e Despesas Indiretas-BDI, com no máximo **02 (duas)** casas decimais após a vírgula;

f.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e atenda a legislação vigente.

f.2) A composição de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI** deverá observar a Súmula nº 254/2010-TCU que estabelece que o **Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL** não se consubstanciam em despesas indiretas passíveis de inclusão do **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**. Os tributos **Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL** não deverão integrar o cálculo do **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

f.3) Os itens 'Administração Local' e 'Custos com Mobilização/Desmobilização' devem compor a Planilha Orçamentária dos custos diretos, não sendo permitido inclusão na composição de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**, conforme entendimento pacificado do **Tribunal de Contas da União-TCU**.

g) Planilha de Composição de Encargos Trabalhistas e Sociais com no máximo **02 (duas)** casas decimais após a vírgula.

g.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e atenda a legislação vigente.

8.10. Os documentos exigidos nas alíneas "b" a "g" acima elencados deverão, necessariamente, ser assinados pelo **representante legal da licitante** e pelo **Responsável Técnico**, devidamente registrado no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, com identificação e número do seu registro, nos termos dos artigos 7º e 14, da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Resolução nº 282, de 24 de agosto de 1983, do **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia-CONFEA**. A Carta-Proposta deverá ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, bem como a proposta que indique o licitante.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que tenha o valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Agente de Contratação e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Total do Lote (Global)**.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20s (vinte segundos)** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **03s (três segundos)**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**;

9.11. Modo de Disputa Aberto: (definido no preâmbulo do Edital).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- 9.11.1.** Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “**aberto**” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 9.11.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10min (dez minutos)** e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos **02min (dois minutos)** do período de duração da sessão pública.
- 9.11.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.11.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.11.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 05% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pelos membros, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.11.6.** Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.12.** Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 9.14.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10min (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.16.** O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço, Global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18.** Em relação a item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 9.19.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.20.** Melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05min (cinco minutos) controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

9.22. Caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.24. Ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

9.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;

9.24.2.2. empresas brasileiras;

9.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

9.25. Negociação:

9.25.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.26. Proposta Adequada:

9.26.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02h (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, qual seja, menor que 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração.

10.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Participante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

10.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico **bnc.org.br** os **Documentos exigidos para Habilitação** previstos no Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, no prazo de **02 (duas) horas**, após a solicitação feita pelo Agente de Contratação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro.

11.2.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.2. Consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02h (duas horas)**, sob pena de inabilitação.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.7.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

11.7.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.7.1.3. No caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

11.7.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.7.1.9. Alvará de Funcionamento de Titularidade da empresa licitante, expedido pela Prefeitura Municipal (Sede da licitante), com vigência atualizada.

11.7.1.10. Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, devidamente atualizada.

11.7.1.11. Certidão Específica, emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, devidamente atualizada.

11.8. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, conforme o caso;

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS;

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão negativa de débitos Estadual e quanto à dívida ativa estadual).

11.8.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

11.8.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das certidões negativa de débitos municipal e quanto à dívida ativa municipal;

11.8.7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante a apresentação da Ficha Cadastral do Contribuinte Estadual e/ou Dados Cadastrais do Contribuinte Municipal.

11.8.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja Microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da administração.

11.9. CAPACIDADE TÉCNICA

a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA, da sede da empresa;

b) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA, do Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista, Responsável Técnico pela execução de obras e serviços de engenharia, devendo comprovar seu vínculo com a empresa proponente.

b.1) A comprovação do vínculo profissional do **Responsável Técnico** será feita mediante cópia da **Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS** ou da **Ficha de Registro de Empregados-FRE** que demonstre a identificação do profissional, com o visto do **Ministério do Trabalho-MT** ou **Contrato de Trabalho** ou **Contrato de Prestação de Serviços** registrado na **Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, da região competente, em que conste o profissional como **Responsável Técnico**.

b.2) Quando o **Responsável Técnico** indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do **Ato Constitutivo** da empresa ou **Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, devidamente atualizada.

b.3) Em caso de **não comprovação de vínculo empregatício**, o licitante poderá apresentar, em substituição, uma **Declaração de Contratação Futura**, declarando que o **Responsável Técnico** será futuramente contratado pela empresa. A Declaração deverá ser assinada conjuntamente pelo Representante Legal do licitante e pelo **Responsável Técnico** indicado e cujo vínculo será posteriormente comprovado.

b.4) É vedada a indicação de um mesmo **Responsável Técnico** por mais de uma empresa proponente, fato este que **inabilitará todas as envolvidas**.

c) Qualificação Técnico-Profissional:

c.1) comprovação do **Responsável Técnico**, indicado na alínea “b”, é detentor de **Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas similares ao objeto;

c.2) deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados de Capacidade Técnicos registrados no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

c.3) quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal dos serviços, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

c.3.1) Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato Administrativo; ou

c.3.2) Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado; ou

c.3.3) Contrato Administrativo firmado entre contratado principal e a licitante subcontratada, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente;

c.3.4) a não apresentação de documentação comprobatória prevista nas alíneas anteriores não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pelo Agente de Contratação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

c.4) Não será aceito **Certidão de Acervo Técnico-CAT** ou **Atestado** de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica.

d) Qualificação Técnico-Operacional:

d.1) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em nome da **empresa licitante** ou do seu **Responsável Técnico**, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, com a **comprovação de vínculo empregatício**, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas similares ao objeto;

d.1.1) Deverão constar, preferencialmente, dos Atestados de Capacidade Técnicos registrados no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

d.1.2) quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal dos serviços, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

d.1.2.1) Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato Administrativo; ou

d.1.2.2) Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado; ou

d.1.2.3) Contrato Administrativo firmado entre contratado principal e a licitante subcontratada, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente;

d.1.2.4) a não apresentação de documentação comprobatória prevista nas alíneas anteriores não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pelo Agente de Contratação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

d.1.3) Para fins de comprovação de Qualificação Técnico-Operacional será aceito o somatório de atestados;

d.1.4) Não será aceito **Certidão de Acervo Técnico-CAT** ou **Atestado** de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica.

e) Declaração formal indicando o **Responsável Técnico** que se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro Profissional;

e.1) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

f) Declaração formal que irá disponibilizar e apresentar relação explícita das instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerando o mínimo essencial para o cumprimento do Contrato Administrativo decorrente da licitação, em papel timbrado da licitante, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

11.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo fórum da sede da pessoa jurídica, em que conste o prazo de validade e, não havendo, somente será aceita com a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos;

11.10.2. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

11.10.2.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

11.10.2.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.10.2.3. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

11.10.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrados na Junta Comercial ou registrados eletronicamente na Receita Federal, através do Sistema Público de Escrituração Digital-SPED, conforme o caso.

11.10.2.5. Todas as empresas deverão apresentar as Notas Explicativas.

11.10.3. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual-MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado:

11.10.3.1. da Certidão Simplificada e Certidão Específica, emitida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, devidamente atualizada;

11.10.3.2. da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e,

11.10.3.3. da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.10.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.10.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

11.10.6. As licitantes deverão apresentar juntamente com os seus documentos de habilitação:

11.10.6.1. Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

11.10.6.2. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

11.10.6.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.10.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante as sanções previstas em lei e neste Edital.

11.10.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.10.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.10.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.10.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital

11.10.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.10.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

11.10.16. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação, implicará na inabilitação do licitante.

11.10.17. Da sessão pública da Concorrência Eletrônica divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), deverá ser encaminhada no prazo de **02h (duas horas)**, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

13.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (artigo 12, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.1.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.1.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.1.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.1.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes do objeto deste **Edital** correrão à conta de recursos específicos, consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02.04.02 - Fundo Municipal de Saúde.
Função Programática:	10.301.0013.1043.0000 - Construção de Unidade de Saúde.
Categoria Econômica:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

16. DOS RECURSOS

16.1. O Agente de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo de 05min (cinco minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.3. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.3.1. Nota explicativa: no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação - TCU Acórdão 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

16.4. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. O adjudicatário poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data de sua assinatura**, condicionada sua eficácia à publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado por igual período.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

18.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes a prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

18.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

18.4. A adjudicatária terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

18.6. O prazo previsto nos subitens anteriores poderá ser prorrogado, por iguais períodos, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento/execução e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico e Minuta do Contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e Minuta do Contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** das obras e serviços de engenharia, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Contrato Administrativo e Extrato do Contrato Administrativo;
- b) Ordem de Serviço;
- c) Relatório das obras e serviços de engenharia executados, contendo Planilha com a indicação das quantidades e preços, respectivos períodos de execução e valor total mensal;
- d) Certidões e documentos de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:
 - d.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
 - d.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;
 - d.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
 - d.4) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Municipal;
 - d.5) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
 - d.6) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
 - d.7) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

e) Declaração Formal da CONTRATADA de que está cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato Administrativo, de acordo com o disposto no artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

f) Cópia da **Guia da Previdência Social-GPS**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

g) Cópia da **Guia de Recolhimento do FGTS-GRF**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

h) Comprovante de recolhimento do **Programa Integração Social-PIS** e do **Imposto Sobre Serviços-ISS**, quando for o caso, observado o prazo de até **20 (vinte) dias consecutivos** após o recolhimento destes encargos.

21.2. A Nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** responsável pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia, que também deverá conferir toda a documentação constante no item anterior.

21.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados nos **itens 21.1 e 21.2**, o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

21.4. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

21.5. A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

21.6. A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

21.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,5% (meio por cento) ao mês**, ou **06% (seis por cento) ao ano**, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365.$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

22.2. Caso algum licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade; deixar de apresentar a Proposta de Preços Adequada; apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução do seu objeto; falhar ou fraudar na execução do Contrato Administrativo; comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato Administrativo, ficará sujeita às seguintes penalidades:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

a) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Raposa/MA**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

22.3. Aplicando-se o disposto no artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento de obrigação sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

a) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor total do Contrato Administrativo, até o limite de **2% (dois por cento)**, em caso de atraso injustificado na entrega de documentos;

b) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso no **início da execução dos serviços**, considerando o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da respectiva **Ordem de Serviço**;

c) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso na **conclusão dos serviços**.

22.4. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

a) **advertência**;

b) **multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total deste Contrato Administrativo;

c) **suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.5. As sanções administrativas previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

22.6. Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a **Prefeitura Municipal de Raposa**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.

22.7. O CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

22.8. O não recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS** dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, serão consideradas faltas graves, compreendida como falha na execução do Contrato Administrativo, que poderá dar ensejo a sua rescisão, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de inidôneo.

22.9. Caberá ao **Fiscal do Contrato** ou à **Comissão de Fiscalização** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

22.10. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir da data da **Notificação**, em conta bancária a ser informada pela Administração.

22.11. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

22.12. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

22.13. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no **Diário Oficial do Municípios-DOM**, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A apresentação de documentos com o prazo de validade expirado acarretará a inabilitação do proponente (exceto nos casos de documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentados por Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP. E para os documentos cujo prazo de validade não venha expirado, será considerado o prazo como de até **60 (sessenta) dias consecutivos** anteriores a da data prevista para início da sessão pública desta licitação, exceto para os documentos que tenham validade indeterminada.

23.4. O prazo de validade de documentos citado no item anterior, é para qualquer documento apresentado por licitantes que participarem da presente licitação, inclusive, quando necessário, para os documentos que acompanham as propostas de preços.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. Fica vedada à contratada a subcontratação total do objeto desta licitação, assim como a parcial.

23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.9. O **Município de Raposa/MA**, por intermédio da autoridade competente, poderá revogar ou anular o certame, nas condições estabelecidas na legislação vigente, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização.

23.10. A **Prefeitura Municipal de Raposa/MA**, através do Agente de Contratação, poderá declarar este Pregão como deserto e/ou fracassado, quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto das especificações deste Edital, (até mesmo se apresentar (em) documentos de habilitação em desacordo com o Edital), ou quando for evidente que tenha falta de competência.

23.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.12. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Agente de Contratação porventura julgar necessário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

23.13. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

23.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal da Administração.

23.15. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.16. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP.

23.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.19. As empresas licitantes deverão sempre considerar a legislação em vigor, e caso haja divergência entre a Lei, este Edital e seus anexos, a Lei prevalecerá.

23.20. Este Edital e os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que mencione em um de seus documentos e se omita em outro, será considerado específico e válido. Qualquer modificação neste Edital deverá ser divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.21. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da **Prefeitura Municipal de Raposa/MA**.

23.22. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico **bnc.org.br**, e também no site: **www.raposa.ma.gov.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras. CEP: 65.138-000 - Raposa/MA, nos dias úteis de expediente, no horário das 08h00min às 12h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.23. Em todos os casos, será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24. DOS ANEXOS

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.1.1. ANEXO I - Projeto Básico;

24.1.1.1. ANEXO I-A - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;

24.1.1.2. ANEXO I-B - Planilha Orçamentária;

24.1.1.3. ANEXO I-C - Composição de Preços Unitários;

24.1.1.4. ANEXO I-D - Cronograma Físico-Financeiro;

24.1.1.5. ANEXO I-E - Curva ABC de Serviços;

24.1.1.6. ANEXO I-F - Composição de Custos, Planilha de Benefício e Despesas Indiretas-BDI;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- 24.1.1.7.** ANEXO I-G - Composição de Custos, Planilha de Encargos Sociais;
- 24.1.1.8.** ANEXO I-H - Plantas;
- 24.1.1.9.** ANEXO I-I - Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.
- 24.1.2.** ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato;
- 24.1.3.** ANEXO III - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação;
- 24.1.4.** ANEXO IV - Declaração que não Emprega Menor de Idade;
- 24.1.5.** ANEXO V - Declaração de Microempresa-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP;
- 24.1.6.** ANEXO VI - Declaração que Cumpre Plenamente os Requisitos de Habilitação;
- 24.1.7.** ANEXO VII - Carta-Proposta;
- 24.1.8.** ANEXO VIII - Declaração Negativa de Nepotismo;
- 24.1.9.** ANEXO IX - Declaração Negativa de Vínculo Empregatício.

Raposa/MA, **18** de **dezembro** de 2024.

RAIDÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

1. DO OBJETO

1.1. O presente **Projeto Básico** tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A justificativa para a **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, pode ser compreendida em várias perspectivas, levando em consideração as diretrizes do **Ministério da Saúde-MS** para a promoção do acesso à saúde e a melhoria das condições de atendimento à população:

2.1.1. Melhoria do Acesso à Saúde: A construção de uma **Unidade Básica de Saúde-UBS** visa garantir que a população do **Município de Raposa/MA** tenha acesso a serviços de saúde de qualidade, próximos às suas residências. Isso é particularmente importante em áreas periféricas e de difícil acesso, como é o caso de muitas comunidades rurais ou de municípios menores. A **Unidade Básica de Saúde-UBS** é um ponto de atenção primária, onde os cidadãos podem contar com consultas médicas, exames, vacinação e outros serviços essenciais de saúde;

2.1.2. Atendimento Integral e Prevenção: O modelo de **Unidade Básica de Saúde-UBS** com o **Projeto Padronizado Padrão 02** visa promover o atendimento integral à saúde, que abrange tanto a prevenção quanto o tratamento de doenças. A construção de uma **Unidade Básica de Saúde-UBS** equipada e com uma estrutura adequada permite à população receber cuidados preventivos, como exames de rotina, campanhas de vacinação, acompanhamento de doenças crônicas e ações educativas sobre saúde;

2.1.3. Atendimento Descentralizado: O projeto de **Unidade Básica de Saúde-UBS**, com seu padrão arquitetônico e funcional, busca descentralizar os serviços de saúde, evitando a sobrecarga das unidades de atendimento de maior complexidade, como os hospitais. Ao trazer serviços básicos para a comunidade, reduz-se a necessidade de deslocamentos longos e, consequentemente, a demanda por serviços de saúde de maior complexidade;

2.1.4. Estrutura Adequada e Funcional: O **Projeto Padronizado Padrão 02 do Ministério da Saúde-MS** oferece uma infraestrutura com características que atendem às necessidades da **Unidade Básica de Saúde-UBS**, com salas de atendimento médico, salas de curativos, recepção, sanitários acessíveis, entre outros ambientes. A construção em alvenaria garante uma estrutura sólida, durável e segura, além de ser adequada para o tipo de atendimento que será oferecido;

2.1.5. Ampliação da Rede de Atenção Primária à Saúde-APS: A construção de **Unidade Básica de Saúde-UBS** é uma ação alinhada às políticas de ampliação da rede de Atenção Primária à Saúde-APS no Brasil. A Atenção Primária à Saúde-APS é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde-SUS, e a **Unidade Básica de Saúde-UBS** funciona como um centro de referência para o cuidado contínuo da saúde da população, promovendo a integração de ações de saúde em nível local e comunitário;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

2.1.6. Atendimento a Programas de Saúde Pública: A **Unidade Básica de Saúde-UBS**, além de atuar no atendimento clínico geral, também desempenha um papel importante na execução de programas nacionais e estaduais de saúde pública, como o combate à dengue, a hipertensão e diabetes, e ações relacionadas à saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso, entre outros;

2.1.7. Atendimento à População Vulnerável: Municípios como Raposa/MA, que estão inseridos em regiões com indicadores de vulnerabilidade social e econômica, precisam de serviços de saúde acessíveis e de qualidade. A construção da **Unidade Básica de Saúde-UBS** é uma resposta a essa demanda, melhorando a qualidade de vida e a saúde da população local, incluindo grupos mais vulneráveis, como pessoas em situação de rua, idosos, crianças e gestantes;

2.1.8. Desenvolvimento Local: A construção da **Unidade Básica de Saúde-UBS** também pode ser vista como uma ação de desenvolvimento social e local, criando empregos temporários durante a obra e melhorando a infraestrutura urbana da cidade. Além disso, a **Unidade Básica de Saúde-UBS** pode estimular o desenvolvimento de outras áreas da saúde no Município, como a formação de equipes de profissionais de saúde locais.

2.2. Em resumo, a construção da **Unidade Básica de Saúde-UBS** no **Município de Raposa/MA**, com base no **Projeto Padronizado Padrão 02** do **Ministério da Saúde-MS**, visa atender a uma série de objetivos essenciais para a melhoria do acesso à saúde, promoção da saúde preventiva e atenção integral à população, tudo isso com foco na qualidade de vida dos cidadãos e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde-SUS.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Em cumprimento ao dever de licitar previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a contratação deverá adotar a modalidade **Concorrência Eletrônica**, considerando que se trata de **obras e serviços de engenharia**.

3.2. Portanto, os atos administrativos pertinentes à licitação e às eventuais contratações posteriores reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na seguinte legislação aplicável:

- a)** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b)** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021 e suas alterações posteriores;
- c)** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;
- d)** Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão-SG, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital-SEDGGD, do Ministério da Economia-ME, enquanto parâmetro de boa prática;
- e)** Decreto Municipal nº 160, de 27 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a elaboração do Projeto Básico-TR, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;
- f)** Decreto Municipal nº 161, de 27 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares-ETP, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;
- g)** Decreto Municipal nº 164, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as diretrizes para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos;
- h)** Decreto Municipal nº 166, de 28 de dezembro de 2023, que normatiza a Gestão e Fiscalização de Contratos;
- i)** Decreto Municipal nº 167, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a realização de Pesquisa de Preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nas contratações públicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

j) Decreto Municipal nº 169, de 29 de dezembro de 2023, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;

k) Edital da Concorrência Eletrônica e seus anexos;

l) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;

m) subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.3. Os serviços de engenharia objeto deste **Projeto Básico** deverão ser executados em total observância às normas estabelecidas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT** e aos anexos que integram este **Projeto Básico**, em especial a **Planilha Orçamentária**.

4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E FAVORECIDO PARA MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS-MEI

4.1. A presente **Concorrência Eletrônica** prevê a execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, caracterizando-se como serviços de natureza **indivisível**, o que afasta a aplicação da possibilidade de **subcontratação compulsória** e a possibilidade de **cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento)**, previstas no artigo 48, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, respectivamente, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4.2. Os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 serão garantidos às Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP e Microempreendedores Individuais-MEI, conforme normas previstas no Edital.

5. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor estimado para execução dos serviços é de **R\$ 2.198.371,00 (dois milhões, cento e noventa e oito mil, trezentos e setenta e um reais)**, conforme **Planilha Orçamentária** integrante do presente **Projeto Básico**.

5.2. O valor unitário de serviços e insumos, resumido na **Planilha Orçamentária** deste **Termo de Referência**, foi estimado com base no:

5.2.1. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI, com data-base de **Agosto/2024**, para o **Estado do Maranhão**;

5.2.2. Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe-ORSE, com data-base de **Junho/2024**;

5.2.3. Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará-SEINFRA/CE 028;

5.2.4. Campo de Composição Stabile-SBC, com data-base de **Outubro/2024**.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste **Projeto Básico** correrão à conta de recursos específicos, consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Unidade Orçamentária:	02.04.02 - Fundo Municipal de Saúde.
Função Programática:	10.301.0013.1043.0000 - Construção de Unidade de Saúde.
Categoria Econômica:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. As obras e serviços de engenharia serão executados sob o **Regime de Execução Indireta, Empreitada por Preço Global**, atendidas as especificações fornecidas pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

7. DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução de obras e serviços de engenharia no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

7.1.1. O prazo de início da execução de obras e serviços de engenharia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O prazo previsto para execução das obras e serviços de engenharia é de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**, conforme **Cronograma Físico-Financeiro** integrante do presente **Projeto Básico**.

8.1.1. O prazo de execução das obras e serviços de engenharia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

8.1.2. Caso ocorra prorrogação, a CONTRATADA deverá formalizar o pedido de prorrogação por meio de **Relatório Técnico** circunstanciado, acompanhado de novo **Cronograma Físico-Financeiro** adaptado às novas condições propostas.

9. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. As obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, serão executadas na **Rua do Piqui, s/nº, bairro Pirâmide, Município de Raposa/MA**.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes a prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

10.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, da sede da empresa;

b) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, do **Engenheiro Civil** e **Engenheiro Eletricista**, **Responsável Técnico** pela execução de obras e serviços de engenharia, devendo comprovar seu vínculo com a empresa proponente.

b.1) A comprovação do vínculo profissional do **Responsável Técnico** será feita mediante cópia da **Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS** ou da **Ficha de Registro de Empregados-FRE** que demonstre a identificação do profissional, com o visto do **Ministério do Trabalho-MT** ou **Contrato de Trabalho** ou **Contrato de Prestação de Serviços** registrado na **Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, da região competente, em que conste o profissional como **Responsável Técnico**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

b.2) Quando o **Responsável Técnico** indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do **Ato Constitutivo** da empresa ou **Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, devidamente atualizada.

b.3) Em caso de **não comprovação de vínculo empregatício**, o licitante poderá apresentar, em substituição, uma **Declaração de Contratação Futura**, declarando que o **Responsável Técnico** será futuramente contratado pela empresa. A Declaração deverá ser assinada conjuntamente pelo Representante Legal do licitante e pelo **Responsável Técnico** indicado e cujo vínculo será posteriormente comprovado.

b.4) É vedada a indicação de um mesmo **Responsável Técnico** por mais de uma empresa proponente, fato este que **inabilitará todas as envolvidas**.

c) Qualificação Técnico-Profissional:

c.1) comprovação do **Responsável Técnico**, indicado na alínea “b”, é detentor de **Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas similares ao objeto;

c.2) deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados de Capacidade Técnicos registrados no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

c.3) quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal dos serviços, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

c.3.1) Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato Administrativo; ou

c.3.2) Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado; ou

c.3.3) Contrato Administrativo firmado entre contratado principal e a licitante subcontratada, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente;

c.3.4) a não apresentação de documentação comprobatória prevista nas alíneas anteriores não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pelo Agente de Contratação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

c.4) Não será aceito **Certidão de Acervo Técnico-CAT** ou **Atestado** de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica.

d) Qualificação Técnico-Operacional:

d.1) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em nome da **empresa licitante** ou do seu **Responsável Técnico**, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico-CAT**, com a **comprovação de vínculo empregatício**, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas similares ao objeto;

d.1.1) Deverão constar, preferencialmente, dos Atestados de Capacidade Técnicos registrados no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

d.1.2) quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal dos serviços, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

d.1.2.1) Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato Administrativo; ou

d.1.2.2) Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado; ou

d.1.2.3) Contrato Administrativo firmado entre contratado principal e a licitante subcontratada, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente;

d.1.2.4) a não apresentação de documentação comprobatória prevista nas alíneas anteriores não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pelo Agente de Contratação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

d.1.3) Para fins de comprovação de Qualificação Técnico-Operacional será aceito o somatório de atestados;

d.1.4) Não será aceito **Certidão de Acervo Técnico-CAT** ou **Atestado** de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica.

e) Declaração formal indicando o **Responsável Técnico** que se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro Profissional;

e.1) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE;

f) Declaração formal que irá disponibilizar e apresentar relação explícita das instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerando o mínimo essencial para o cumprimento do Contrato Administrativo decorrente da licitação, em papel timbrado da licitante, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo **MENOR PREÇO, GLOBAL**.

12.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante, com o seguinte conteúdo:

a) Carta-Proposta contendo os dados da empresa (razão social da empresa, endereço, fone/fax, e-mail), descrição dos serviços ofertados, prazo de início de execução, prazo de validade da Proposta e valor total proposto em algarismo e por extenso, data base (mês de referência), em conformidade com as quantidades, unidades e especificações previstas neste **Projeto Básico**;

a.1) Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes.

a.2) Prazo de início de execução: até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

a.3) Prazo de execução: até **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

a.4) Local de execução: **Rua do Piqui, s/nº, bairro Pirâmide, Município de Raposa/MA**;

a.5) A Carta-Proposta deverá ser um anexo do Edital, mas licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes, de forma que não altere e/ou descaracterize a substância do modelo indicado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

a.6) O CNPJ registrado na Carta-Proposta deverá ser o mesmo da Nota Fiscal emitida por ocasião do pagamento do objeto contratado.

b) Planilha Orçamentária com indicação dos preços unitários e totais de cada item, em algarismos, e o valor total da Proposta em algarismos e por extenso, em Real (R\$), de acordo com as unidades e os quantitativos determinados na Planilha Orçamentária Base contida no **Projeto Básico**;

b.1) Somente serão aceitos preços com até **02 (duas) casas decimais** após a vírgula, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.069/1995.

c) Planilha de Composição de Preços Unitários por item ofertado, em conformidade com a Planilha Orçamentária, constando unidades e insumos com respectivos consumos, discriminando os percentuais de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI** e **Encargos Sociais** aplicados;

c.1) A Proposta deverá contemplar o salário normativo da Categoria de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

c.2) Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com a especificação técnica.

c.3) Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

c.4) Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico, **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**.

c.5) A ausência de preços na **Planilha de Composição de Preços Unitários** implicará na desclassificação da Proposta da licitante.

d) Cronograma Físico-Financeiro compatível com a obra, com a discriminação dos itens de serviço e periodicidade mensal, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observado o Cronograma Físico-Financeiro que integra este **Projeto Básico**;

d.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e constantes no Cronograma Físico-Financeiro deste documento;

e) Curva ABC de Serviços, em modelo próprio da licitante, desde que contenha todas as informações pertinentes;

f) Planilha de Composição de Benefício de Despesas Indiretas-BDI, com no máximo **02 (duas)** casas decimais após a vírgula;

f.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e atenda a legislação vigente.

f.2) A composição de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI** deverá observar a Súmula nº 254/2010-TCU que estabelece que o **Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL** não se consubstanciam em despesas indiretas passíveis de inclusão do **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**. Os tributos **Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL** não deverão integrar o cálculo do **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima.

f.3) Os itens '**Administração Local**' e '**Custos com Mobilização/Desmobilização**' devem compor a Planilha Orçamentária dos custos diretos, não sendo permitido inclusão na composição de **Benefício e Despesas Indiretas-BDI**, conforme entendimento pacificado do **Tribunal de Contas da União-TCU**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

g) Planilha de Composição de Encargos Trabalhistas e Sociais com no máximo **02 (duas)** casas decimais após a vírgula.

g.1) A licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e atenda a legislação vigente.

12.3. Os documentos exigidos nas alíneas “b” a “g” acima elencados deverão, necessariamente, ser assinados pelo **representante legal da licitante** e pelo **Responsável Técnico**, devidamente registrado no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, com identificação e número do seu registro, nos termos dos artigos 7º e 14, da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Resolução nº 282, de 24 de agosto de 1983, do **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia-CONFEA**. A Carta-Proposta deverá ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

13. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. No prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo, a CONTRATADA deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos seguintes documentos, enquanto condição para a emissão da **Ordem de Serviço** e para o efetivo início das atividades:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, referente às obras e serviços de engenharia contratados, constando como **Responsável Técnico** o profissional indicado na Documentação de Habilitação;
- b) Cadastro Nacional de Obras-CNO**;
- c) Relatório Diário de Obras-RDO**;
- d) Licenças Ambientais** necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes.

13.2. Após a análise e aprovação dos documentos acima relacionados, o CONTRATANTE poderá emitir a **Ordem de Serviço**.

14. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

14.1. As obras e serviços de engenharia deverão ser acompanhados por **Responsável Técnico**, cujo nome deverá constar na respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, conforme o caso, referente às obras e serviços de engenharia executados.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a garantir que o **Responsável Técnico** indicado na Documentação de Habilitação realize pessoal e diretamente a coordenação e acompanhamento dos serviços objeto do Contrato Administrativo.

14.3. A substituição do **Responsável Técnico**, durante a execução do Contrato Administrativo, será admitida:

- a)** nos casos excepcionais em que se justifiquem motivo superveniente fora do controle razoável da empresa, caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados e aceitos pela Administração;
- b)** a qualquer tempo, nos casos em que a Administração julgar que a atuação, permanência ou comportamento do profissional seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público, mediante solicitação por escrito com as necessárias justificativas.

14.4. A CONTRATADA deverá apresentar currículo de outro profissional com qualificações equivalentes ou superiores.

14.5. A CONTRATADA não deverá reivindicar custos adicionais resultantes ou incidentes sobre qualquer substituição do **Responsável Técnico** ou de qualquer outro membro da equipe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

15. DO RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS-RDO

15.1. A CONTRATADA deverá fornecer e manter disponível 01 (um) Relatório Diário de Obras-RDO, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo **Responsável Técnico** da CONTRATADA e pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento das obras e serviços de engenharia, bem como especificados detalhadamente os serviços em execução e registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução do Contrato Administrativo.

15.2. A abertura do Diário de Obras deverá ser feita juntamente com o **Fiscal do Contrato** ou com a **Comissão de Fiscalização** no dia de início dos serviços, a quem caberá confirmar ou retificar os registros.

15.3. Será tolerado o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, ser aplicadas as sanções administrativas cabíveis.

15.4. Caso o Diário de Obras não seja preenchido no prazo de **48h (quarenta e oito horas)** horas após a ocorrência de evento relevante, o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá fazer o registro que achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando a CONTRATADA, no caso de dias improdutivos passíveis de prorrogação de prazos, ou em qualquer outro caso, sem direito a nenhuma reivindicação.

15.5. Os registros no livro de Diário de Obras serão de responsabilidade da CONTRATADA, considerando sua responsabilidade pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

16. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

16.1. A CONTRATADA deverá prestar as obras e serviços de engenharia através de mão de obra qualificada, com fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no **Projeto Básico** e seus anexos, na Proposta de Preços e no Contrato Administrativo.

16.2. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** qualquer alteração nas Relações dos Empregados, decorrentes de eventuais substituições ou mesmo de admissão de novos empregados, considerando a análise dos dados pertinentes ao pagamento de salários e recolhimentos dos encargos sociais e previdenciários.

16.3. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá solicitar a substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, fixando o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)** contado do recebimento da **Notificação**.

16.4. A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança no local de prestação dos serviços, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

16.5. Caso durante o desenvolvimento dos serviços ocorra atraso na execução, a CONTRATADA deverá alocar recursos humanos para aumentar a produtividade, sendo que os custos decorrentes serão de sua exclusiva responsabilidade não cabendo qualquer pleito ou reivindicação para aditivo de valor do Contrato Administrativo.

17. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E INSUMOS

17.1. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

17.2. A conformidade dos materiais de consumo, equipamentos, ferramentas e insumos utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, de acordo com o estabelecido no **Projeto Básico** e no Contrato Administrativo, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

17.3. É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo ser empregados materiais novos e originais na execução dos serviços, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante no ato de instalação/montagem ou operação/teste.

17.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o transporte e o manuseio dos materiais necessários para a execução dos serviços, até a entrega e recebimento definitivo por parte do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**.

17.5. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá solicitar amostra para análise de material específico, quando julgar conveniente, de acordo com o seguinte procedimento previsto no **Projeto Básico**.

17.6. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** não tomará conhecimento de materiais que por ventura existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com o procedimento ora estabelecido.

17.6.1. A CONTRATADA deverá proceder à remoção destes materiais não aprovados, observado o prazo de **48h (quarenta e oito horas)**, contado do recebimento da **Notificação** emitida pela **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, devendo arcar com todos os custos decorrentes da remoção.

17.7. A CONTRATADA deverá realizar os ensaios, testes e demais provas de materiais empregados na execução dos serviços, observados os métodos adequados preconizados nas normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT**, quando houver necessidade e for solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, sem ônus para o CONTRATANTE.

17.8. A CONTRATADA deverá realizar controle tecnológico de materiais empregados na execução dos serviços, respeitando as recomendações prescritas na norma brasileira, quando houver necessidade e for solicitado pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, sem ônus para o CONTRATANTE.

17.9. Os materiais provenientes de demolição ou desmontagem, reaproveitáveis ou não, deverão ser removidos para os locais indicados pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, sendo que ao término dos serviços a CONTRATADA será responsável pela limpeza da área.

18. DAS CORREÇÕES DE SERVIÇOS IMPUGNADOS

18.1. A CONTRATADA deverá reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**.

18.2. A indicação de rejeição total/parcial dos serviços deverá ser expressamente indicada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** no Diário de Obras.

19. DA SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS IMPUGNADOS

19.1. A CONTRATADA deverá reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**.

19.2. A indicação de rejeição total/parcial dos materiais, ferramentas, equipamentos e insumos deverá ser expressamente indicada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** no Diário de Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para execução de obras e serviços de engenharia, a CONTRATADA, obriga-se a:

a) Prestar as obras e serviços de engenharia necessários à execução do objeto, com a disponibilização de mão de obra qualificada, fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos e custos previstos no **Projeto Básico** e seus anexos, na Proposta de Preços e no Contrato Administrativo;

b) Iniciar a execução dos serviços mediante a apresentação da seguinte documentação obrigatória, observado o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do **Contrato Administrativo**:

b.1) Anotação de Responsabilidade Técnica-ART registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, referente às obras e serviços de engenharia contratados, constando como **Responsável Técnico** o profissional indicado na Documentação de Habilitação;

b.2) Cadastro Nacional de Obras-CNO;

b.3) Relatório Diário de Obras-RDO;

b.4) Licenças Ambientais necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes.

c) Iniciar a execução dos serviços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**;

d) Executar os serviços no prazo de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**;

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do artigo 125, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) Facilitar a ação do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização** na inspeção das obras e serviços de engenharia, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

g) Fornecer e manter 01 (um) Relatório Diário de Obras-RDO, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento das obras e serviços de engenharia, bem como especificados detalhadamente os serviços em execução e registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução dos serviços;

h) Reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**;

i) Reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**;

j) Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

k) Comunicar o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização**, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços;

l) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- m)** Nomear preposto para representá-lo na execução do Contrato Administrativo, durante o período de vigência;
- n)** Selecionar e preparar os empregados que irão prestar os serviços, com a devida assinatura da **Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS**, com as funções profissionais legalmente registradas;
- o)** Identificar seus empregados por meio de crachás, com fotografia recente;
- p)** Fornecer os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo) indispensáveis para a execução dos serviços, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- q)** Manter o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- r)** Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, observado o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, após o recebimento da **Notificação**;
- s)** Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;
- t)** Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- u)** Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas inerentes ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato Administrativo, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência as suas obrigações, não se transfere à Administração;
- v)** Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato Administrativo;
- w)** Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- x)** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pelo CONTRATANTE;
- y)** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e incêndios durante a execução dos serviços;
- z)** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- aa)** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato Administrativo;
- bb)** Responsabilizar-se por todos os custos, emolumentos, despesas e honorários de possíveis Ações trabalhistas, civis ou penais, relacionadas à execução do Contrato Administrativo, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

cc) Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a Administração por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a Administração no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

dd) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**;

ee) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, em especial a Lei Federal nº 9.605/1998;

ff) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua ou de seus empregados, prepostos ou contratados;

gg) Acatar todas as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

hh) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

ii) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato Administrativo, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1. O MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, obriga-se a:

a) emitir **Ordem de Serviço**, após a verificação de conformidade da documentação obrigatória exigida;

b) acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia por intermédio do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**;

c) analisar os materiais que serão utilizados nas obras e serviços de engenharia, podendo solicitar amostras quando se fizerem necessárias;

d) anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

e) notificar a CONTRATADA, conforme o caso, para reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva **Notificação**;

f) notificar a CONTRATADA, conforme o caso, para reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva **Notificação**;

g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

h) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços podendo interromper imediatamente sua prestação, se for o caso;

i) efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- j) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- k) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução de obras e serviços de engenharia;
- l) fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato Administrativo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

22.1. Durante a vigência do Contrato Administrativo, a execução do objeto será fiscalizada e acompanhada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes-SEMIT**, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade, dentre outras atribuições:

- a) exigir fiel cumprimento do Contrato Administrativo e seus eventuais aditivos;
- b) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, por meio do Gestor do Contrato;
- d) zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- i) verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CONTRATADA, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- j) anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- k) estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato Administrativo;
- l) determinar a paralisação da execução do Contrato Administrativo quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- m) emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras e serviços de engenharia executados ou daquilo que for produzido pela CONTRATADA;
- n) conhecer detalhadamente o Contrato Administrativo e as cláusulas nele estabelecidas;
- o) levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- p) indicar à **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS** que efetue glosas de medição por serviços mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades à CONTRATADA em face do inadimplemento das obrigações;
- q) confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados.

22.2. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no artigo 117, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

22.2.1. Os acontecimentos, instruções e demais comunicações deverão ser criteriosamente registrados no Relatório Diário de Obras-RDO, nas Atas das Reuniões e/ou em outros documentos produzidos durante a execução do Contrato Administrativo.

22.3. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços.

22.4. As medições serão formalizadas por meio de “**Boletins de Medição**” contendo, no mínimo, planilha com a relação de serviços efetivamente executados, quantidades, unidades, preços unitários, valor total da medição, e registros fotográficos.

22.5. As instruções e demais comunicações do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**, serão expedidas por escrito e deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

22.6. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos, em conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

23.1. A execução de obras e serviços de engenharia será acompanhada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** especialmente designado, do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes-SEMIT**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se o artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 166/2023.

23.2. O recebimento das obras e serviços de engenharia observará os seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório: as obras e serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, mediante verificação concomitante quanto à conformidade e qualidade, de acordo com as especificações constantes neste **Projeto Básico** e na Proposta de Preços da empresa, bem como atendimento das obrigações estipuladas no respectivo Contrato Administrativo;

b) Recebimento Definitivo: as obras e serviços de engenharia serão recebidos definitivamente após a verificação pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** e consequente aceitação, mediante “atesto” das obras e serviços de engenharia.

23.3. O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório das obras e serviços de engenharia.

23.4. Qualquer erro ou omissão na execução de obras e serviços de engenharia obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, as obras e serviços de engenharia impugnados, observado o prazo a ser estabelecido na respectiva **Notificação**.

23.5. O **Recebimento Definitivo** é condição indispensável para o pagamento das obras e serviços de engenharia.

23.6. O aceite/aprovação do serviço pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no artigo 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

24. DAS ALTERAÇÕES

24.1. O Contrato Administrativo pode ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos índices utilizados pelo **Índice Nacional de Custo de Construção-INCC**, para obras e serviços de engenharia públicos, apurados e fornecidos pela **Fundação Getúlio Vargas-FGV**, após decorrido **01 (um) ano** do mês base da Proposta de Preços que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do artigo 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001, sendo o índice inicial (I₀) referente ao mês do Orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS/Índice Nacional de Custo de Construção-INCC**.

25.2. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$I_r = \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde,

I_r - Índice de reajustamento desejado;

I₁ - Índice referente ao mês, após 01 (um) ano;

I₀ - Índice referente ao mês da data da Proposta de Preços.

25.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a data-limite da apresentação da Proposta de Preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por **12 (doze) meses**, e assim sucessivamente a cada **12 (doze) meses**.

25.4. A data base de referência da Proposta de Preços será a data de apresentação da Proposta de Preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

25.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

25.6. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o Contrato Administrativo sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

25.7. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

25.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

25.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

25.11. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.12. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos deste item.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

25.13. O reajuste poderá ser formalizado por meio de Apostilamento do Contrato Administrativo vigente.

26. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1. Os preços unitários e o saldo do Contrato Administrativo poderão ser revistos para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, considerando a relação de equivalência formada pelo conjunto dos encargos impostos pela Administração e pela remuneração proposta pela CONTRATADA, a teor do disposto no artigo 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

26.1.1. O pedido de Revisão poderá ser formalizado a qualquer momento durante o prazo de vigência do Contrato Administrativo.

26.2. A revisão tem por finalidade restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato Administrativo, nas seguintes hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a)** sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;
- b)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

26.3. A CONTRATADA deverá encaminhar o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** o pedido de Revisão com as devidas justificativas, acompanhado de documentação que comprove a ocorrência de uma das hipóteses indicadas no subitem anterior e de Planilha Orçamentária que demonstre a defasagem de preços ensejadora do desequilíbrio do Contrato Administrativo.

26.4. A Administração deverá examinar a situação originária, à época da apresentação da Proposta de Preços, e a situação posterior constante no pedido da CONTRATADA, podendo solicitar documentos adicionais.

26.5. A CONTRATANTE recusará o pedido de Revisão diante das seguintes situações:

- a)** ausência de elevação dos encargos;
- b)** ocorrência do evento anterior à formulação da Proposta de Preços;
- c)** ausência de nexo causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos;
- d)** culpa exclusiva da CONTRATADA pela majoração de seus encargos.

26.6. A Revisão do Contrato será formalizada mediante Termo Aditivo.

27. DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

27.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato Administrativo, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

28. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SOCIAL, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

28.1. A utilização temporária ou não de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto do Contrato Administrativo, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista, social, previdenciária ou fiscal para o CONTRATANTE.

28.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, social, previdenciários, sociais e comerciais, estabelecidos no Contrato Administrativo, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato Administrativo ou restringir a regularização e a execução dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

29.2. Caso algum licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade; deixar de apresentar a Proposta de Preços Adequada; apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução do seu objeto; falhar ou fraudar na execução do Contrato Administrativo; comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato Administrativo, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Raposa/MA**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

29.3. Aplicando-se o disposto no artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento de obrigação sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

a) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor total do Contrato Administrativo, até o limite de **2% (dois por cento)**, em caso de atraso injustificado na entrega de documentos;

b) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso no **início da execução dos serviços**, considerando o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da respectiva **Ordem de Serviço**;

c) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso na **conclusão dos serviços**;

d) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso na **conclusão dos serviços**.

29.4. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, além das multas aludidas no subitem anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

a) **advertência**;

b) multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total deste Contrato Administrativo;

c) **suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29.5. As sanções administrativas previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

29.6. Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a **Prefeitura Municipal de Raposa**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.

29.7. O CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

29.8. O não recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS** dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, serão consideradas faltas graves, compreendida como falha na execução do Contrato Administrativo, que poderá dar ensejo a sua rescisão, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de inidôneo.

29.9. Caberá ao **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

29.10. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir da data da **Notificação**, em conta bancária a ser informada pela Administração.

29.11. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

29.12. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

29.13. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no **Diário Oficial do Municípios-DOM**, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

30. DA RESCISÃO

30.1. O Contrato Administrativo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em Cláusula específica do Contrato Administrativo.

30.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

30.3. A rescisão do Contrato Administrativo poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

30.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato Administrativo até a data da rescisão.

30.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato Administrativo, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções administrativas previstas no Contrato Administrativo.

31. DO PAGAMENTO

31.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** das obras e serviços de engenharia, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Contrato Administrativo e Extrato do Contrato Administrativo;
- b) Ordem de Serviço;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

c) Relatório das obras e serviços de engenharia executados, contendo Planilha com a indicação das quantidades e preços, respectivos períodos de execução e valor total mensal;

d) Certidões e documentos de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

d.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;

d.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;

d.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;

d.4) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Municipal;

d.5) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;

d.6) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

d.7) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

e) Declaração Formal da CONTRATADA de que está cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato Administrativo, de acordo com o disposto no artigo 121, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) Cópia da **Guia da Previdência Social-GPS**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

g) Cópia da **Guia de Recolhimento do FGTS-GRF**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

h) Comprovante de recolhimento do **Programa Integração Social-PIS** e do **Imposto Sobre Serviços-ISS**, quando for o caso, observado o prazo de até **20 (vinte) dias consecutivos** após o recolhimento destes encargos.

31.2. A Nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** responsável pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia, que também deverá conferir toda a documentação constante no subitem anterior.

31.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados nos **subitens 31.1 e 31.2**, o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

31.4. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

31.5. A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

31.6. A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

31.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,5% (meio por cento) ao mês**, ou **06% (seis por cento) ao ano**, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365.$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

32. DOS ANEXOS

32.1. ANEXO I-A - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;

32.2. ANEXO I-B - Planilha Orçamentária;

32.3. ANEXO I-C - Composição de Preços Unitários;

32.4. ANEXO I-D - Cronograma Físico-Financeiro;

32.5. ANEXO I-E - Curva ABC de Serviços;

32.6. ANEXO I-F - Composição de Custos, Planilha de Benefício e Despesas Indiretas-BDI;

32.7. ANEXO I-G - Composição de Custos, Planilha de Encargos Sociais;

32.8. ANEXO I-H - Plantas;

32.9. ANEXO I-I - Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024**

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO (ANEXO I)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO (ANEXO I), EM ANEXO.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024**

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**Contrato Administrativo nº XXXX/2025-SEMUS
Processo Administrativo nº 145/2024
Concorrência Eletrônica nº 003/2024**

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS; E, A EMPRESA XXXX, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS**, CNPJ nº **14.049.707/0001-05**, sediada na **Rua 15 de Novembro, nº 46, Vila Bom Viver. CEP: 65.138-000 - Raposa/MA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário Municipal, a Senhora **RAIDÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA**, RG nº **52910196-3 - SSP/MA**, CPF nº **839.608.053-49**; e, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES-SEMIT**, sediada na **Rua Newton Bello, nº 150, Vila Bom Viver. CEP: 65.138-000 - Raposa/MA**, doravante denominada **INTERVENIENTE**, neste ato representada por seu Secretário Municipal, o Senhor **GILSON RODRIGUES UCHÔA JÚNIOR**, RG nº **012506581999-2**, CPF nº **013.696.333-19**; e, a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX. CEP: XXXX - XXXX/XXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, o Senhor **XXXX**, brasileiro, **XXXX**, RG nº **XXXX - SSP/XXXX**, CPF nº **XXXX**, residente e domiciliado à **XXXX. CEP: XXXX - XXXX/XXXX**, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, resultante da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº 145/2024**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021 e suas alterações posteriores; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016; Decreto Municipal nº 169, de 29 de dezembro de 2023; e, demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato Administrativo tem por objeto a execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** vinculam-se plenamente ao presente Contrato Administrativo e aos documentos adiante enumerados, colacionados ao **Processo Administrativo nº 145/2024** e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

- a)** Documento de Formalização da Demanda-DFD;
- b)** Estudo Técnico Preliminar-ETP;
- c)** Mapa de Risco;
- d)** Projeto Básico;
- e)** Edital da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**;
- f)** Proposta de Preços da **CONTRATADA** e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O presente Contrato Administrativo rege-se pelas seguintes normas:

- a)** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b)** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores;
- c)** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;
- d)** Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão-SG, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital-SEDGGD, do Ministério da Economia-ME, enquanto parâmetro de boa prática;
- e)** Decreto Municipal nº 160, de 27 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a elaboração do Projeto Básico-TR, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;
- f)** Decreto Municipal nº 161, de 27 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares-ETP, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;
- g)** Decreto Municipal nº 164, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as diretrizes para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos;
- h)** Decreto Municipal nº 166, de 28 de dezembro de 2023, que normatiza a Gestão e Fiscalização de Contratos;
- i)** Decreto Municipal nº 167, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos para a realização de Pesquisa de Preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nas contratações públicas;
- j)** Decreto Municipal nº 169, de 29 de dezembro de 2023, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;
- k)** Edital da **Concorrência Eletrônica** e seus anexos;
- l)** Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato Administrativo e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. As obras e serviços de engenharia serão executados sob o **Regime de Execução Indireta, Empreitada por Preço Global**, atendidas as especificações fornecidas pelo CONTRATANTE na respectiva **Ordem de Serviço**.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor total estimado deste Contrato Administrativo é de **R\$ XXXX (XXXX)**, conforme **Planilha Orçamentária**, em anexo.

5.2. No valor acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato Administrativo correrão à conta de recursos específicos, consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02.04.02 - Fundo Municipal de Saúde.
Função Programática:	10.301.0013.1043.0000 - Construção de Unidade de Saúde.
Categoria Econômica:	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução de obras e serviços de engenharia no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

7.1.1. O prazo de início da execução de obras e serviços de engenharia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução de obras e serviços de engenharia no prazo de até **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.

8.1.1. O prazo de execução das obras e serviços de engenharia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

8.1.2. Caso ocorra a prorrogação, a CONTRATADA deverá formalizar o pedido de prorrogação por meio de **Relatório Técnico** circunstanciado, acompanhado de novo **Cronograma Físico-Financeiro** adaptado às novas condições propostas.

9. CLÁUSULA NONA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. As obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, serão executadas na **Rua do Piqui, s/nº, bairro Pirâmide, Município de Raposa/MA**.

10. CLÁUSULA DEZ - DA DOCUMENTAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. No prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo, a CONTRATADA deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos seguintes documentos, enquanto condição para a emissão da **Ordem de Serviço** e para o efetivo início das atividades:

a) **Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, referente às obras e serviços de engenharia contratados, constando como **Responsável Técnico** o profissional indicado na Documentação de Habilitação;

b) Cadastro Nacional de Obras-CNO;

c) Relatório Diário de Obras-RDO;

d) Licenças Ambientais necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

10.2. Após a análise e aprovação dos documentos acima relacionados, o CONTRATANTE poderá emitir a **Ordem de Serviço**.

11. CLÁUSULA ONZE - DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

11.1. As obras e serviços de engenharia deverão ser acompanhados por **Responsável Técnico**, cujo nome deverá constar na respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica-ART** registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, conforme o caso, referente às obras e serviços de engenharia executados.

11.2. A CONTRATADA fica obrigada a garantir que o **Responsável Técnico** indicado na Documentação de Habilitação realize pessoal e diretamente a coordenação e acompanhamento dos serviços objeto do Contrato Administrativo.

11.3. A substituição do Responsável Técnico, durante a execução do Contrato Administrativo, será admitida:

a) nos casos excepcionais em que se justifiquem motivo superveniente fora do controle razoável da empresa, caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados e aceitos pela Administração;

b) a qualquer tempo, nos casos em que a Administração julgar que a atuação, permanência ou comportamento do profissional seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público, mediante solicitação por escrito com as necessárias justificativas.

11.4. A CONTRATADA deverá apresentar currículo de outro profissional com qualificações equivalentes ou superiores.

11.5. A CONTRATADA não deverá reivindicar custos adicionais resultantes ou incidentes sobre qualquer substituição do **Responsável Técnico** ou de qualquer outro membro da equipe.

12. CLÁUSULA DOZE - DO RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS

12.1. A CONTRATADA deverá fornecer e manter disponível 01 (um) Relatório Diário de Obras, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo **Responsável Técnico** da CONTRATADA e pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento dos serviços de engenharia, bem como especificados detalhadamente os serviços em execução e registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução do Contrato Administrativo.

12.2. A abertura do Diário de Obras deverá ser feita juntamente com o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** no dia de início dos serviços, a quem caberá confirmar ou retificar os registros.

12.3. Será tolerado o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, ser aplicadas as sanções administrativas cabíveis.

12.4. Caso o Diário de Obras não seja preenchido no prazo de **48h (quarenta e oito horas)** horas após a ocorrência de evento relevante, o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá fazer o registro que achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando a CONTRATADA, no caso de dias improdutivos passíveis de prorrogação de prazos, ou em qualquer outro caso, sem direito a nenhuma reivindicação.

12.5. Os registros no livro de Diário de Obras serão de responsabilidade da CONTRATADA, considerando sua responsabilidade pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

13. CLÁUSULA TREZE - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de engenharia através de mão de obra qualificada, com fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no **Projeto Básico** e seus anexos, na Proposta de Preços e no Contrato Administrativo.

13.2. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** qualquer alteração nas Relações dos Empregados, decorrentes de eventuais substituições ou mesmo de admissão de novos empregados, considerando a análise dos dados pertinentes ao pagamento de salários e recolhimentos dos encargos sociais e previdenciários.

13.3. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá solicitar a substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, fixando o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)** contado do recebimento da **Notificação**.

13.4. A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança no local de prestação dos serviços, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

13.5. Caso durante o desenvolvimento dos serviços ocorra atraso na execução, a CONTRATADA deverá alocar recursos humanos para aumentar a produtividade, sendo que os custos decorrentes serão de sua exclusiva responsabilidade não cabendo qualquer pleito ou reivindicação para aditivo de valor do Contrato Administrativo.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E INSUMOS

14.1. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

14.2. A conformidade dos materiais de consumo, equipamentos, ferramentas e insumos utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, de acordo com o estabelecido no **Projeto Básico** e no Contrato Administrativo, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

14.3. É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo ser empregados materiais novos e originais na execução dos serviços, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante no ato de instalação/montagem ou operação/teste.

14.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o transporte e o manuseio dos materiais necessários para a execução dos serviços, até a entrega e recebimento definitivo por parte do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**.

14.5. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** poderá solicitar amostra para análise de material específico, quando julgar conveniente, de acordo com o seguinte procedimento previsto no **Projeto Básico**.

14.6. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** não tomará conhecimento de materiais que por ventura existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com o procedimento ora estabelecido.

14.6.1. A CONTRATADA deverá proceder à remoção destes materiais não aprovados, observado o prazo de **48h (quarenta e oito horas)**, contado do recebimento da **Notificação** emitida pela **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, devendo arcar com todos os custos decorrentes da remoção.

14.7. A CONTRATADA deverá realizar os ensaios, testes e demais provas de materiais empregados na execução dos serviços, observados os métodos adequados preconizados nas normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT**, quando houver necessidade e for solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, sem ônus para o CONTRATANTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

14.8. A CONTRATADA deverá realizar controle tecnológico de materiais empregados na execução dos serviços, respeitando as recomendações prescritas na norma brasileira, quando houver necessidade e for solicitado pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, sem ônus para o CONTRATANTE.

14.9. Os materiais provenientes de demolição ou desmontagem, reaproveitáveis ou não, deverão ser removidos para os locais indicados pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, sendo que ao término dos serviços a CONTRATADA será responsável pela limpeza da área.

15. CLÁUSULA QUINZE - DA SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS IMPUGNADOS

15.1. A CONTRATADA deverá reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**.

15.2. A indicação de rejeição total/parcial dos serviços deverá ser expressamente indicada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** no Diário de Obras.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. O CONTRATANTE, por intermédio do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**, devidamente designada, efetuará o recebimento dos serviços objeto deste Contrato Administrativo, observando os seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório: os serviços serão recebidos provisoriamente pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, na Proposta de Preços da CONTRATADA e na respectiva Ordem de Serviço, bem como atendimento das obrigações estipuladas no Contrato Administrativo.

b) Recebimento Definitivo: os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** quanto à quantidade, qualidade e conformidade dos serviços, bem como o cumprimento do prazo, mediante Ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado da data do Recibo que formalizar o Recebimento Provisório.

16.2. O **Recebimento Definitivo** é condição indispensável para o pagamento dos serviços.

16.3. O aceite/aprovação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à Prefeitura Municipal de Raposa as faculdades previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

16.4. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos serviços executados.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DA RETIFICAÇÃO DE SERVIÇO REPROVADO

17.1. A CONTRATADA deverá retificar, no todo ou em parte, às suas expensas, os serviços:

a) reprovados no recebimento provisório, quando o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no Projeto Básico, na Proposta de Preços do CONTRATADA e no respectivo Contrato Administrativo;

b) que apresentem vício redibitório que os torne impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam.

17.2. Em caso de recusa do serviço será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser retificado pela CONTRATADA no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da **Notificação**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

17.2.1. Caso a retificação do serviço recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas no Projeto Básico, inclusive multa de mora.

17.3. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes da retificação, inclusive as despesas de remoção e do transporte.

17.4. vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.

18. CLÁUSULA DEZOITO - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para execução de obras e serviços de engenharia, a CONTRATADA, obriga-se a:

a) Prestar os serviços de engenharia necessários à execução do objeto, com a disponibilização de mão de obra qualificada, fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos e custos previstos no Projeto Básico e seus anexos, na Proposta de Preços e no Contrato Administrativo;

b) Iniciar a execução dos serviços mediante a apresentação da seguinte documentação obrigatória, observado o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do **Contrato Administrativo**:

b.1) Anotação de Responsabilidade Técnica-ART registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA**, referente às obras e serviços de engenharia contratados, constando como **Responsável Técnico** o profissional indicado na Documentação de Habilitação;

b.2) Cadastro Nacional de Obras-CNO;

b.3) Relatório Diário de Obras;

b.4) Licenças Ambientais necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes.

c) Iniciar a execução dos serviços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do artigo 125, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) Facilitar a ação do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização** na inspeção das obras e serviços de engenharia, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

f) Fornecer e manter 01 (um) Relatório Diário de Obras, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento dos serviços de engenharia, bem como especificados detalhadamente os serviços em execução e registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução dos serviços;

g) Reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**;

h) Reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva **Notificação**;

i) Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- j) Comunicar o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização**, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços;
- k) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- l) Nomear preposto para representá-lo na execução do Contrato Administrativo, durante o período de vigência;
- m) Selecionar e preparar os empregados que irão prestar os serviços, com a devida assinatura da **Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS**, com as funções profissionais legalmente registradas;
- n) Identificar seus empregados por meio de crachás, com fotografia recente;
- o) Fornecer os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo) indispensáveis para a execução dos serviços, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- p) Manter o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- q) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, observado o prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, após o recebimento da **Notificação**;
- r) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;
- s) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- t) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas inerentes ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato Administrativo, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE por eventuais atuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência as suas obrigações, não se transfere à Administração;
- u) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato Administrativo;
- v) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- w) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pelo CONTRATANTE;
- x) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e incêndios durante a execução dos serviços;
- y) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- z) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato Administrativo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- aa)** Responsabilizar-se por todos os custos, emolumentos, despesas e honorários de possíveis Ações trabalhistas, civis ou penais, relacionadas à execução do Contrato Administrativo, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- bb)** Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a Administração por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a Administração no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- cc)** Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**;
- dd)** Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, em especial a Lei Federal nº 9.605/1998;
- ee)** Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua ou de seus empregados, prepostos ou contratados;
- ff)** Acatar todas as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- gg)** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- hh)** cumprir, durante todo o período de execução do Contrato Administrativo, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

19. CLÁUSULA DEZENOVE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. O Município de Raposa/MA, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**, obriga-se a:

- a)** emitir **Ordem de Serviço**, após a verificação de conformidade da documentação obrigatória exigida;
- b)** acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia por intermédio do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**;
- c)** analisar os materiais que serão utilizados nos serviços de engenharia, podendo solicitar amostras quando se fizerem necessárias;
- d)** anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- e)** notificar a CONTRATADA, conforme o caso, para reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva **Notificação**;
- f)** notificar a CONTRATADA, conforme o caso, para reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva **Notificação**;
- g)** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- h)** comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços podendo interromper imediatamente sua prestação, se for o caso;

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

- i) efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- j) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- k) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução de obras e serviços de engenharia;
- l) fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato Administrativo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20. CLÁUSULA VINTE - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

20.1. Durante a vigência do Contrato Administrativo, a execução do objeto será fiscalizada e acompanhada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização**, do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes-SEMIT**, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade, dentre outras atribuições:

- a) exigir fiel cumprimento do Contrato Administrativo e seus eventuais aditivos;
- b) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes-SEMIT**, por meio do Gestor do Contrato;
- d) zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- i) verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CONTRATADA, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- j) anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- k) estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato Administrativo;
- l) determinar a paralisação da execução do Contrato Administrativo quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- m) emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras e serviços de engenharia executados ou daquilo que for produzido pela CONTRATADA;
- n) conhecer detalhadamente o Contrato Administrativo e as cláusulas nele estabelecidas;
- o) levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- p) indicar à **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes-SEMIT** que efetue glosas de medição por serviços mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades à CONTRATADA em face do inadimplemento das obrigações;
- q) confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

20.2. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no artigo 117, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2.1. Os acontecimentos, instruções e demais comunicações deverão ser criteriosamente registrados no Relatório Diário de Obras, nas Atas das Reuniões e/ou em outros documentos produzidos durante a execução do Contrato Administrativo.

20.3. O **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços.

20.4. As medições serão formalizadas por meio de “**Boletins de Medição**” contendo, no mínimo, planilha com a relação de serviços efetivamente executados, quantidades, unidades, preços unitários, valor total da medição, e registros fotográficos.

20.5. As instruções e demais comunicações do **Fiscal do Contrato** ou da **Comissão de Fiscalização**, serão expedidas por escrito e deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

20.6. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos, em conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. CLÁUSULA VINTE E UM - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

21.1. A execução dos serviços de engenharia será acompanhada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** especialmente designado, do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

21.2. O recebimento das obras e serviços de engenharia observará os seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório: as obras e serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, mediante verificação concomitante quanto à conformidade e qualidade, de acordo com as especificações constantes no **Projeto Básico** e na Proposta de Preços da empresa, bem como atendimento das obrigações estipuladas no Contrato Administrativo;

b) Recebimento Definitivo: as obras e serviços de engenharia serão recebidos definitivamente após a verificação pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** e consequente aceitação, mediante “atesto” das obras e serviços de engenharia.

21.3. O **Recebimento Definitivo** será realizado pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório das obras e serviços de engenharia.

21.4. Qualquer erro ou omissão na execução de obras e serviços de engenharia obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, as obras e serviços de engenharia impugnados, observado o prazo a ser estabelecido na respectiva **Notificação**.

21.5. O **Recebimento Definitivo** é condição indispensável para o pagamento das obras e serviços de engenharia.

21.6. O aceite/aprovação do serviço pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no artigo 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS - DO PRAZO DE GARANTIA DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

22.1. O prazo de garantia das obras e serviços de engenharia será de **05 (cinco) anos**, contados a partir da data de assinatura de seu **recebimento definitivo**, conforme previsto no artigo 140, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c artigo 618 da Lei Federal nº 10.406/2002 - Código Civil Brasileiro.

22.1.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA responderá pela qualidade e segurança dos serviços, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da CONTRATANTE.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

23.1. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo é de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data de sua assinatura**, condicionada sua eficácia à publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado por igual período.

24.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes a prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

24.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO REAJUSTE

24.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos índices utilizados pelo **Índice Nacional de Custo de Construção-INCC**, para obras e serviços de engenharia públicos, apurados e fornecidos pela **Fundação Getúlio Vargas-FGV**, após decorrido **01 (um) ano** do mês base da Proposta de Preços que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do artigo 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001, sendo o índice inicial (I₀) referente ao mês do Orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS/Índice Nacional de Custo de Construção-INCC**.

24.2. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$I_r = \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde,

I_r - Índice de reajustamento desejado;

I₁ - Índice referente ao mês, após 01 (um) ano;

I₀ - Índice referente ao mês da data da Proposta de Preços.

24.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a data-limite da apresentação da Proposta de Preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por **12 (doze) meses**, e assim sucessivamente a cada **12 (doze) meses**.

24.4. A data base de referência da Proposta de Preços será a data de apresentação da Proposta de Preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

24.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

24.6. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o Contrato Administrativo sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

24.7. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

24.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24.11. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.12. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos deste item.

24.13. O reajuste poderá ser formalizado por meio de Apostilamento do Contrato Administrativo vigente.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

25.1. Os preços unitários e o saldo do Contrato Administrativo poderão ser revistos para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, considerando a relação de equivalência formada pelo conjunto dos encargos impostos pela Administração e pela remuneração proposta pela CONTRATADA, a teor do disposto no artigo 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

25.1.1. O pedido de Revisão poderá ser formalizado a qualquer momento durante o prazo de vigência do Contrato Administrativo.

25.2. A revisão tem por finalidade restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato Administrativo, nas seguintes hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a)** sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;
- b)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

25.3. A CONTRATADA deverá encaminhar o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** o pedido de Revisão com as devidas justificativas, acompanhado de documentação que comprove a ocorrência de uma das hipóteses indicadas no item anterior e de Planilha Orçamentária que demonstre a defasagem de preços ensejadora do desequilíbrio do Contrato Administrativo.

25.4. A Administração deverá examinar a situação originária, à época da apresentação da Proposta de Preços, e a situação posterior constante no pedido da CONTRATADA, podendo solicitar documentos adicionais.

25.5. A CONTRATANTE recusará o pedido de Revisão diante das seguintes situações:

- a)** ausência de elevação dos encargos;
- b)** ocorrência do evento anterior à formulação da Proposta de Preços;
- c)** ausência de nexo causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos;
- d)** culpa exclusiva da CONTRATADA pela majoração de seus encargos.

25.6. A Revisão do Contrato será formalizada mediante Termo Aditivo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

26.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do artigo 125, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.2. Os acréscimos dos serviços deverão observar o percentual de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do **Contrato Administrativo**.

26.3. As supressões deverão observar o percentual de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do **Contrato Administrativo**, podendo exceder este limite desde que celebrado acordo com a CONTRATADA, conforme o caso, nos termos do artigo 125, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SOCIAL, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

27.1. A utilização temporária ou não de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto do Contrato Administrativo, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista, social, previdenciária ou fiscal para a CONTRATANTE.

27.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, social, previdenciários, fiscais e comerciais, estabelecidos no Contrato Administrativo, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato Administrativo ou restringir a regularização e a execução dos serviços.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO - DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

28.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato Administrativo, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

29. CLÁUSULA VINTE E NOVE - DO PAGAMENTO

29.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** das obras e serviços de engenharia, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Contrato Administrativo e Extrato do Contrato Administrativo;
- b) Ordem de Serviço;
- c) Relatório das obras e serviços de engenharia executados, contendo Planilha com a indicação das quantidades e preços, respectivos períodos de execução e valor total mensal;
- d) Certidões e documentos de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:
 - d.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
 - d.2)** Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;
 - d.3)** Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
 - d.4)** Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Municipal;
 - d.5)** Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
 - d.6)** Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
 - d.7)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

e) Declaração Formal da CONTRATADA de que está cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato Administrativo, de acordo com o disposto no artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) Cópia da **Guia da Previdência Social-GPS**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

g) Cópia da **Guia de Recolhimento do FGTS-GRF**, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto deste Contrato Administrativo, referente ao mês anterior ao do pagamento;

h) Comprovante de recolhimento do **Programa Integração Social-PIS** e do **Imposto Sobre Serviços-ISS**, quando for o caso, observado o prazo de até **20 (vinte) dias consecutivos** após o recolhimento destes encargos.

29.2. A Nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo **Fiscal do Contrato** ou pela **Comissão de Fiscalização** responsável pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia, que também deverá conferir toda a documentação constante no item anterior.

29.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados nos **itens 29.1 e 29.2**, o **Fiscal do Contrato** ou a **Comissão de Fiscalização** irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

29.4. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

29.5. A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

29.6. A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

29.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,5% (meio por cento) ao mês**, ou **06% (seis por cento) ao ano**, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365.$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

30. CLÁUSULA TRINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

30.2. Caso algum adjudicatário, injustificadamente, apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução do seu objeto; falhar ou fraudar na execução do Contrato Administrativo; comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato Administrativo, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Raposa/MA**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

30.3. Aplicando-se o disposto no artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento de obrigação sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

a) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor total do Contrato Administrativo, até o limite de **2% (dois por cento)**, em caso de atraso injustificado na entrega de documentos;

b) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso no **início da execução dos serviços**, considerando o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da respectiva **Ordem de Serviço**;

c) multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)** do valor mensal, em caso de atraso na **conclusão dos serviços**.

30.4. Diante da inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato Administrativo;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

30.5. As sanções administrativas previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

30.6. O CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

30.7. O não recolhimento do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS** dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, serão consideradas faltas graves, compreendida como falha na execução do Contrato Administrativo, que poderá dar ensejo a sua rescisão, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de inidôneo.

30.8. Caberá ao **Fiscal do Contrato** ou à **Comissão de Fiscalização** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

30.9. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir da data da **Notificação**, em conta bancária a ser informada pela Administração.

30.10. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

30.11. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

30.12. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no **Diário Oficial do Municípios-DOM**, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

31. CLÁUSULA TRINTA E UM - DA RESCISÃO

31.1. O Contrato Administrativo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas** previstas na **CLÁUSULA TRINTA** do Contrato Administrativo.

31.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

31.3. A rescisão deste Contrato Administrativo poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

31.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato Administrativo até a data da rescisão.

31.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato Administrativo, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções administrativas previstas neste instrumento.

32. CLÁUSULA TRINTA E DOIS - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

32.1. É expressamente vedado à CONTRATADA empregar na execução dos serviços objeto do presente Contrato Administrativo, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade, até 3º grau, de servidor que exerça cargo em comissão ou função de confiança da **Prefeitura Municipal de Raposa**, conforme previsão no artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.203/2010.

33. CLÁUSULA TRINTA E TRÊS - DAS ALTERAÇÕES

33.1. Este Contrato Administrativo pode ser alterado nos casos previstos no artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

34. CLÁUSULA TRINTA E QUATRO - DAS COMUNICAÇÕES

34.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste Contrato Administrativo, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

35. CLÁUSULA TRINTA E CINCO - DA PUBLICAÇÃO

35.1. O extrato deste Contrato Administrativo será publicado pelo CONTRATANTE, conforme dispõe o artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

36. CLÁUSULA TRINTA E SEIS - DO FORO

36.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca do **Município de Raposa**, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato Administrativo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato Administrativo, em **03 (três) vias** de igual teor e forma, para um só efeito, perante **02 (duas) testemunhas** que também as subscrevem.

Raposa/MA, XXXX de XXXX de 2025.

RAIDÊNIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

GILSON RODRIGUES UCHÔA JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura e
Transportes
INTERVENIENTE

XXXX (Nome do Representante Legal)
XXXX (Cargo e Nome da Empresa)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

ANEXO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2025-SEMUS - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

ANEXO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2025-SEMUS - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, CI nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, CI nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, **DECLARA**, para fins do disposto no artigo 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz **(Sim/Não)**.

Observação: Responder **Sim** ou **Não** na ressalva acima, caso empregue menor na condição de “menor aprendiz”.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024**

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

DECLARO, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa **XXXX** (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº **XXXX**, é Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, realizado pela **Prefeitura Municipal de Raposa/MA**.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024**

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com endereço na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, RG nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, em cumprimento ao disposto no artigo 63, inciso I da Lei Federal 14.133/2021, **DECLARA** sob as penalidades da Lei que em conformidade com o Edital, **cumpe plenamente os requisitos para Habilitação no Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, portanto, apto a participar do certame licitatório.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024**

ANEXO VIII

MODELO DE CARTA-PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com endereço na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, CI nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, tendo examinado as condições do Edital da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024** e dos Anexos que o integram, propõe prestar os serviços pelo valor total de **R\$ XXXX (XXXX)**, referente ao item ofertado.

Outrossim, declaramos que:

- a)** aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos;
- b)** Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes.
- c)** Prazo de início de execução: até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.
- d)** Prazo de execução: até **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura da **Ordem de Serviço**.
- e)** Local de execução: **Rua do Piqui, s/nº, bairro Pirâmide, Município de Raposa/MA;**
- f)** Nos preços ofertados já estão considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste **Pregão Eletrônico**.

Dados complementares da empresa: Telefone, Fax (se houver), Celular (se houver). E-mail, Banco (nome e nº), Agência (nome e nº), Conta Corrente nº **XXXX**.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, CI nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em atendimento ao disposto no artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.203/2010, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afins até 3º grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança da **Prefeitura Municipal de Raposa**.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

Endereço: **Avenida dos Pescadores, s/nº, Jardim das Oliveiras, Raposa/MA.**

Processo Administrativo nº 145/2024.

Referência: **Concorrência Eletrônica nº 003/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia de **Construção de Edifício em Alvenaria de Unidade Básica de Saúde-UBS - Projeto Padronizado Padrão 02 - Ministério da Saúde-MS**, conforme **Proposta nº 14049.7070001/24-002 do Ministério da Saúde-MS**, de interesse da **Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS**.

Senhor Agente de Contratação,

A empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, representada por seu **XXXX (Cargo)**, **XXXX (Nome)**, CI nº **XXXX**, CPF nº **XXXX**, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em atendimento ao disposto no artigo 20, inciso XII, da Lei Federal nº 12.465/2011, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024**, empregados que que o empresário, sócio, dirigente e/ou responsável técnico não é servidor público da Administração Pública Municipal de Raposa.

Município/Estado, **XXXX** de **XXXX** de 2024.

(Nome da Empresa)
(Nome e Assinatura do Representante Legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-A - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

**ANEXO I-A - MEMORIAL DESCRITIVO E
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, EM ANEXO.**

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PROJETO
PADRONIZADO PADRÃO II – MINISTÉRIO DA SAÚDE

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

Sumário

MEMORIAL DESCRITIVO DO ESCOPO DA OBRA.	4
1. OBJETO.	4
2. SUGESTÃO DE IMPLANTAÇÃO Erro! Indicador não definido.	
2. MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS SIMILARES	4
3. FASES DE OBRAS.....	4
4. PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA	5
4. MADEIRA UTILIZADA DURANTE A OBRA.....	5
4. LOCAÇÃO DA OBRA	5
4. MOVIMENTO DE TERRA E CONTENÇÕES.....	5
b) Escavação Mecanizada de Vala – Material 1ª Categoria – até 2m.....	6
c) Escavação Manual de Vala – Material 1ª Categoria	6
d) Reaterro e Compactação Manual de Valas.....	6
e) Reaterro compactado mecanicamente	7
f) Nivelamento e Compactação do Terreno	7
7. GERAL	7
7. FÔRMAS E ESCORAMENTOS	8
7. ARMADURAS	9
7. CONCRETO	9
7. ADITIVOS.....	10
7. DOSAGEM	10
7. CONTROLE TECNOLÓGICO	11
7. TRANSPORTE	11
7. LANÇAMENTO	11
7. ADENSAMENTO.....	12
7. JUNTAS DE CONCRETAGEM	12
7. CURA DO CONCRETO	13
7. LIMPEZA E TRATAMENTO FINAL DO CONCRETO	13
5. IMPERMEABILIZAÇÃO – SERVIÇOS PRELIMINARES.....	14
6. ALVENARIA DE VEDAÇÃO	14
7. VERGAS E CONTRA-VERGAS.....	15
8. CHAPISCO PARA PAREDE EXTERNA E INTERNA	15
9. REBOCO PAULISTA	16
10. LASTRO CONTRAPISO	16
11. JUNTAS DE DILATAÇÃO	16
12. ACABAMENTOS INTERNOS	17


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

12.1.	REVESTIMENTOS CERÂMICOS NAS PAREDES INTERNAS	17
12.1.1.	BANHEIROS, SANITÁRIOS, COPA E DML.	17
12.2.	PISO CERÂMICO.....	18
12.2.2.	RODAPÉ CERÂMICO.....	19
12.2.3.	PINTURA	19
12.3.	PROTEÇÃO DE CANTOS E PAREDES	19
13.	ACABAMENTOS EXTERNOS.....	20
13.1.	PINTURA EXTERNA.	20
13.2.	GUIA PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO	21
13.3.	PISO CIMENTADO	21
14.	ESQUADRIAS	21
14.1.	ESQUADRIAS DE MADEIRA E FERRAGENS.	21
14.2.	ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E FERRAGENS.	22
15.	SOLEIRAS/RODAPÉS/PINGADEIRAS	24
16.	BANCADAS, LAVATÓRIO E CUBAS EM INOX.	24
17.	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS.	24
18.	APARELHOS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS	24
19.	ACABAMENTOS INTERRUPTORES E TOMADAS.....	25
20.	COBERTURA	25
20.1.	TELHA CERÂMICA	25
20.2.	Calhas:	25
21.	VIDRO TEMPERADO.....	26
22.	LIMPEZA DE OBRA	26
23.	ELEMENTO VAZADO (COBOGÓ).....	26
24.	HABITE-SE E "AS BUILT"	27


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

MEMORIAL DESCRITIVO DO ESCOPO DA OBRA.

1. OBJETO.

Este Memorial Descritivo compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para a Construção da Unidade Básica de Saúde padrão II.

2. MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS SIMILARES

A equivalência de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos e adotando-se os seguintes critérios:

- Materiais ou equipamentos similar-equivalentes – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos.
- Materiais ou equipamentos similar-semelhantes – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos.
- Materiais ou equipamentos simplesmente adicionados ou retirados – Que durante a execução foram identificados como sendo necessários ou desnecessários à execução dos serviços e/ou obras.
- Todos os materiais a serem empregados deverão obedecer às especificações dos projetos e deste memorial. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitada sua substituição, condicionada à manifestação do Responsável Técnico pela obra.
- A substituição de materiais especificados por outros equivalentes pressupõe, para que seja autorizada, que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência nos itens qualidade, resistência e aspecto.

3. FASES DE OBRAS


☒ PROJETO, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E CRITÉRIOS DE ANALOGIA.

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização do Responsável Técnico pela obra.

Em caso de itens presentes neste Memorial Descritivo e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços de forma como se figurassem em ambos.

Em caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, o Responsável Técnico pela obra deverá ser consultado, a fim de definir qual a posição a ser adotada.

Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de escala maior. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões em escala, prevalecerão



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

as primeiras, sempre precedendo consulta ao Responsável Técnico pela obra.

☒ **PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA**

Deverá ser alocada uma placa de identificação da obra.

☒ **MADEIRA UTILIZADA DURANTE A OBRA**

Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra e no canteiro de obras deverá ser possuir certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição.

☒ **LOCAÇÃO DA OBRA**

a) Locação da obra: execução de gabarito

A instituição responsável pela construção da unidade deverá fornecer as cotas, coordenadas e outros dados para a locação da obra. A locação da obra no terreno será realizada a partir das referências de nível e dos vértices de coordenadas implantados ou utilizados para a execução do levantamento topográfico.

A instituição responsável pela construção da unidade assumirá total responsabilidade pela locação da obra.

O serviços abaixo relacionados deverão ser realizados por topógrafo:

1. locação da obra;
2. locação de elementos estruturais;
3. locação e controle de cotas de redes de utilidades enterradas;
4. implantação de marcos topográficos;
5. transporte de cotas por nivelamento geométrico;
6. levantamentos cadastrais, inclusive de redes de utilidades enterradas;
7. verificação da qualidade dos serviços – prumo, alinhamento, nível;
8. quantificação de volumes, inclusive de aterro e escavação.

4. MOVIMENTO DE TERRA E CONTENÇÕES

a) Escavação Mecanizada – Material 1ª Categoria

A execução dos trabalhos de escavações obedecerá, além do transcrito nesta especificação, todas as prescrições da NBR 6122.

As escavações serão todas realizadas em material de 1ª categoria.

Entende-se como material de 1ª categoria todo o depósito solto ou moderadamente coeso, tais como cascalhos, areias, siltes ou argilas, ou quaisquer de suas misturas, com ou sem



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

componentes orgânicos, fôrmados por agregação natural, que possam ser escavados com ferramentas de mão ou maquinaria convencional para esse tipo de trabalho. Considerar-se-á também 1ª categoria a fração de rocha, pedra solta e pedregulho que tenha, isoladamente, diâmetro igual ou inferior a 0,15m qualquer que seja o teor de umidade que apresente, e, em geral, todo o tipo de material que não possa ser classificado como de 2ª ou 3ª categoria.

Antes de iniciar os serviços de escavação, deverá efetuar levantamento da área da obra que servirá como base para os levantamentos dos quantitativos efetivamente realizados.

As escavações além de 1,50m de profundidade serão taludadas ou protegidas com dispositivos adequados de contenção. Quando se tratar de escavações permanentes deverão seguir os projetos pertinentes.

Se necessário, os taludes deverão ser protegidos das escavações contra os efeitos de erosão interna e superficial.

A execução das escavações implicará responsabilidade integral pela sua resistência e estabilidade.

b) Escavação Mecanizada de Vala – Material 1ª Categoria – até 2m

Para a realização de serviços localizados ou lineares, como a implantação de novas redes de utilidades enterradas, inclusive caixas e PV's, prevê-se a necessidade de escavação de vala em solo. Esse serviço deverá ser realizado por retroescavadeira, com concha de dimensão compatível com os trabalhos.

Este serviço compreende as escavações mecanizadas de valas em profundidade não superior a 2,0m.

Deverá ser avaliada a necessidade de escorar ou não a vala. Deverá ser respeitada a NBR-9061.

Se necessário, deverão ser esgotadas as águas que percolarem ou adentrarem nas escavações.

c) Escavação Manual de Vala – Material 1ª Categoria

Para serviços específicos, haverá a necessidade de se realizar escavação manual em solo, em profundidade não superior a 2,0m. Para fins desse serviço, a profundidade é entendida como a distância vertical entre o fundo da escavação e o nível do terreno a partir do qual se começou a escavar manualmente.

Deverá ser avaliada a necessidade de escorar ou não a vala. Deverá ser respeitada a NBR-9061.

Se necessário, deverão ser esgotadas as águas que percolarem ou adentrarem nas escavações.

d) Reaterro e Compactação Manual de Valas

Trata-se de serviço relacionado ao reaterro de cavas executadas conforme itens de escavação de valas.

O reaterro, no caso de cava aberta para assentamento de tubulação, deverá ser executado manualmente com solo isento de pedregulhos em camada única, até 10cm acima da

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

geratriz superior do tubo, compactado moderadamente, completando-se o serviço através de compactador tipo sapo até o nível do terreno natural. Não deverá ser executado reaterro com solo contendo material orgânico.

e) Reaterro compactado mecanicamente

Trata-se de serviço relacionado ao reaterro de cavas executadas conforme itens de escavação de valas.

O reaterro, no caso de cava aberta para assentamento de tubulação, deverá ser executado manualmente. Nos demais casos é obrigatório executar o reaterro compactado mecanicamente. Não deverá ser executado reaterro com solo contendo material orgânico.

f) Nivelamento e Compactação do Terreno

Consiste no nivelamento e compactação de todo o terreno que sofrerá intervenção, a fim de deixar a base pronta para os serviços a serem posteriormente executados.

O nivelamento se dará, sempre que possível, com o próprio material retirado durante as escavações que se fizerem necessárias durante a obra.

ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

☒ **GERAL**

Os serviços em fundações, contenções e estrutura em concreto armado serão executados em estrita observância às disposições do projeto estrutural. Para cada caso, deverão ser seguidas as Normas Brasileiras específicas, em sua edição mais recente, entre outras:

- NBR-6118 Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- NBR-7480 Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado;
- NBR-5732 Cimento Portland comum – Especificação;
- NBR-5739 Concreto – Ensaio de corpos de prova cilíndricos;
- NBR-6120 Cargas para o cálculo de estruturas de edificações;
- NBR-8800 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios.

As passagens das tubulações através de vigas e outros elementos estruturais deverão obedecer ao projeto executivo, não sendo permitidas mudanças em suas posições, a não ser com autorização do Responsável Técnico pela obra.

Deverá ser verificada a calafetação nas juntas dos elementos embutidos.

Quando da execução de concreto aparente liso, deverão ser tomadas providências e um rigoroso controle para que as peças tenham um acabamento homogêneo, com juntas de concretagem pré-determinadas, sem brocas ou manchas.

O Responsável Técnico pela obra, durante e após a execução das fundações, contenções e estruturas, é o responsável civil e criminal por qualquer dano à obra, às edificações vizinhas e/ou a pessoas, seus funcionários ou terceiros.



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

☒ FÔRMAS E ESCORAMENTOS

As fôrmas e escoramentos obedecerão aos critérios das Normas Técnicas Brasileiras que regem a matéria.

O dimensionamento das fôrmas e dos escoramentos será feito de fôrma a evitar possíveis defôrmações devido a fatores ambientais ou provocados pelo adensamento do concreto fresco. As fôrmas serão dotadas das contra-flechas necessárias conforme especificadas no projeto estrutural, e com a paginação das fôrmas conforme as orientações do projeto arquitetônico.

Antes do início da concretagem, as fôrmas deverão estar limpas e calafetadas, de modo a evitar eventuais fugas de pasta.

Em peças com altura superior a 2,0m, principalmente as estreitas, será necessária a abertura de pequenas janelas na parte inferior da fôrma, para facilitar a limpeza.

As fôrmas serão molhadas até a saturação a fim de evitar-se a absorção da água de amassamento do concreto.

Os produtos antiaderentes, destinados a facilitar a desmoldagem, serão aplicados na superfície da fôrma antes da colocação da armadura.

Deverão ser tomadas as precauções para evitar recalques prejudiciais provocados no solo ou na parte da estrutura que suporta o escoramento, pelas cargas por este transmitida.

Os andaimes deverão ser perfeitamente rígidos, impedindo, desse modo, qualquer movimento das fôrmas no momento da concretagem. É preferível o emprego de andaimes metálicos.

As fôrmas deverão ser preparadas tal que fique assegurada sua resistência aos esforços decorrentes do lançamento e vibrações do concreto, sem sofrer defôrmações fazendo com que, por ocasião da desfôrma, a estrutura reproduza o determinado em projeto.

Na retirada das fôrmas, devem ser tomados os cuidados necessários a fim de impedir que sejam danificadas as superfícies de concreto.

As fôrmas para a execução dos elementos de concreto armado aparente, sem a utilização de massa corrida, serão de compensado laminado com revestimento plástico, metálico ou fibra de vidro.

É vedado o emprego de óleo queimado como agente desmoldante, bem como o uso de outros produtos que, posteriormente, venham a prejudicar a uniformidade de coloração do concreto aparente.

A variação na precisão das dimensões deverá ser de no máximo 5,0mm (cinco milímetros).

O alinhamento, o prumo, o nível e a estanqueidade das fôrmas serão verificados e corrigidos permanentemente, antes e durante o lançamento do concreto.

A retirada das fôrmas obedecerá a NBR-6118, atentando-se para os prazos recomendados:

- faces laterais: 3 dias;
- faces inferiores: 14 dias, com escoramentos, bem encunhados e convenientemente espaçados;
- faces inferiores sem escoramentos: 21 dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

A retirada do escoramento de tetos será feita de maneira conveniente e progressiva, particularmente para peças em balanço, o que impedirá o aparecimento de fissuras em decorrência de cargas diferenciais. Cuidados especiais deverão ser tomados nos casos de emprego de "concreto de alto desempenho" ($f_{ck} > 40 \text{ MPa}$), em virtude de sua baixa resistência inicial.

A retirada dos escoramentos do fundo de vigas e lajes deverá obedecer o prazo de 21 dias.

☒ **ARMADURAS**

A armadura não poderá ficar em contato direto com a fôrma, obedecendo-se para isso a distância mínima prevista na NBR-6118 e no projeto estrutural. Deverão ser empregados afastadores de armadura dos tipos "clips" plásticos ou pastilhas de argamassa.

Os diâmetros, tipos, posicionamentos e demais características da armadura, devem ser rigorosamente verificados quanto à sua conformidade com o projeto, antes do lançamento do concreto.

Todas as barras a serem utilizadas na execução do concreto armado deverão passar por um processo de limpeza prévia e deverão estar isentas de corrosão, defeitos, entre outros.

As armaduras deverão ser adequadamente amarradas a fim de manterem as posições indicadas em projeto, quando do lançamento e adensamento do concreto.

As armaduras que ficarem expostas por mais de 30 dias deverão ser pintadas com nata de cimento ou tinta apropriada, o que as protegerá da ação atmosférica no período entre a colocação da fôrma e o lançamento do concreto. Antes do lançamento do concreto, esta nata deverá ser removida.

☒ **CONCRETO**

Nas peças sujeitas a ambientes agressivos, recomenda-se o uso de cimentos que atendam a NBR-5732 e NBR-5737.

A fim de se evitar quaisquer variações de coloração ou textura, serão empregados materiais de qualidade rigorosamente uniforme.

Todo o cimento será de uma só marca e tipo, quando o tempo de duração da obra o permitir, e de uma só partida de fornecimento.

Os agregados serão, igualmente, de coloração uniforme, de uma única procedência e fornecidos de uma só vez, sendo indispensável à lavagem completa dos mesmos.

As fôrmas serão mantidas úmidas desde o início do lançamento até o endurecimento do concreto, e protegidas da ação dos raios solares por lonas ou filme opaco de polietileno.

Na hipótese de fluir argamassa de cimento por abertura de junta de fôrma e que essa aguada venha a depositar-se sobre superfícies já concretadas, a remoção será imediata, o que se processará por lançamento, com mangueira de água, sob pressão.

As juntas de trabalho decorrentes das interrupções de lançamento, especialmente em paredes armadas, serão aparentes, executadas em etapas, conforme indicações nos projetos.

A concretagem só poderá ser iniciada após a colocação prévia de todas as tubulações e outros elementos exigidos pelos demais projetos.



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

A cura do concreto deverá ser efetuada durante, no mínimo, 7 (sete) dias, após a concretagem.

Não deverá ser utilizado concreto remisturado.

O concreto deverá ser convenientemente adensado após o lançamento, de modo a se evitar as falhas de concretagem e a segregação da nata de cimento.

O adensamento será obtido por meio de vibradores de imersão. Os equipamentos a serem utilizados terão dimensionamento compatível com as posições e os tamanhos das peças a serem concretadas.

Como diretriz geral, nos casos em que não haja indicação precisa no projeto estrutural, haverá a preocupação de situar os furos, tanto quanto possível, na zona de tração das vigas ou outros elementos atravessados.

Para perfeita amarração das alvenarias com pilares, paredes de concreto entre outros, serão empregados fios de aço com diâmetro mínimo de 5,0mm ou tela soldada própria para este tipo de amarração distanciados entre si a cada duas fiadas de tijolos, engastados no concreto por intermédio de cola epóxi ou chumbador.

☒ **ADITIVOS**

Não deverão ser utilizados aditivos que contenham cloretos ou qualquer substância que possa favorecer a corrosão das armaduras. De cada fornecimento será retirada uma amostra para comprovações de composição e desempenho.

Só poderão ser usados os aditivos que tiverem suas propriedades atestadas por laboratório nacional especializado e idôneo.

☒ **DOSAGEM**

O estabelecimento do traço do concreto será função da dosagem experimental (racional), na forma preconizada na NBR-6118, de maneira que se obtenha, com os materiais disponíveis, um concreto que satisfaça às exigências do projeto estrutural.

Todas as dosagens de concreto serão caracterizadas pelos seguintes elementos:

- Resistência de dosagem aos 28 dias (f_{ck28});
- Dimensão máxima característica (diâmetro máximo) do agregado em função das dimensões das peças a serem concretadas;
- Consistência medida através de "slump-test", de acordo com o método NBR-7223;
- Composição granulométrica dos agregados;
- Fator água/cimento em função da resistência e da durabilidade desejadas;
- Controle de qualidade a que será submetido o concreto;
- Adensamento a que será submetido o concreto;
- Índices físicos dos agregados (massa específica, peso unitário, coeficiente de inchamento e umidade).
- A fixação da resistência de dosagem será estabelecida em função da resistência característica do concreto (f_{ck}) estabelecida no projeto



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

☒ **CONTROLE TECNOLÓGICO**

O controle tecnológico abrangerá as verificações da dosagem utilizada, da trabalhabilidade, das características dos constituintes e da resistência mecânica.

Independentemente do tipo de dosagem adotado, o controle da resistência do concreto obedecerá rigorosamente ao disposto na NBR-6118 e ao adiante especificado.

Deverá ser adotado controle sistemático de todo concreto estrutural empregado na obra. A totalidade de concreto será dividida em lotes. Um lote não terá mais de 20m³ de concreto, corresponderá no máximo a 200m² de construção e o seu tempo de execução não excederá a 2 semanas. No edifício, o lote não compreenderá mais de um andar. Quando houver grande volume de concreto, o lote poderá atingir 50m³, mas o tempo de execução não excederá a uma semana. A amostragem, o valor estimado da resistência característica à compressão e o índice de amostragem a ser adotado serão conformes ao preconizado na NBR-6118.

☒ **TRANSPORTE**

O transporte do concreto será efetuado de maneira que não haja segregação ou desagregação de seus componentes, nem perda sensível de qualquer deles por vazamento ou evaporação.

Poderão ser utilizados na obra, para transporte do concreto do caminhão-betoneira ao ponto de descarga ou local da concretagem, carrinhos de mão com roda de pneu, jericas, caçambas, pás mecânicas, entre outros, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de carrinhos com roda de ferro ou borracha maciça.

No bombeamento do concreto, deverá existir um dispositivo especial na saída do tubo para evitar a segregação. O diâmetro interno do tubo será, no mínimo, 3 vezes o diâmetro máximo do agregado, quando utilizada brita, e 2,5 vezes o diâmetro, no caso de seixo rolado.

O transporte do concreto não excederá ao tempo máximo permitido para seu lançamento, que é de 1,5 horas, contadas a partir do início da mistura na central.

Sempre que possível, será escolhido sistema de transporte que permita o lançamento direto nas fôrmas. Não sendo possível, serão adotadas precauções para manuseio do concreto em depósitos intermediários.

O transporte a longas distâncias só será admitido em veículos especiais dotados de movimentos capazes de manter uniforme o concreto misturado.

No caso de utilização de carrinhos ou jericas, buscar-se-ão condições de percurso suave, tais como rampas, aclives e declives, inclusive estrados.

☒ **LANÇAMENTO**

O concreto deverá ser lançado de altura superior a 2,0m para evitar segregação. Em quedas livres maiores, utilizar-se-ão calhas apropriadas; não sendo possíveis as calhas, o concreto será lançado por janelas abertas na parte lateral ou por meio de funis ou trombas.

Nas peças com altura superior a 2,0m, com concentração de ferragem e de difícil lançamento, além dos cuidados do item anterior será colocada no fundo da fôrma uma camada de argamassa de 5 a 10cm de espessura, feita com o mesmo traço do concreto que vai ser utilizado,



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

evitando-se com isto a formação de "nichos de pedras".

Nos lugares sujeitos à penetração de água, serão adotadas providências para que o concreto não seja lançado havendo água no local; e mais, a fim de que, estando fresco, não seja levado pela água de infiltração.

☒ **ADENSAMENTO**

O adensamento manual só deverá ser permitido em camadas não maiores a 20cm de altura. O adensamento será cuidadoso, de forma que o concreto ocupe todos os recantos da forma. Serão adotadas precauções para evitar vibração da armadura, de modo a não formar vazios ao seu redor nem dificultar a aderência com o concreto.

Os vibradores de imersão não serão deslocados horizontalmente. A vibração será apenas a suficiente para que apareçam bolhas de ar e uma fina película de água na superfície do concreto.

A vibração será feita a uma profundidade não superior à agulha do vibrador. As camadas a serem vibradas terão, preferencialmente, espessura equivalente a $\frac{3}{4}$ do comprimento da agulha. As distâncias entre os pontos de aplicação do vibrador serão da ordem de 6 a 10 vezes o diâmetro da agulha (aproximadamente 1,5 vezes o raio de ação). É aconselhável a vibração por períodos curtos em pontos próximos, ao invés de períodos longos num único ponto ou em pontos distantes.

Será evitada a vibração próxima às formas (menos de 100mm), no caso de se utilizar vibrador de imersão.

A agulha será sempre introduzida na massa de concreto na posição vertical, ou, se impossível, com a inclinação máxima de 45°, sendo retirada lentamente para evitar formação de buracos que se encherão somente de pasta. Na vibração por camadas, far-se-á com que a agulha atinja a camada subjacente para assegurar a ligação duas a duas.

Admitir-se-á a utilização, excepcionalmente, de outros tipos de vibradores (formas, régua, entre outros).

☒ **JUNTAS DE CONCRETAGEM**

Durante a concretagem poderão ocorrer interrupções previstas ou imprevistas. Em qualquer caso, a junta então formada denomina-se fria, se não for possível retomar a concretagem antes do início da pega do concreto já lançado.

Cuidar-se-á para que as juntas não coincidam com os planos de cisalhamento. As juntas serão localizadas onde forem menores os esforços de cisalhamento.

Quando não houver especificação em contrário, as juntas em vigas serão feitas, preferencialmente, em posição normal ao eixo longitudinal da peça (juntas verticais). Tal posição será assegurada através de forma de madeira, devidamente fixada.

As juntas verticais apresentam vantagens pela facilidade de adensamento, pois é possível fazer-se formas de sarrafos verticais. Estas permitem a passagem dos ferros de armação e não do concreto, evitando a formação da nata de cimento na superfície, que se verifica em juntas inclinadas.

Na ocorrência de juntas em lajes, a concretagem deverá ser interrompida logo após a face das vigas, preservando as ferragens negativas e positivas.

Antes da aplicação do concreto deve ser feita a remoção cuidadosa de detritos.



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

Antes de reiniciar o lançamento do concreto, deve ser removida a nata da pasta de cimento (vitrificada) e feita limpeza da superfície da junta com a retirada de material solto. Pode ser retirada a nata superficial com a aplicação de jato de água sob forte pressão logo após o fim da pega. Em outras situações, para se obter a aderência desejada entre a camada remanescente e o concreto a ser lançado, é necessário o jateamento de abrasivos ou o apicoamento da superfície da junta, com posterior lavagem, de modo a deixar aparente o agregado graúdo.

As juntas permitirão a perfeita aderência entre o concreto já endurecido e o que vai ser lançado, devendo, portanto, a superfície das juntas receber tratamento com escova de aço, jateamento de areia ou qualquer outro processo que proporcione a formação de redentes, ranhuras ou saliências. Tal procedimento será efetuado após o início de pega e quando a peça apresentar resistência compatível com o trabalho a ser executado.

Quando da retomada da concretagem, a superfície da junta concretada anteriormente será preparada efetuando-se a limpeza dos materiais pulverulentos, nata de cimento, graxa ou quaisquer outros prejudiciais à aderência, e procedendo-se a saturação com jatos de água, deixando a superfície com aparência de "saturado superfície seca", conseguida com a remoção do excesso de água superficial.

Especial cuidado será dado ao adensamento junto a "interface" entre o concreto já endurecido e o recém-lançado, a fim de se garantir a perfeita ligação das partes.

☒ **CURA DO CONCRETO**

Qualquer que seja o processo empregado para a cura do concreto, a aplicação deverá iniciar-se tão logo termine a pega. O processo de cura iniciado imediatamente após o fim da pega continuará por período mínimo de 7 dias.

Quando no processo de cura for utilizada uma camada permanentemente molhada de pó de serragem, areia ou qualquer outro material adequado, esta terá no mínimo 5,0cm de espessura.


Quando for utilizado processo de cura por aplicação de vapor d'água, a temperatura será mantida entre 38 e 66°C, pelo período de aproximadamente 72 horas.

- Admitem-se os seguintes tipos de cura:
- Molhagem contínua das superfícies expostas do concreto;
- Cobertura com tecidos de aniagem, mantidos saturado;
- Cobertura por camadas de serragem ou areia, mantidas saturadas;
- Lonas plásticas ou papéis betumados impermeáveis, mantidos sobre superfícies expostas, mas de cor clara, para evitar o aquecimento do concreto e a subsequente retração térmica;
- Películas de cura química.

☒ **LIMPEZA E TRATAMENTO FINAL DO CONCRETO**

Para a limpeza, em geral, é suficiente uma lavagem com água;

Manchas de lápis serão removidas com uma solução de 8% (oito por cento) de ácido



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

oxálico ou com tricloroetileno;

Manchas de tinta serão removidas com uma solução de 10% (dez por cento) de ácido fosfórico;

Manchas de óxido serão removidas com uma solução constituída por 1 (uma) parte de nitrato de sódio e 6 (seis) partes de água, com espargimento, subsequente, de pequenos cristais de hiposulfito de sódio;

As pequenas cavidades, falhas ou trincas, que porventura resultarem nas superfícies, será tomado com argamassa de cimento, no traço que lhe confira estanqueidade e resistência, bem como coloração semelhante a do concreto circundante;

As rebarbas e saliências maiores, que acaso ocorram, serão eliminadas.

5. IMPERMEABILIZAÇÃO – SERVIÇOS PRELIMINARES

Deverá ser aplicado tinta betuminosa nas partes da construção (tanto em concreto quanto em alvenaria) que estiverem em contato com o solo.

As superfícies a serem pintadas deverão estar completamente secas, ásperas e desempenadas.

Deverão ser aplicadas a brocha ou vassourão, uma demão de penetração (bem diluída) e duas de cobertura, após a completa secagem da anterior.

Os respaldos de fundação, a menos de orientação contrária da fiscalização, deverão ser impermeabilizados na face superior das alvenarias de embasamento, descendo até as sapatas e/ou blocos em cada uma das faces laterais.

6. ALVENARIA DE VEDAÇÃO

Os painéis de alvenaria do prédio serão erguidos em bloco cerâmico furado, nas dimensões nominais de 10x200x200 mm, classe 10 (resistência mínima à compressão na área bruta igual a 1,0 MPa), recomendando-se o uso de argamassa no traço 1:2:8 (cimento : cal hidratada : areia sem peneirar), com juntas de 12 mm de espessura, obtendo-se ao final, parede com 10 cm de espessura (desconsiderando futuros revestimentos).

O bloco cerâmico a ser utilizado deverá possuir qualidade comprovada pela Certificação Nacional de Qualidade - o "PSQ", uma certificação da ANICER em parceria com a ABNT e o Ministério das Cidades do Governo Federal.

O bloco cerâmico a ser utilizado quanto à obtenção de combustível para os fornos de fabricação dos seus produtos, deverá o fornecedor ter uma mentalidade preventiva com relação ao meio ambiente, dispondo de um sistema de queima que se aproveita dos refugos de madeira e pó de serra das serrarias circunvizinhas evitando, assim, o desmatamento de pequenas áreas para este fim.

A Contratada deverá observar todo o Projeto Executivo de Arquitetura e seus detalhes, a fim de proceder à correta locação da alvenaria, bem como seus vãos e shafts.

Empregar-se-á blocos com junta amarrada, os quais devem ser previamente umedecidos (ou mesmo molhados), quando do seu emprego.

Deverão ser observados todos os procedimentos de controle de qualidade preconizados na NBR 7171/1992 (desvios em relação ao esquadro, planeza das faces, determinação das



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

dimensões, e outras pertinentes).

Deverão ser observadas as seguintes recomendações, relativas à locação:

- Paredes internas e externas sob vigas deverão ser posicionadas dividindo a sobra da largura do bloco (em relação à largura da viga) para os dois lados.
- Caso o bloco apresente largura igual ou inferior a da viga, nas paredes externas alinhar pela face externa da viga.

Na alvenaria a ser levantada sobre as vigas baldrames (Semi-Enterrado), deve-se reforçar o bloqueio à umidade ambiente e ascensão higroscópica, empregando-se argamassa com aditivo impermeabilizante nas três primeiras fiadas.

Para levantar a parede, utilizar-se-á, obrigatoriamente, escantilhão como guia das juntas horizontais; a elevação da alvenaria far-se-á, preferencialmente, a partir de elementos estruturais (pilares), ou qualquer outro elemento da edificação. Nesse caso, deve-se chapiscar o elemento que ficará em contato com a alvenaria.

Na fixação das paredes ao elemento estrutural devem ser utilizados “ferros-cabelo” – os quais podem ser barras dobradas em fôrma de “U”, barras retas, em ambos os casos com diâmetro de 5,0 mm, ou telas de aço galvanizado de malha quadrada 15x15 mm – posicionados de duas em duas fiadas, a partir da segunda.

Deve-se primar pela verticalidade e pela horizontalidade dos painéis, utilizando-se guia na execução do serviço. As fiadas deverão ser individualmente niveladas e aprumadas com a utilização de nível de bolha e prumo.

O encunhamento deve ser feito com cunhas de cimento ou “argamassa expansiva” própria para esse fim e, preferencialmente, de cima para baixo; ou seja, após o levantamento das alvenarias dos pavimentos superiores, para permitir a acomodação da estrutura e evitar o aparecimento de trincas. Para tanto, deve-se deixar uma folga de 3,0 a 4,0 mm entre a alvenaria eo elemento estrutural (viga ou laje), o qual somente será preenchido após 15 dias das paredes executadas.


7. VERGAS E CONTRA-VERGAS

Deverá ser empregado, em todos os vãos de portas e janelas, vergas e contra-vergas (este último, evidentemente, não será empregado em portas, e poderá ser dispensado quando da ocorrência de vãos menores que 60 cm).

O engastamento lateral mínimo é de 30,0 cm ou 1,5 vezes a espessura da parede, prevalecendo o maior. Quando os vãos forem relativamente próximos e na mesma altura, recomenda-se uma única verga sobre todos. Além disso, para vãos maiores que 2,40 m, a verga deverá ser calculada como viga.

8. CHAPISCO PARA PAREDE EXTERNA E INTERNA

As alvenarias da edificação (e outras superfícies componentes) serão inicialmente protegidas com aplicação de chapisco, homogeneamente distribuído por toda a área considerada. Serão chapiscados paredes (internas e externas) por todo o seu pé-direito (espaçamento compreendido entre a laje de piso e a laje de teto subsequente) e lajes utilizadas em forros nos



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

pontos devidamente previstos no projeto executivo de arquitetura.

Inicialmente aplicar-se-á chapisco com argamassa preparada mecanicamente em canteiro, na composição 1:3 (cimento: areia média), com 0,5 cm de espessura. Em superfícies bastante lisas, a exemplo das lajes de forro, deverá ser adicionado aditivo adesivo ou cola concentrada para chapisco ao traço, nas quantidades indicadas pelo fabricante.

Deverão ser empregados métodos executivos adequados, observando, entre outros:

- A umidificação prévia da superfície a receber o chapisco, para que não haja absorção da água de amassamento por parte do substrato, diminuindo, por conseguinte a resistência do chapisco;
- O lançamento vigoroso da argamassa sobre o substrato;
- O recobrimento total da superfície em questão.

9. REBOCO PAULISTA

Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas), aplicar-se-á revestimento tipo paulista, com espessura de 2,0 cm, no traço 1:2:8 (cimento : cal em pasta : areia média peneirada).

A argamassa deverá ser preparada mecanicamente a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafejar com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

10. LASTRO CONTRAPISO

Após a execução das cintas e blocos, e antes da execução dos pilares, paredes ou pisos, será executado o lastro de contrapiso, com impermeabilizante e 8 (oito) centímetros de espessura.

O lastro de contrapiso do térreo ou subsolo terá um consumo de concreto mínimo de 350 kg de cimento por m³ de concreto, o agregado máximo de brita número 2 e SIK 1, no traço 1:12 (SIKA 1 – ÁGUA); com resistência mínima a compressão de 250 Kgf/cm².

Os lastros serão executados somente depois que o terreno estiver perfeitamente nivelado, molhado, convenientemente apiloado com maço de 30 kg e que todas as canalizações que devam passar sob o piso estejam colocadas.

É imprescindível manter o contrapiso molhado e abrigado do sol, frio ou corrente de ar, por um período mínimo de 8 dias para que cure.

Todos os pisos terão declividade de 1% no mínimo, em direção ao ralo ou porta externa, para o perfeito escoamento de água.

As copas, os banheiros, os boxes dos chuveiros, e etc. terão seus pisos com caimento para os ralos.

A argamassa de regularização será sarrafeada e desempenada, a fim de proporcionar um acabamento sem depressões ou ondulações.

11. JUNTAS DE DILATAÇÃO



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAÍOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

As juntas de dilatação da estrutura quando necessária deverão ter mástique de poliuretano.

Antes da aplicação do selante é recomendável utilizar um limitador de superfície para fixar os tamanhos de aplicação do material selante e economizar no uso do material de preenchimento. Esse limitador deverá ser flexível de preferência para não influenciar na junta.

Limpeza da superfície:

A superfície deve ser limpa, seca, isenta de óleos, graxas e outros contaminantes;

Caso existam imperfeições, como quebra de bordas, as mesmas deverão ser recuperadas;

Colocar fita crepe nas extremidades da junta;

As juntas deverão possuir seções mínimas de 0,5 x 1,0cm ou até 1,0 x 1,0cm;

Colocar um limitador de superfície (com várias dimensões) para limitar a superfície nas dimensões mínimas acima;

O limitador deverá entrar de fôrma justa no interior da

junta; Cortar a ponta do mástique conforme o tamanho da junta;

Colocar o tubo numa pistola manual e aplicar numa posição de 45º em fôrma de compressão;

O acabamento deverá ser alisado para tal acabamento deve ser utilizado espátula ou até mesmo algum produto vegetal com amido, como pôr exemplo a batata, pois a mesma não adere ao poliuretano, facilitando o acabamento;

12. ACABAMENTOS INTERNOS

12.1. REVESTIMENTOS CERÂMICOS NAS PAREDES INTERNAS

12.1.1. BANHEIROS, SANITÁRIOS, COPA E DML.

O revestimento em placas cerâmicas 20x20cm, linha branco retificado, brilhante, junta de 1mm, espessura 8,2mm, assentadas com argamassa, cor branco, será aplicado nas paredes do piso até forro, serão de primeira qualidade (Classe A), apresentando esmalte liso, vitrificação homogênea e coloração perfeitamente uniforme, dureza e sonoridade características e resistência suficientes, totalmente isentos de qualquer imperfeição, de padronagem especificada em projeto, com rejunte em epóxi em cor branca.

Na área de escovação, em alguns lavatórios e bancadas (ver detalhes) será utilizado três fiadas do revestimento do mesmo revestimento cerâmico 20x20cm.

Após a execução da alvenaria, efetua-se o tamponamento dos orifícios existentes na superfície, especialmente os decorrentes da colocação de tijolos ou lajotas com os furos nosentido da espessura da parede.

Concluída a operação de tamponamento, será procedida a verificação do desempenho das superfícies, deixando "guias" para que se obtenha, após a conclusão do revestimento de azulejos ou de ladrilhos, superfície perfeitamente desempenada, no esquadro e no prumo.

O assentamento será procedido a seco, com emprego de argamassa de alta adesividade, o que dispensa a operação de molhar as superfícies do emboço e do azulejo ou ladrilho.

As juntas serão em material epóxi (com índice de absorção de água inferior a 4%) e



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

corridas e, rigorosamente, dentro de nível e prumo, a espessura das juntas será de 2mm.

Decorridos 72 horas do assentamento, inicia-se a operação do rejuntamento, o que será efetuado com pasta de cimento branco e pó de mármore no traço volumétrico de 1:4. A proporção desse produto não poderá ser superior a 20% do volume de cimento.

Quando necessário, os cortes e os furos das cerâmicas só poderão ser feitos com equipamentos próprio para essa finalidade, não se admitindo o processo manual.

Os cortes e furos deverão ser preenchidos com o mesmo material utilizado para o rejuntamento.

As cerâmicas deverão ser assentadas com argamassa pronta.

No acabamento das quinas, serão utilizadas cantoneiras em alumínio em barras de 3 metros de comprimento, com 1 mm de espessura, peso 0,210 kg, coladas na cerâmica, fôrma de L, largura 12,7 mm.

12.2. PISO CERÂMICO

12.2.1. Em toda a edificação.

Utilizado em todos os ambientes o piso cerâmico acetinado retificado 30x30cm, PEI 5, cor cinza claro, com absorção de água inferior à 0,5%, resistente à produtos químicos GA, coeficiente de atrito dinâmico molhado menor que 0,4, antiderrapante, cor cinza claro e assentado com argamassa colante.

Todas as juntas deverão ser em material epóxi, cor cinza, (com índice de absorção de água inferior a 4%) estar perfeitamente alinhadas e de espessuras uniforme, as quais poderão exceder a 1,5 mm;

Para preparação da base, verificar se a base está curada há mais de 14 dias, limpa, seca e plana e que tenham sido efetuadas todas as retrações próprias do cimento e estabilizadas as possíveis fissuras, e, se necessário, nivelá-la.

Respeitar e tratar as juntas estruturais, devendo rejuntá-las com materiais de elasticidade permanente; realizar uma junta perimetral para evitar tensões entre o pavimento e o revestimento; e efetuar juntas de dilatação conforme projeto do responsável técnico;

Na aplicação, utilizar espaçadores entre peças para manter seus alinhamentos; Rejuntar após 72 horas com um rejuntamento epóxi.

Deixar as juntas entre peças de no mínimo 2 mm, observando sempre as indicações do fabricante;

Não será permitida a passagem sobre a pavimentação dentro de três dias do seu assentamento;

A pavimentação será convenientemente protegida com camada de areia, tábuas ou outro processo, durante a construção;

Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos.

Deverão ser previstas juntas de trabalho ou juntas de movimentação executadas seccionando-se toda ou parte da espessura do substrato e preenchendo-se este espaço aberto com material elastomérico como selante, que não deve preencher todo o espaço deixado pelo seccionamento do revestimento, sendo necessário utilizar material de enchimento que deve ser



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

colocado no fundo da junta.

As juntas do revestimento deverão respeitar a posição e abertura das juntas estruturais permitindo uma deformação igual àquela prevista no projeto estrutural do edifício e indicada em projeto de paginação de piso, devendo, caso necessário, serem também preenchidas com material elastomérico como selante com material de enchimento no fundo da junta.

Caberá a Contratada minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso.

12.2.2. RODAPÉ CERÂMICO

Os rodapés serão confeccionados com as placas cerâmicas descritas no item anterior, observando-se os mesmos cuidados executivos, com altura de 10 cm (ver detalhe).

12.2.3. PINTURA

- Pintura acrílica semi-brilho sobre massa acrílica cor branco gelo.
- Pintura acrílica semi-brilho sobre massa acrílica cor Verde petróleo (ver detalhamento).
- Pintura acrílica semi-brilho sobre massa acrílica Branco Neve (ver detalhamento).

A tinta utilizada deverá anteder a norma DIN 55649 ou outra norma de sustentabilidade; e deverá ser livre de solventes e odor, e ser de primeira linha.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas.

Receberão duas demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis. Pintura à base de látex acrílico

As paredes internas serão emassadas com massa acrílica, seladas com líquido preparador de superfícies e pintadas com tinta látex acrílico com acabamento fosco.

Obs: As cores descritas são sugestivas, podendo ser alteradas a critério da instituição responsável pela obra.

12.3. PROTEÇÃO DE CANTOS E PAREDES



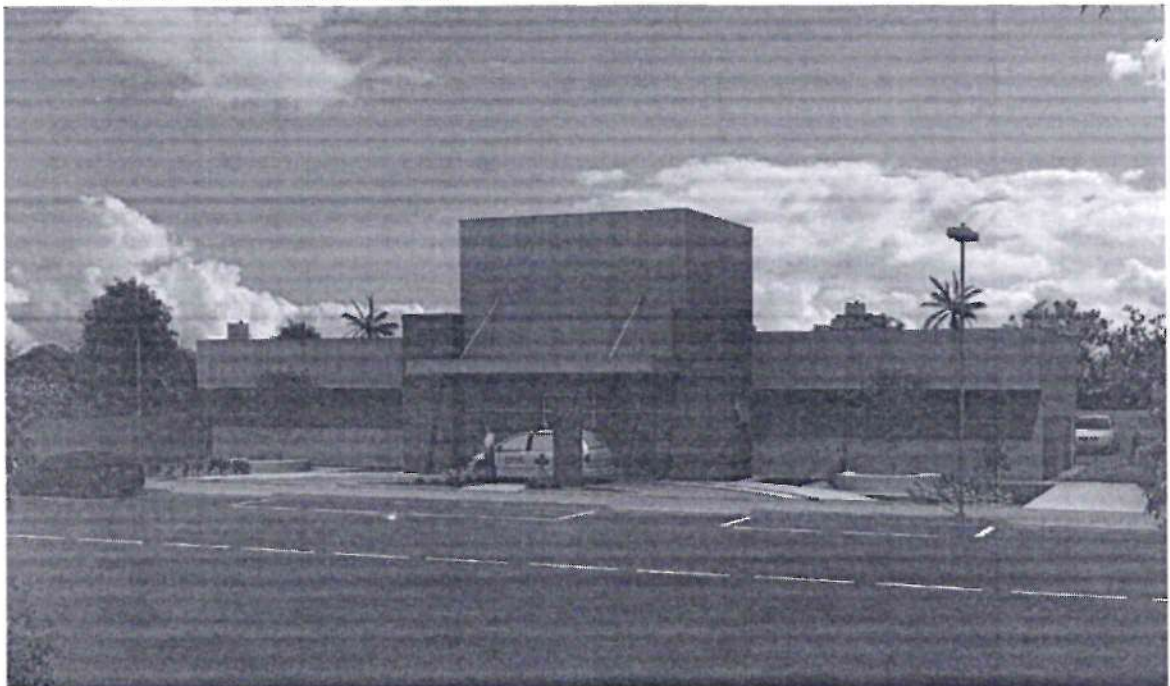
RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

As arestas verticais de paredes deverão ser protegidas através cantoneira de sobrepor abas iguais em PVC (25x25,20mm), cor cinza.

Os cantos externos de paredes com revestimento cerâmico receberão filete de alumínio de embutir.

13. ACABAMENTOS EXTERNOS

13.1. PINTURA EXTERNA.



As alvenarias externas da edificação serão em pintura tipo texturizado (ver elevações).

A tinta utilizada deverá anteder a norma DIN 55649 ou outra norma de sustentabilidade; e deverá ser livre de solventes e odor.

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas.

Receberão três demãos, sendo que, cada demão de tinta somente poderá ser aplicada depois de obedecido a um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis. Pintura à base de látex acrílico de primeira linha.

Obs: As cores descritas são sugestivas, podendo ser alteradas a critério da instituição responsável pela obra.

13.2. GUIA PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO

Será utilizado nos estacionamentos guia pré-fabricada de concreto, do tipo I: com 30 cm de altura, 100 cm de comprimento com canto superior arredondado e face externa ligeiramente inclinada.

Poderão ser adquiridas de fábricas de produtos pré-moldados, ou confeccioná-las em canteiro com o uso de fôrmas padronizadas para tal; deverá pois, consultar qual traço será o mais recomendável, observar os processos de adensamento e cura.

13.3. PISO CIMENTADO

O piso cimentado poderá ser obtido através do desenvolvimento: sarrafeamento e alisamento da própria camada de concreto, traço 1:3:4 (cimento, areia grossa e pedra britada) com 7cm de espessura.

Após nivelamento, desempenar e queimar.

Utilizar desmoldante em pó após a queima em toda a área a ser estampada. Obedecer a um intervalo de 24 horas sem qualquer tráfego.

Lavagem com bomba de pressão e após a retirada completa de todo material solto e deixar secar.

Aplicar resina acrílica para acabamento final.

Serão executados em placas de concreto de FCK = 250 kgf/cm², com espessura de 5 centímetros.

As placas serão concretadas alternadamente e as juntas, a cada 1m, serão do tipo "secas". As primeiras juntas dos pisos serão executadas com 10 cm de afastamento das paredes. As juntas do piso têm de transpassar a "camada de alta resistência" e da argamassa de regularização. É obrigatório colocar junta no piso onde existir junta no lastro de contrapiso.

Será colocado juntas plásticas de dilatação 17x3 milímetros, limitando painéis quadrados de dimensões de 1 metro x 1 metro, obedecendo a modulação estrutural da edificação.

Após a cura será iniciado o processo de polimento, iniciando com esmeril de grânula 24, passando pela grânula 80, para o desengrosso, e finalizando com a grânula 120.

O último polimento será efetuado com lixa número 120.

Todo o piso será lavado, encerado com pelo menos 03 demãos de cera incolor, antiderrapante, por ocasião da entrega provisória da obra.

14. ESQUADRIAS

14.1. ESQUADRIAS DE MADEIRA E FERRAGENS.

As portas deverão de espessura mínima de 35mm, encabeçadas com requadro de



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

fechamento em madeira maciça.

Na execução do serviço, a madeira deverá ser de boa qualidade, seca e isenta de defeitos, tais como rachaduras, nós, escoriações, empenamento, etc.

As folhas respeitarão o padrão comercial: 82, 112 e etc.

Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra e no canteiro de obras deverá ser possuir certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição.

Todas as portas de madeira serão pintadas com esmalte sintético (livre de solvente) na cor branca.

Portas com visores de vidro nos locais definidos em projeto arquitetônico deverão ter acabamento adequado, com encabeçamento, rebaixo e guarnição de madeira para a fixação dos vidros laminados.

A ferragem para as portas de abrir deverão ser do tipo roseta, cromado.

Serão todas em acabamento cromado. As ferragens não poderão receber pintura.

As dobradiças deverão ser de latão e terão pino de bola de latão, para as portas pesadas terão arruela intermediária de desgaste.

As ferragens deverão ser executadas rigorosamente em perfeito acabamento, sem folgas ou emendas, nela inclusa seus rebaiços ou encaixes.

Deverão ser verificadas as cargas das peças a serem fixadas pelas ferragens, principalmente as dobradiças, que deverão ser suficientemente robustas, de forma a suportarem com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

Todas as chaves deverão possuir numeração correspondente às portas e serem fornecidas em duas vias.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão obedecer a NBR 11706 e NBR 7199.

14.2. ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E FERRAGENS.

Indicadas nos detalhes de esquadrias, as janelas serão em alumínio anodizado natural e as portas de alumínio anodizado na cor natural, com locais, características, dimensões, revestimentos indicados em projeto e no quadro de esquadrias (janelas e portas).

Normas: EB-1968/89 - Caixilho para edificação - janela (NBR-10821), MB-1226/89.

Janelas, fachadas-cortina e portas externas em edificação - penetração de água (NBR-6486), MB-1227/89 - Janelas, fachadas-cortina e portas externas em edificação - resistência à carga de vento (NBR-6497).

O alumínio puro será do tipo H - metalúrgico - e obedecerá ao disposto na P-NB-167/ABNT e na DIN-1712. A terminologia será regida pela TB-57/ABNT.

Os alumínios deverão ser anodizados, na cor Branca, de acordo com as normas da ABNT / NBR 12609 e NBR 9243 e a anodização será classe A18 (processo de oxidação anódica para proporcionar recobrimento de óxido pigmentado com espessura mínima de 18 micras), isento de defeitos. No caso de cortes após a anodização dos perfis, as superfícies sem anodização não poderão estar visíveis.

As ligas de alumínio - considerados os requisitos de aspecto decorativo, inércia química ou resistência à corrosão e resistência mecânica - serão selecionadas em total conformidade com os especificados nos projetos de arquitetura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

As serralherias de alumínio serão confeccionadas com perfis fabricados com liga de alumínio que apresentem as seguintes características:

- - Limite de resistência à tração: 120 a 154 MPa
- - Limite de escoamento: 63 a 119 MPa
- - Alongamento (50 mm): 18% a 10%
- - Dureza (brinell) - 500/10: 48 a 68.

O acabamento das superfícies dos perfis de alumínio será caracterizado pelas definições dos projetos arquitetônicos e que sejam fabricadas com ligas de alumínio que apresentem bom aspecto decorativo, inércia química e resistência mecânica.

A execução será esmerada, evitando-se por todas as fôrmas e meios, emendas nas peças e nos encontro dos montantes verticais e horizontais. Terá vedação perfeita contra ventos e chuvas sendo que se apresentarem qualquer vazamento será imediatamente corrigido.

Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade, novos, limpos, perfeitamente desempenados e sem nenhum defeito de fabricação ou falhas de laminação com acabamento superficial uniforme, isento de riscos, manchas, faixas, atritos e/ou outros defeitos.

Os quadros serão perfeitamente esquadriados, tendo os ângulos soldados bem esmerilhados ou limados, permanecendo sem rebarbas ou saliências de soldas. As esquadrias não serão jamais forçadas nos rasgos porventura fora de esquadro, ou de escassas dimensões. Haverá especial cuidado para que as armações não sofram distorções quando aparafusadas aos chumbadores.

As barras e os perfis serão extrudados necessariamente na liga ABNT 6063-T5 e as roldanas, fechos, recolhedores, escovas de vedação, guarnições de EPDM, comandos, alças e demais acessórios deverão ser de primeira qualidade proporcionando funcionamento preciso, suave e silencioso ao conjunto por longo tempo.

Para execução das esquadrias, deverão ser feitos preliminarmente os levantamentos e medições no local para conferi-las nos projetos, posteriormente, assentar as esquadrias nos vãos e locais indicados, observando prumo e nível das mesmas, bem como pelo seu perfeito funcionamento.

Todas as esquadrias fornecidas à obra deverão ter embalagem de proteção em papel crepe, serão transportadas e estocadas com sarrafos de madeira entre as peças e manuseadas com o maior cuidado, uma vez que não serão aceitas esquadrias com arranhões, vestígios de pancadas ou pressões etc. A retirada da embalagem de proteção só será efetuada no momento da colocação da esquadria.

Todas as esquadrias de alumínio (utilizadas nas divisórias dos sanitários) deverão possuir trincos para fechamento interno.

Os guichês de alumínio terão trinco borboleta niquelado cromado.

As janelas projetantes terão fecho haste de comando projetante – HAS em alumínio comprimento 40cm.

As portas de alumínio terão o seguinte conjunto de fechadura tipo alavanca, em aço esp.=1,25, cromada, cilindro C400, chave tipo 2F.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão obedecer a NBR 11706 e NBR 7199.



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

15. SOLEIRAS/RODAPÉS/PINGADEIRAS

As soleiras e pingadeiras deverão ser em granito cinza, polido e impermeabilizado, com espessura mínima de 2cm, nas dimensões exatas dos vãos.

Os rodapés deverão ser dos mesmos materiais que estiver especificado o piso do ambiente (ver detalhes); A altura será 10cm.

16. BANCADAS, LAVATÓRIO E CUBAS EM INOX.

As bancadas deverão ser em Aço Inox 304/20 ou 18, enchimento em concreto aramado leve (s/ brita), solda de argônio, testeira de 15cm, acabamento liso; conforme dimensões no projeto.

As cubas da cozinha e das utilidades também deverão ser em aço inox e com a mesma especificação do inox das bancadas. As dimensões devem ser conferidas nos detalhamentos de bancadas.

17. LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS.

- Sifão regulável de 1" para ½" bitola
- Sifão simples para pias e cubas
- Válvula de escoamento cromada com ladrão
- Válvula de descarga cromada, 1 1/2"
- Tubo de ligação para bacia, cromado
- Acabamento para válvulas de descargas em metal cromado,
- Tubo de ligação cromado flexível
- Torneira de parede para uso geral com arejador
- Torneira de parede (nas cubas), acabamento cromado, bica alta
- Torneira de mesa (nos lavatórios), com fechamento automático com temporizador, cromada
- Barra de apoio reta em aço inoxidável tipo AISI 304, diâmetro de 38 mm, comprimentos: 40cm, 60cm e 80cm.
- Barra de apoio em "L", em aço inoxidável tipo AISI 304, diâmetro de 38 mm, comprimento: 70x70cm.
- Torneiras do tipo presmatic, cromada, sem peças de plástico, com arejador.

18. APARELHOS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS

Seguir o projeto hidráulico e detalhes do projeto arquitetônico.

- Lavatório pequeno 46x35cm com coluna suspensa, cor branco.
- Tanque de louça branca, cantos arredondados, com estrias profundas; 535mm de largura e 510mm de comprimento, coluna suspensa.
- Bacia sanitária convencional, h=44cm, cor branco gelo, incluindo vedações, conexões de entrada e demais acessórios cromados



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

- Chuveiro elétrico, tensão 220V, potência 5.400W, fabricados em termoplástico resistente, Sifão para lavatórios de coluna suspensa;
- Os registros de gaveta serão especificados para cada caso particular, considerada a pressão de serviços projetada, conforme indicação dos projetos.
- As válvulas de retenção serão inteiramente de bronze ou de ferro fundido, com vedação de metal contra metal, tipo vertical ou horizontal. Tipo com flanges, de ferro, vedação de borracha ou bronze.
- Dispensador de papel higiênico em rolo, cor branco,
- Dispensador para papel toalha em plástico ABS,
- Saboneteira spray em plástico ABS,
- Par de parafusos de 7/23 x 2.3/8 para bacias.
- Anel de vedação para bacias sanitárias
- Assento para banho articulado em aço inox aisi 304, 70x45cm, com base em chapa bitola 14 (espessura 2mm) perfurada para passagem de água e sabão.

19. ACABAMENTOS INTERRUPTORES E TOMADAS.

O acabamento de interruptores e tomadas cor branca, em poliestireno (OS), resistente a chamas, resistente a impactos e ter ótima estabilidade às radiações UV para evitar amarelamentos.

20. COBERTURA

20.1. TELHA CERÂMICA

As telhas deverão ser cerâmicas, tipo francesa, com inclinação de 30% e seguir a NBR 8038 que determina a especificações técnicas e fixação da telha cerâmica tipo francesa, conforme detalhamento do projeto.

20.2. Calhas:

Os contra-rufos e calhas serão em chapas galvanizadas USG #26, natural sem pintura, com dimensões de 25cm de largura e 20 cm de altura, por facilidade de manutenção. Deverão possuir ralo tipo abacaxi nas quedas dos condutores de água pluvial.

Deverão atender a NBR 10844.

• **Condições Gerais:**

Só poderão ser aplicados telhas e acessórios de fabricantes que tenham o certificado de qualidade ISO 9000 ou superior ou atestado do IPT ou outro que atenda as normas da ABNT, no que couber.

Os serviços a serem executados, bem como, os materiais empregados nas obras deverão obedecer às normas pertinentes da A.B.N.T – NR-18 – SEÇÃO 18.18 – (SERVIÇOS EM TELHADOS).



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

Será obedecido rigorosamente às prescrições do fabricante no que diz respeito aos cuidados com relação a cortes, inclinações, beirais, vãos livres, recobrimentos laterais, longitudinais, fixações, uso de rufos, contra-rufos e demais acessórios conforme recomendações do fabricante.

Deverão ser obedecidas as indicações do fabricante no que diz respeito aos cuidados a serem tomados durante o manuseio, transporte das peças até sua colocação, sentido de montagem, corte de cantos, furação, fixação, vão livre máximo, etc.

A inclinação da cobertura deverá ser obtida através da posição correta dos seus apoios e de sua inclinação.

Não será permitido o uso de 02 ou mais telhas para cobrir um vão, se o mesmo puder ser coberto com 01 (uma).

Toda a fixação de pingadeiras, calhas e rufos na alvenaria deverá ser feita com a utilização de bucha de nylon, parafusos zincados - cabeça panela e arruela lisa zincada.

Serão obedecidas rigorosamente as prescrições do fabricante no que diz respeito aos cuidados quanto aos cortes, inclinações, beirais, vãos livres, recobrimento laterais, longitudinais, fixações, uso de rufos, contra-rufos e demais acessórios.

São consideradas partes do item de cobertura, elementos de fixação, apoios, suporte de abas, tirantes de contraventamento, afastadores, travas, peças complementares, cumeeiras, terminais de abas planas, rufos, tampões, placas pingadeiras, ralos tipo abacaxi quando necessários.

21. VIDRO TEMPERADO

Nas esquadrias especificadas a utilização de vidro temperado, empregar vidro temperado, incolor e nos tamanhos e recortes indicados em projeto.

As chapas serão inspecionadas no recebimento quanto à presença de bolhas, fissurações, manchas, riscos, empenamentos e defeitos de corte, e serão rejeitadas quando da ocorrência de qualquer desses defeitos; poderá ser escolhido o adequado acabamento das bordas (corte limpo, filetado, lapidado redondo, ou lapidado chanfrado). Aceitar-se-á variação dimensional de, no máximo 3,0 mm para maior ou para menor.

Deverão, ainda, ser instalados nos respectivos caixilhos observando-se a folga entre a chapa de vidro e a parte interna, a qual deve ser aproximadamente 6,0 a 8,0 mm para cada lado.

22. LIMPEZA DE OBRA

Limpeza geral final de pisos, paredes, vidros, equipamentos (louças, metais, etc.) e áreas externas, inclusive jardins.

Para a limpeza deverá ser usada de modo geral água e sabão neutro: o uso de detergentes, solventes e removedores químicos deverão ser restritos e feitos de modo a não causar PISO TÁTIL

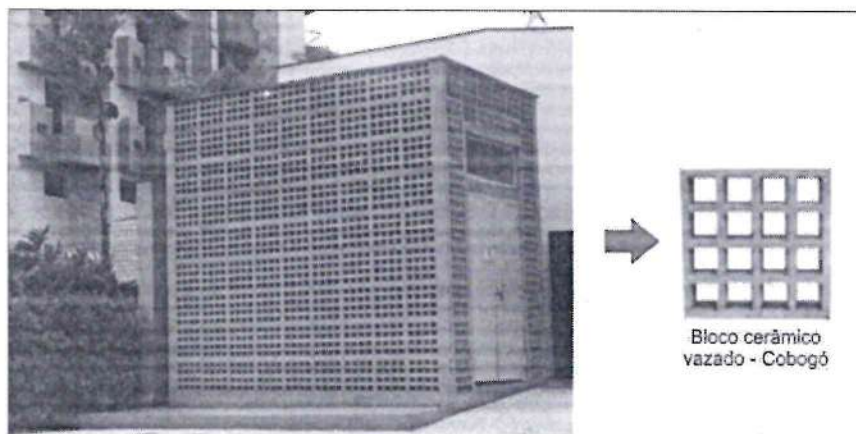
Na calçada externa (ver detalhe) deverá ser utilizado piso em placa de concreto tátil 30x30cm, alerta, cor terracota (vermelho), conforme NBR/ABNT 9050.

23. ELEMENTO VAZADO (COBOGÓ)



RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

Elemento vazado (cobogó) de cimento bruto, 39x39x10cm,



24. HABITE-SE E "AS BUILT"

Ao final dos serviços, a instituição responsável pela obra deverá requerer junto a Prefeitura do referido Município, Habite-se junto ao ISS, a CND – Certidão Negativa de Débitos, e os demais documentos necessários para a regularização da obra.

Antes da entrega definitiva da obra, deverá ser solicitado o respectivo "as built", sendo que a sua elaboração deverá obedecer ao seguinte roteiro:

1º) representação sobre as plantas dos diversos projetos, denotando como os serviços resultaram após a sua execução; (As retificações dos projetos deverão ser feitas sobre cópias dos originais, devendo constar, acima do selo de cada prancha, a alteração e respectiva data.).

2º) O "as built" consistirá em expressar todas as modificações, acréscimos ou reduções havidas durante a construção, e cujos procedimentos tenham sido de acordo com o previsto pelas Disposições Gerais deste Memorial.

Deverá ser:

- ✓ fornecido "as built" de todas as instalações executadas (água, esgoto, dados, telefone, iluminação, segurança e incêndio, automação e controle, entre outros);
- ✓ testados e feitos os ajustes finais em todos os equipamentos e instalações;
- ✓ revisados todos os materiais de acabamento, sendo feito os reparos finais ou substituição, senecessário;
- ✓ providenciada a carta de "Habite-se"/Alvara de Funcionamento e os demais certificados das Concessionárias locais;

Demais informações quanto a projetos complementares e outras documentações constam em **Projeto Padronizado UBS II** : <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/requalifica-ubs/publicacao/projeto-padronizado-ubs-ii>


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-B - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

**ANEXO I-B - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM
ANEXO.**

RAIMUNDO NONATO BINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
1			Mobilização - canteiro de obras - demolições					64.817,06
1.1	SINAPI	103689	Placa de obra em chapa de aço galvanizado - padrão ministério da saúde - 1,50x3,00m	m²	4,50	463,91	597,60	2.689,20
1.2	ORSE	50	Locação de construção de edificação entre 200 e 1000 m2, inclusive execução de gabarito de madeira	m²	809,80	8,66	11,15	9.029,27
1.3	SINAPI	98458	Tapume com compensado de madeira. Af. 03/2024	m²	83,93	107,85	138,93	11.660,39
1.4	SINAPI	98524	Limpeza terreno remocao arbustos-corte de capoeira a foice	m²	1363,95	4,56	5,87	8.006,38
1.5	SBC	12206	Instal/ligacao provisoria electrica baixa tensao p/cant obra obra, m3- chave 100a carga 3kwh,20cv excl form medidor	un	1,00	2.917,64	3.758,49	3.758,49
1.6	SBC	12201	Ligação de esgoto	un	1,00	1.978,09	2.548,17	2.548,17
1.7	SEINFRA	C2851	Ligação provisória de água para obra	un	1,00	1.343,32	1.730,46	1.730,46
1.8	SEINFRA	C0002	Galpão aberto para oficina e depósito de canteiro de obras, em madeira	m²	10,00	1.008,04	1.298,55	12.985,50
1.9	ORSE	5088	Barracao de obra em chapa de madeira compensada com banheiro, cobertura em fibrocimento 4 mm, incluso instalaçoes hidro- sanitarias e electricas	m²	40,00	240,83	310,23	12.409,20
2			Administração local					85.155,54
2.1	PRÓPRIO	CP - 01	Administração local da obra	mês	6,00	11.017,40	14.192,59	85.155,54
3			Movimento de terra					18.834,90
3.1	SINAPI	93358	Escavacao manual de valas ou fundações	m³	94,73	84,77	109,20	10.344,51
3.2	SEINFRA	C0096	Reaterro apiloado	m³	59,55	49,06	63,19	3.762,96
3.3	SINAPI	100981	Carga e descarga mecanizadas em caminhao basculante	m³	54,39	9,56	12,31	669,54
3.4	SEINFRA	C2532	Carga, transporte e destinação de entulhos, dim 20km	m³	54,41	57,90	74,58	4.057,89
4			Cobertura					240.631,94
4.1	SEINFRA	C1335	Estrutura em madeira aparelhada, para telha ceramica, apoiada em parede	m²	401,45	172,08	221,67	88.989,42
4.2	ORSE	10820	Telhamento com telha cerâmica tipo colonial, com encaixes, 1ª qualid, cor vermelha, união ou similar	m²	401,45	139,92	180,24	72.357,34
4.3	SBC	100146	Cobertura em policarbonato, incl. Estrutura metálica	m²	39,90	610,60	786,57	31.384,14


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
4.4	SINAPI	94221	Cumeeira com telha cerâmica emboçada com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m	37,47	24,20	31,17	1.167,93
4.5	SINAPI	94229	Calha em chapa de aço galvanizado	m	106,75	148,03	190,69	20.356,15
4.6	SINAPI	100327	Rufos, contra-rufos, água-furtada em chapa de aço galvanizado	m	380,62	53,80	69,30	26.376,96
5			Fundação e estrutura					426.185,74
			Fundação					
5.1	SINAPI	101173	Estaca a trado (broca) diâmetro = 20 cm, em concreto moldado in loco, 15 mpa, sem armacao	m	392,00	61,62	79,37	31.113,04
5.2	SINAPI	95577	Armacao aço ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	196,00	11,57	14,90	2.920,40
5.3	SEINFRA	C1605	Lastro de brita	m³	2,24	166,75	214,80	481,15
5.4	SINAPI	96539	Forma de madeira comum para fundacoes	m²	338,12	139,27	179,40	60.658,72
5.5	SINAPI	92761	Armacao aço ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	1410,82	13,26	17,08	24.096,80
5.6	SINAPI	92759	Armacao de aço ca-60 diam. 3,4 a 6,0mm - fornecimento / corte (c/perda de 10%) / dobra / colocação	kg	576,25	14,65	18,87	10.873,83
5.7	SINAPI	96558	Concreto usinado bombeado fck=25mpa, inclusive colocação, espalhamento e acabamento	m³	32,94	815,76	1.050,86	34.615,32
			Estrutura					
5.8	SINAPI	92421	Forma para estruturas de concreto (pilares, vigas e lajes) em chapa de madeira compensada resinada, de 1,10 x 2,20, espessura = 12 mm, 05 utilizações. (fabricação, montagem e desmontagem)	m²	503,27	108,15	139,31	70.110,54
5.9	SINAPI	92761	Armacao aço ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	2408,85	13,26	17,08	41.143,15
5.10	SINAPI	92759	Armacao de aço ca-60 diam. 3,4 a 6,0mm - fornecimento / corte (c/perda de 10%) / dobra / colocação	kg	983,90	14,65	18,87	18.566,19
5.11	SINAPI	96558	Concreto usinado bombeado fck=25mpa, inclusive colocação, espalhamento e acabamento	m³	29,58	815,76	1.050,86	31.084,43


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
5.12	SINAPI	101964	Laje pré-moldada, incluso escoramento, concreto e armadura complementar	m²	365,10	195,52	251,86	91.954,08
5.13	SINAPI	93184	Verga, contra-verga em concreto pré-moldado, 10x10cm, fck=20mpa (preparo com betoneira) aço ca60, bitola fina, inclusive formas tabua 3a	m	228,30	29,14	37,53	8.568,09
6			Alvenaria - vedação					244.056,58
6.1	SEINFRA	C0076	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), juntas 12mm	m²	1210,85	122,43	157,71	190.963,15
			Muros					
6.2	ORSE	13595	Muro em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), juntas 12mm, incluso fundação e estrutura - contorno do reserv. Águas pluviais	m²	238,59	172,75	222,53	53.093,43
7			Impermeabilização					116.015,59
7.1	SINAPI	98557	Impermeabilização com pintura betuminosa (baldramas)	m²	280,97	36,49	47,00	13.205,59
7.2	SINAPI	98547	Impermeabilização com manta asfáltica 3mm - lajes	m²	365,10	218,43	281,38	102.731,83
7.3	SINAPI	98563	Proteção mecânica com argamassa traco 1:3 (cimento e areia), espessura 2 cm - lajes	m²	1,60	37,93	48,86	78,17
8			Revestimentos - pisos, paredes e tetos					537.092,88
			Piso					
8.1	SINAPI	90942	Contrapiso em argamassa traco 1:4 (cimento e areia), espessura 7cm, preparo manual	m²	365,28	93,03	119,84	43.775,15
8.2	SBC	170031	Regularização de piso em argamassa traco 1:3 (cimento e areia grossa sem penetrar), espessura 2,0cm, preparo mecânico	m²	465,32	52,21	67,25	31.292,77
8.3	SINAPI	94994	Piso (calçada) em concreto (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico, e espessura de 7cm (contorno úbs)	m²	329,71	93,73	120,74	39.809,18
8.4	SBC	170652	Calçada em piso intertravado 8 cm	m²	23,80	160,54	206,80	4.921,84
8.5	ORSE	75	Lastro de cascalho (estacionamento - h= 10cm)	m³	27,70	123,43	159,00	4.403,98
8.6	SINAPI	94276	Guia de concreto	m	38,30	48,30	62,21	2.382,64

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46,10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
8.7	ORSE	10233	Sarjeta em concreto, preparo manual, com seixo rolado, espessura = 8cm, largura = 40cm	m²	15,32	119,93	154,49	2.366,78
8.8	SINAPI	87251	Piso cerâmico 40x40cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m²	365,28	61,20	78,83	28.795,02
8.9	SINAPI	88649	Rodapé cerâmico h=10cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m	310,21	9,63	12,40	3.846,60
8.10	SINAPI	98689	Soleira de granito - portas	m	26,50	122,47	157,76	4.180,64
			Parede					
8.11	SEINFRA	C0777	Chapisco em paredes externas traco 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecanico	m²	915,69	11,97	15,41	14.110,78
8.12	SEINFRA	C0777	Chapisco em paredes internas traco 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecanico	m²	1506,01	11,97	15,41	23.207,61
8.13	SINAPI	87794	Emboço paulista (massa unica) em parede, traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), preparo mecanico - esp 2cm	m²	2421,70	42,89	55,25	133.798,92
8.14	SINAPI	87267	Revestimento cerâmico 20x20cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m²	275,65	73,90	95,19	26.239,12
8.15	SINAPI	96134	Emassamento c/massa acrílica para ambientes internos, duas demãos	m²	1211,32	48,78	62,83	76.107,23
8.16	SINAPI	88489	Pintura latex acrílica ambientes internos, duas demãos	m²	1211,32	13,70	17,64	21.367,68
8.17	SINAPI	101965	Peitoril de granito (anelas)	m	52,05	193,06	248,69	12.944,31
8.18	SINAPI	95305	Pintura externa em textura acrílica	m²	1210,38	14,61	18,82	22.779,35
			Teto					
8.19	SINAPI	96132	Emassamento com massa latex pva para ambientes internos	m²	365,10	16,31	21,01	7.670,75
8.20	SINAPI	88488	Pintura latex acrílica ambientes internos, duas demãos	m²	365,10	15,97	20,57	7.510,10
8.21	SINAPI	96113	Forro de gesso	m²	365,10	47,41	61,07	22.296,65
			Muro de fechamento do reserv. Reaproveitamento de água					
8.22	SINAPI	87904	Chapisco em paredes externas traco 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecanico	m²	38,77	8,31	10,70	414,83

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46,10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
8.23	SINAPI	87794	Emboço paulista (massa única) em parede, traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), preparo mecânico - esp 2cm	m²	38,76	42,89	55,25	2.141,49
8.24	SINAPI	95305	Pintura externa em textura acrílica	m²	38,76	14,61	18,82	729,46
9			Esquadrias					93.772,87
			Madeira					
9.1	SINAPI	90843	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,80x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	1,00	1.043,21	1.343,86	1.343,86
9.2	SINAPI	90844	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,90x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	4,00	1.135,17	1.462,32	5.849,28
9.3	ORSE	8204	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,90x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	1,00	1.437,82	1.852,19	1.852,19
9.4	SBC	110181	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,00x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	1,00	1.668,08	2.148,81	2.148,81
9.5	SBC	110015	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,20x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	1,00	1.104,12	1.422,32	1.422,32
9.6	SINAPI	91307	Fechadura de embutir completa, para portas internas, padrão de acabamento popular	un	26,00	92,22	118,79	3.088,54
9.7	SBC	110181	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,20x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	1,00	1.668,08	2.148,81	2.148,81
9.8	SINAPI	102220	Pintura esmalte para madeira, duas demãos, incluso aparelhamento com fundo nivelador branco fosco	m²	172,62	15,48	19,94	3.442,04
			Alumínio					
9.9	ORSE	13591	Janela de alumínio projetante	m²	41,10	852,59	1.098,30	45.140,13
9.10	SEINFRA	C1516	Janela veneziana alumínio - fixo	m²	0,40	658,93	848,83	339,53

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
9.11	SINAPI	91338	Porta de abrir em alumínio chapa lisa, 1f/2f, completa - conf. Projeto	m²	15,75	862,76	1.111,40	17.504,55
9.12	SCO	PJ 25.20.0061	Bicicletário em tubo de aço galvanizado	un	1,00	665,94	857,86	857,86
			Vidro					
9.13	SINAPI	100702	Conjunto de vidro temperado 10mm com 1 porta - cv1/cv2/cv3	m²	9,36	469,46	604,75	5.660,46
9.14	ORSE	9718	Espelho cristal fixado com botões	m²	4,04	571,55	736,26	2.974,49
10			Instalações elétricas					137.597,14
			Padrão de entrada trifásico 125a aéreo					
10.1	SETOP	ED-20581	Padrão de entrada trifásico 125a aéreo - completo cfe projeto	cj	1,00	3.145,13	4.051,55	4.051,55
			Pontos elétricos					
10.2	ORSE	11438	Luminária fluorescente tubular t5, 2x28w/127v de sobrepor com corpo em chapa de aço tratada e pintada, painel em chapa de aço perfurada, tratada e pintada refletor facetado em alumínio anodizado brilhante de alta refletância e alta pureza 99,85%, soquete tipo push - in g - 5 de engate rápido, rotor de segurança em policarbonato e contatos em bronze fosforoso, e difusor transparente de poliestireno, com lâmpadas - completa	un	49,00	362,90	467,48	22.906,52
10.3	ORSE	11440	Luminária fluorescente compacta de sobrepor, para 2 x fc 18/26w ou fc eletrônica 23w e chapa de aço tratada e pintada, com refletor em alumínio anodizado alto brilho, difusor em acrílico translúcido na cor branca, com lâmpadas - completa	un	13,00	276,30	355,92	4.626,96
10.4	SINAPI	97607	Arandela tipo tartaruga com lâmpada eletrônica 16w - completa	un	22,00	108,45	139,70	3.073,40
10.5	SBC	65080	Bloco autônomo para iluminação de emergência e indicação de saída	un	3,00	233,62	300,94	902,82
10.6	ORSE	4437	Projektor com lâmpada e reator vapor metálico 150w completo	un	2,00	89,45	115,22	230,44

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
10.7	SINAPI	101632	Relé fotoelétrico	un	2,00	37,86	48,77	97,54
10.8	PRÓPRIO	CP - 02	Ponto de energia para iluminação	pt	103,00	243,03	313,07	32.246,21
10.9	SINAPI	91940	Placa de saída de fio com furo central em cx. 4x2 para ponto de chuveiro ou aquecedor	un	3,00	17,65	22,73	68,19
10.10	SINAPI	91997	Tomada 20a/127v padrão brasileiro em cx. 4x2	un	73,00	38,27	49,29	3.598,17
10.11	SINAPI	91993	Tomada 20a/127v em cx. 10x10 de piso alta	un	5,00	47,81	61,58	307,90
10.12	SINAPI	92005	Tomada dupla 20a/127v padrão brasileiro em cx. 4x4	un	14,00	62,20	80,12	1.121,68
10.13	PRÓPRIO	CP - 03	Ponto de energia para tomada	pt	95,00	224,34	288,99	27.454,05
10.14	SINAPI	91953	Interruptor c/ 1 teca simples em cx. 4x2	un	18,00	30,53	39,32	707,76
10.15	SINAPI	91959	Interruptor c/ 2 tecas simples em cx. 4x2	un	13,00	46,71	60,17	782,21
10.16	SINAPI	91967	Interruptor c/ 3 tecas simples em cx. 4x2	un	4,00	62,89	81,01	324,04
10.17	SINAPI	91975	Interruptor c/ 4 tecas simples em cx. 4x4	un	3,00	84,98	109,47	328,41
10.18	SINAPI	91955	Interruptor c/ 1 teca paralela em cx. 4x2	un	2,00	37,07	47,75	95,50
10.19	ORSE	3278	Ponto de energia para interruptor	pt	40,00	193,13	248,78	9.951,20
			Qpdtg					
10.20	SINAPI	101883	Painel de distribuição em chapa de aço 16usg, para até 18 disjuntores monopolares, pintura em epoxi cor bege, com trinco, espelho interno c/ plaquetas de identificação em acrílico para cada circuito e porta projeto. Deverá atender o solicitado no diagrama unifilar em projeto.	un	1,00	502,71	647,59	647,59
10.21	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 125a capac. Interrup. 25ka-c	un	1,00	403,69	520,03	520,03
10.22	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 100a capac. Interrup. 25ka-c	un	1,00	403,69	520,03	520,03
10.23	ORSE	820	Para raio tipo vdl 175v 45ka	un	1,00	77,33	99,61	99,61
			Quadros					
10.24	SINAPI	101883	Painel de distribuição em chapa de aço 16usg, para até 18 disjuntores monopolares, pintura em epoxi cor bege, com trinco, espelho interno c/ plaquetas de identificação em acrílico para cada circuito e porta projeto. Deverá atender o solicitado no diagrama unifilar em projeto.	un	1,00	502,71	647,59	647,59

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
10.25	ORSE	7996	Interruptor diferencial 4x63a sens. 30ma (tetrapolar)	un	2,00	302,73	389,97	779,94
10.26	ORSE	820	Para raio tipo vcl 40ka	un	3,00	77,33	99,61	298,83
10.27	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 80a capac. Interrup. 25ka-curva c	un	2,00	403,69	520,03	1.040,06
10.28	SINAPI	93655	Disjuntor termomagnético monopolar padrao nema (americano) 10 a 30a	un	10,00	13,01	16,75	167,50
10.29	SINAPI	93658	Disjuntor termomagnético monopolar padrao nema (americano) 35 a 50a	un	10,00	20,84	26,84	268,40
10.30	SINAPI	101891	Disjuntor termomagnético bipolar padrao nema (americano) 10 a 50a	un	5,00	26,64	34,31	171,55
Equipamentos lógica e telefonia								
10.31	SINAPI	98307	Placa 4x4 com uma tomada de logica tipo rj45 cat. 6	un	17,00	50,84	65,49	1.113,33
10.32	ORSE	690	Ponto para instalação de lógica	pt	17,00	211,31	272,20	4.627,40
10.33	SBC	59451	Certificação do cabeamento horizontal conforme normas para atendimento da categoria 6	pt	17,00	40,00	51,52	875,84
10.34	SBC	23447	Ponto para instalação de telefonia	pt	12,00	114,22	147,13	1.765,56
10.35	ORSE	12781	Rack 10u's tipo auto portante c/ porta em acrílico e chave frontal e lateral, com 2 ou 4 ventiladores de teto.	un	1,00	3.379,39	4.353,32	4.353,32
10.36	ORSE	12791	Switch 24 portas 10/100/1000 gerenciável	un	1,00	3.632,14	4.678,91	4.678,91
10.37	ORSE	10727	Voice panel 24 portas 10/100/1000 gerenciável	un	1,00	287,58	370,46	370,46
10.38	SBC	59106	Placa saída de fio - 4x4 - antena de tv	un	2,00	11,38	14,65	29,30
10.39	ORSE	10727	Ponto para instalação de antena de tv	pt	2,00	287,58	370,46	740,92
10.40	SINAPI	100561	Caixa telefonica (400x400x120mm) de embulir	un	1,00	183,52	236,41	236,41
10.41	SINAPI	97891	Caixa de passagem em alvenaria tipo r1 c/ tampa de ferro fundido e aro tp1f completa	un	3,00	199,25	256,67	770,01
11			Instalações hidráulicas					183.548,31
Louças e aparelhos sanitários								
11.1	SINAPI	100849	Assento para vaso sanitário de plástico padrao popular	un	7,00	37,95	48,88	342,16
11.2	SINAPI	95472	Vaso sanitário sifonado louca branca padrao pne, com conjunto para fixação para vaso sanitário com parafuso, arruela e bucha, incl assento	un	7,00	884,48	1.139,38	7.975,66

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
11.3	SINAPI	95544	Porta papel higiênico rolo em plástico abs	un	8,00	77,95	100,41	803,28
11.4	SINAPI	86942	Lavatório louca branca suspenso 29,5 x 39,0cm, padrao popular, com sifão plastico tipo copo 1, valvula em plastico branco 1 e conjunto para fixacao	un	14,00	315,01	405,79	5.681,06
11.5	SBC	190034	Lavatório em inox para escovação, incl valvulas e sifões, conf.projeto	un	4,00	1.146,19	1.476,52	5.906,08
11.6	SINAPI	95547	Porta-toalha de papel	un	23,00	108,81	140,16	3.223,68
11.7	SINAPI	95544	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 1.80x0.60, com01 cuba de embutir de louça e 01 cuba inox, sifão plástico, válvula plástica, torneira em aço inox, inclusive rodopla 10 cm, assentada	un	23,00	77,95	100,41	2.309,43
11.8	ORSE	12286	Bebedouro de pressão em inox	un	4,00	1.662,11	2.141,12	8.564,48
11.9	SEINFRA	C0386	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 1.80x0.60, com02 cubas de embutir de louça, sifão plástico, válvula plástica, torneira em aço inox, inclusive rodopla 10 cm, assentada	un	1,00	2.427,13	3.126,62	3.126,62
11.10	ORSE	12282	Bancada em granito, largura 57cm, e= 2cm, para pia ou lavatório	un	1,00	1.581,97	2.037,89	2.037,89
11.11	ORSE	7689	Barra apoio para deficiente em aço inox	m	11,20	820,34	1.056,76	11.835,71
11.12	ORSE	11935	Expurgo em inox	m	17,40	235,05	302,79	5.268,54
11.13	ORSE	13262	Torneira automatica cromada 1/2 ou 3/4 para lavatorio, com engate flexivel metalico 1/2x30cm	un	1,00	2.408,47	3.102,58	3.102,58
11.14	SBC	190663	Torneira cromada 1/2 para limpeza	un	22,00	638,14	822,05	18.085,10
11.15	SINAPI	86914	Torneira automatica cromada tubo movel para bancada 1/2 ou 3/4 para pias	un	5,00	140,39	180,85	904,25
11.16	SBC	190663	Chuveiro eletrico comum tipo ducha	un	13,00	638,14	822,05	10.686,65
11.17	SINAPI	100860	Cadeira escamoliavel para banho - padrao pne	un	3,00	107,00	137,83	413,49
11.18	SINAPI	100875	Reaproveitamento de água pluviais	un	1,00	1.195,56	1.540,11	1.540,11
11.19	SINAPI	102616	Reservatório d'água de fibra cilíndrico, capacidade 3.000l	un	1,00	1.911,83	2.462,81	2.462,81
11.20	SINAPI	99630	Válvula de retenção vertical ø 25mm (1 1/4)	un	1,00	128,55	165,59	165,59

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46,10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
11.21	SINAPI	94796	Torneira de boia real 3/4	un	1,00	35,81	46,13	46,13
11.22	ORSE	13363	Luva de aço galvanizado 3/4	un	1,00	13,46	17,33	17,33
11.23	EMOP	18.017.0100-A	Filtro volumétrico modelo vf1	un	1,00	2.543,12	3.276,04	3.276,04
11.24	SINAPI	102137	Sistema automático de realimentação 3/4 contendo boia automática de nível e válvula solenóide	un	1,00	71,66	92,31	92,31
11.25	SINAPI	94483	Conjunto flutuante de sucção Ø 1	un	1,00	1.205,90	1.553,43	1.553,43
11.26	ORSE	8614	Boia automática de mínimo	un	1,00	83,20	107,17	107,17
11.27	ORSE	12882	Pressurizador (silencioso) automático com pressostato, potência 0,5hp - 19mca 2.000 l/h	un	2,00	906,47	1.167,71	2.335,42
11.28	SINAPI	94496	Registro gaveta 1.1/4 bruto latao - fornec. E instalação	un	1,00	61,27	78,92	78,92
11.29	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4 bruto latao - fornec. E instalação	un	1,00	69,00	88,88	88,88
11.30	SINAPI	94792	Registro gaveta 1 bruto latao - fornec. E instalação	un	1,00	83,94	108,13	108,13
11.31	SINAPI	89985	Metals, acessórios e equipamentos Registro pressao 3/4 com canopla acabamento cromado simples	un	4,00	65,68	84,60	338,40
11.32	SINAPI	99635	Valvula descarga 1.1/2 com registro, acabamento em metal cromado	un	7,00	367,48	473,38	3.313,66
11.33	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4 com canopla acabamento cromado simples	un	23,00	69,00	88,88	2.044,24
11.34	SINAPI	102617	Reservatório d'água de fibra cilíndrico, capacidade 5.000l	un	3,00	3.508,64	4.519,82	13.559,46
11.35	SINAPI	94796	Torneira de boia real 3/4	un	1,00	35,81	46,13	46,13
11.36	ORSE	13363	Luva de aço galvanizado 3/4	un	1,00	17,33	17,33	17,33
11.37	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4 bruto latao - fornec. E instalação	un	2,00	69,00	88,88	177,76
11.38	SINAPI	104329	Caixa sifonada pvc com grelha	un	12,00	78,31	100,87	1.210,44
11.39	ORSE	881	Pontos de hidráulica Ponto de agua fria 3/4	pt	46,00	304,98	392,87	18.072,02
11.40	SBC	52016	Ponto de agua fria 1 1/2	un	9,00	118,26	152,34	1.371,06
11.41	ORSE	1678	Ponto de esgoto dn 50	un	46,00	100,02	128,84	5.926,64
11.42	SEINFRA	C4603	Ponto de esgoto dn 100 Rede externa	pt	9,00	266,09	342,77	3.084,93

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
11.43	ORSE	4883	Caixa de inspeção em alvenaria de tijolo maciço 60x60x60cm, revestida internamente com barra lisa (cimento e areia, traço 1:4) e=2,0cm, com tampa pré moldada de concreto e fundo de concreto 15mpa tipo c - escavação e confecção - águas pluviais e esgoto	un	23,00	644,01	829,61	19.081,03
11.44	SINAPI	89511	Tubo pvc águas pluviais predial dn 75mm, inclusive conexões - fornecimento e instalação	m	38,00	34,98	45,06	1.712,28
11.45	SINAPI	89512	Tubo pvc esgoto / águas pluviais predial dn 100mm - fornecimento e instalação	m	200,00	44,46	57,27	11.454,00
12			Rede ar comprimido					11.126,08
12.1	SINAPI	103835	Tubo de cobre classe a -15mm, incluso conexões, fixações	m	60,00	61,88	79,71	4.782,60
12.2	SINAPI	95248	Válvula esfera latão cromado 1/2	un	2,00	37,53	48,34	96,68
12.3	PRÓPRIO	CP - 04	Posto de consumo completo dupla retenção	un	16,00	148,18	190,88	3.054,08
12.4	SINAPI	100788	Filtro regulador de pressão 1/4x1/2 bell-air	un	4,00	619,61	798,18	3.192,72
13			Comunicação visual					3.041,02
13.1	PRÓPRIO	CP - 05	Placas de identificação 1 em chapa aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, com 2 postes reto em aço cor natural engastado no solo. Aplicação de adesivo vinil monomérico. Dimensão 150x77cm	un	1,00	305,76	393,87	393,87
13.2	PRÓPRIO	CP - 06	Placa de sinalização 2 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 80x41cm	un	4,00	81,02	104,36	417,44
13.3	PRÓPRIO	CP - 07	Placa de sinalização 3 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado ao teto por cabo de aço 2mm. Dim 40x50cm	un	6,00	43,14	55,57	333,42
13.4	PRÓPRIO	CP - 08	Placa de sinalização 5 - fachada em chapa de aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, fixado à parede com parafusos. Aplicação de adesivo vinil monomérico. Dim 150x60cm	un	1,00	38,62	49,75	49,75

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Valor do Orçamento: 2.198.371,00
BDI: 28,82%
Horista: 82,97%
Encargos Sociais: Mensalista: 46.10%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

Item	Banco	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI	Preço Total com BDI
13.5	PRÓPRIO	CP - 09	Placa de identificação 6 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x10cm	un	29,00	42,16	54,31	1.574,99
13.6	PRÓPRIO	CP - 10	Placa de identificação 7 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x5cm - compressor e resíduos	un	5,00	42,16	54,31	271,55
14			Diversos e limpeza da obra					36.495,35
14.1	ORSE	12857	Banco de concreto curvo	un	2,00	468,96	604,11	1.208,22
14.2	ORSE	3223	Banco em concreto armado- l=150cm, incl. Estrutura, conf. Projeto	un	1,00	1.029,19	1.325,80	1.325,80
14.3	ORSE	5	Placa de inauguração de obra em alumínio 0.50 x 0.70 m	un	1,00	2.087,91	2.689,64	2.689,64
14.4	SBC	210005	Desmontagem e remoção de instalação provisória de água	un	1,00	235,92	303,91	303,91
14.5	SBC	210004	Desmontagem e remoção de instalação provisória de luz e força	un	1,00	112,53	144,96	144,96
14.6	SBC	23712	Remoção de tapume/ chapas metálicas e de madeira, de forma manual, sem reaproveitamento. Af. 09/2023	m²	83,93	25,08	32,30	2.710,93
14.7	SBC	210037	Limpeza raspagem, remoção de resíduos na obra	m²	809,83	21,70	27,95	22.634,74
14.8	SEINFRA	C2532	Carga, transporte e destinação de entulhos, dtm 20km	m³	73,44	57,90	74,58	5.477,15

Valor do Orçamento: 2.198.371,00

Importa o seguinte orçamento no valor de:
DOIS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E OITO MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-C - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

**ANEXO I-C - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
UNITÁRIOS, EM ANEXO.**

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

Composição de Preço Unitário

Tipo			Banco		Código	Descrição		Unidade	Coefficiente	Preço Unitário	Total
1	Composição	Próprio	CP - 01			Administração local		mês	1,00		11.017,40
1.1	Composição Auxiliar	SINAPI	90778			Engenheiro civil de obra pleno com encargos complementares		h	50,00	103,78	5.189,00
1.2	Composição Auxiliar	SINAPI	90776			Encarregado geral com encargos complementares		h	120,00	27,37	3.284,40
1.3	Composição Auxiliar	SINAPI	100289			Vigia noturno com encargos complementares		h	120,00	21,20	2.544,00
2	Composição	Próprio	CP - 02			Ponto de energia para iluminação		un	1,000		243,03
2.1	Composição Auxiliar	SINAPI	90447			Rasgo em alvenaria para eletrodutos com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 05/2015		m	2,200	7,73	17,00
2.2	Composição Auxiliar	SINAPI	90456			Quebra em alvenaria para instalação de caixa de tomada (4x4 ou 4x2). Af 05/2015		un	1,100	5,12	5,63
2.3	Composição Auxiliar	SINAPI	90466			Chumbamento linear em alvenaria para ramais/distribuição com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 05/2015		m	2,200	14,68	32,29
2.4	Composição Auxiliar	SINAPI	91831			Eletroduto flexível corrugado, pvc, dn 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em laje - fornecimento e instalação. Af 12/2015		m	2,000	17,32	34,64
2.5	Composição Auxiliar	SINAPI	91852			Eletroduto flexível corrugado, pvc, dn 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em parede - fornecimento e instalação. Af 12/2015		m	2,200	8,40	18,48
2.6	Composição Auxiliar	SINAPI	91924			Cabo de cobre flexível isolado, 1,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. Af 12/2015		m	18,900	3,08	58,21
2.7	Composição Auxiliar	SINAPI	91937			Caixa octogonal 3" x 3", pvc, instalada em laje - fornecimento e instalação. Af 12/2015		un	0,375	15,79	5,92

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
OBRA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
REFERÊNCIA: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
LOCAL: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

	Tipo	Banco	Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço Unitário	Total
2.8	Composição Auxiliar	SINAPI	91940	Caixa retangular 4" x 2" média (1,30 m do piso), pvc, instalada em parede - fornecimento e instalação. Af 12/2015	un	1,000	17,65	17,65
2.9	Composição Auxiliar	SINAPI	91957	Interruptor simples (1 módulo) com interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. Af 12/2015	un	1,000	53,21	53,21
3	Composição	Próprio	CP - 03	Ponto de energia para tomada	un	1,000		224,34
3.1	Composição Auxiliar	SINAPI	90447	Rasgo em alvenaria para eletrodutos com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 05/2015	m	2,200	7,73	17,00
3.2	Composição Auxiliar	SINAPI	90456	Quebra em alvenaria para instalação de caixa de tomada (4x4 ou 4x2). Af 05/2015	un	1,100	5,12	5,63
3.3	Composição Auxiliar	SINAPI	90466	Chumbamento linear em alvenaria para ramais/distribuição com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 05/2015	m	2,200	14,68	32,29
3.4	Composição Auxiliar	SINAPI	91831	Eletroduto flexível corrugado, pvc, dn 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em laje - fornecimento e instalação. Af 12/2015	m	2,000	17,32	34,64
3.5	Composição Auxiliar	SINAPI	91852	Eletroduto flexível corrugado, pvc, dn 20 mm (1/2"), para circuitos terminais, instalado em parede - fornecimento e instalação. Af 12/2015	m	2,200	8,40	18,48
3.6	Composição Auxiliar	SINAPI	91926	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. Af 12/2015	m	12,600	4,52	56,95
3.7	Composição Auxiliar	SINAPI	91937	Caixa octogonal 3" x 3", pvc, instalada em laje - fornecimento e instalação. Af 12/2015	un	0,375	15,79	5,92
3.8	Composição Auxiliar	SINAPI	91940	Caixa retangular 4" x 2" média (1,30 m do piso), pvc, instalada em parede - fornecimento e instalação. Af 12/2015	un	1,000	17,65	17,65


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

	Tipo	Banco	Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço Unitário	Total
3.9	Composição Auxiliar	SINAPI	91996	Tomada média de embutir (1 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. Af 12/2015	un	1,000	35,78	35,78
4	Composição	Próprio	CP - 04	Posto de consumo completo dupla retenção	un	1,000		148,18
4.1	Composição Auxiliar	SINAPI	89356	Tubo, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. Af 06/2022	m	2,150	22,68	48,76
4.2	Composição Auxiliar	SINAPI	89362	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. Af 06/2022	un	1,180	8,86	10,45
4.3	Composição Auxiliar	SINAPI	89366	Joelho 90 graus com bucha de latão, pvc, soldável, dn 25mm, x 3/4 instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. Af 06/2022	un	1,000	16,05	16,05
4.4	Composição Auxiliar	SINAPI	89395	Te, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. Af 06/2022	un	0,890	12,23	10,88
4.5	Composição Auxiliar	SINAPI	90443	Rasgo linear manual em alvenaria, para ramais/distribuição de instalações hidráulicas, diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 09/2023	m	2,150	7,42	15,95
4.6	Composição Auxiliar	SINAPI	90466	Chumbamento linear em alvenaria para ramais/distribuição de instalações hidráulicas com diâmetros menores ou iguais a 40 mm. Af 09/2023	m	3,140	14,68	46,09
5	Composição	Próprio	CP - 05	Placas de identificação "1" em chapa aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, com 2 postes reto em aço cor natural engastado no solo. Aplicação de adesivo vinil monomérico. Dimensão 150x77cm	un	1,000		305,76


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

	Tipo	Banco	Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço Unitário	Total
5.1	Composição Auxiliar	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	h	2,000	21,43	42,86
5.2	Composição Auxiliar	SINAPI	88315	Serralheiro com encargos complementares	h	1,000	26,13	26,13
5.3	Composição Auxiliar	SINAPI	94975	Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo manual. Af 05/2021	m³	0,0105	504,44	5,29
5.4	Insumo	SINAPI	43106	Chapa de aço galvanizada bitola gsg 24, e = 0,64 (5,12 kg/m²)	kg	2,000	11,54	23,08
5.5	Insumo	SINAPI	21012	Tubo aço galvanizado com costura, classe leve, dn 40 mm (1 1/2"), e = 3,00 mm, *3,48* kg/m (nbr 5580)	m	4,000	52,10	208,40
6	Composição	Próprio	CP - 06	Placa de sinalização "2" em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 80x41cm	un	1,000		81,02
6.1	Composição Auxiliar	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	0,200	26,33	5,26
6.2	Insumo	SINAPI	37558	Placa de sinalizacao de segurancia contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 16820)	un	2,000	37,88	75,76
7	Composição	Próprio	CP - 07	Placa de sinalização "3" em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado ao teto por cabo de aço 2mm. Dim 40x50cm	un	1,000		43,14


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
OBRA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
REFERÊNCIA: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
LOCAL: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

	Tipo	Banco	Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço Unitário	Total
7.1	Composição Auxiliar	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	0,200	26,33	5,26
7.2	Insumo	SINAPI	37558	Placa de sinalização de segurança contra incêndio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 16820)	un	1,000	37,88	37,88
8	Composição	Próprio	CP - 08	Placa de sinalização "5 - fachada" em chapa de aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, fixado à parede com parafusos. Aplicação de adesivo vinil monomérico. Dim 150x60cm	un	1,000		38,62
8.1	Composição Auxiliar	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	h	2,000	1,00	2,00
8.2	Composição Auxiliar	SINAPI	88315	Serralheiro com encargos complementares	h	2,000	1,00	2,00
8.3	Insumo	SINAPI	43106	Chapa de aço galvanizada bitola gsg 24, e = 0,64 (5,12 kg/m2)	kg	3,000	11,54	34,62
9	Composição	Próprio	CP - 09	Placa de identificação "6" em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x10cm	un	1,000		42,16
9.1	Composição Auxiliar	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	h	0,200	21,43	4,28
9.2	Insumo	SINAPI	37558	Placa de sinalização de segurança contra incêndio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 16820)	un	1,000	37,88	37,88


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
OBRA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
REFERÊNCIA: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
LOCAL: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

Tipo			Banco		Código	Descrição	Unidade	Coeficiente	Preço Unitário	Total
10	Composição	Próprio			CP - 10	Placa de indicação "7" em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x5cm - compressor e resíduos	un	1,000		42,16
10.1	Composição Auxiliar	SINAPI			88316	Servente com encargos complementares	h	0,200	21,43	4,28
10.2	Insumo	SINAPI			37558	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 16820)	un	1,000	37,88	37,88


RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-D - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

ANEXO I-D - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ANEXO.

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
	1 MES	2 MES	3 MES	4 MES	5 MES	6 MES	Total				
01	R\$ 64.817,06	R\$ 12.963,41	R\$ 9.722,56	R\$ 9.722,56	R\$ 9.722,56	R\$ 12.963,41	R\$ 64.817,06				
		20,00%	15,00%	15,00%	15,00%	20,00%	100,00%				
02	R\$ 85.155,54	R\$ 13.624,89	R\$ 14.476,44	R\$ 14.476,44	R\$ 14.476,44	R\$ 13.624,89	R\$ 85.155,54				
		16,00%	17,00%	17,00%	17,00%	16,00%	100,00%				
03	R\$ 18.834,90	R\$ 9.417,45	R\$ 9.417,45	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.834,90				
		50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%				
04	R\$ 240.631,94	R\$ -	R\$ 24.063,19	R\$ 48.126,39	R\$ 144.379,16	R\$ 24.063,19	R\$ 240.631,94				
		0,00%	10,00%	20,00%	60,00%	10,00%	100,00%				
05	R\$ 426.185,74	R\$ 213.092,87	R\$ 213.092,87	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 426.185,74				
		50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%				
06	R\$ 244.056,58	R\$ -	R\$ 73.216,97	R\$ 97.622,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 244.056,58				
		0,00%	30,00%	40,00%	0,00%	0,00%	100,00%				
07	R\$ 116.015,59	R\$ -	R\$ 116.015,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 116.015,59				
		0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%				
08	R\$ 537.092,88	R\$ -	R\$ 80.563,93	R\$ 80.563,93	R\$ 161.127,86	R\$ 214.837,15	R\$ 537.092,88				
		0,00%	15,00%	15,00%	30,00%	40,00%	100,00%				
09	R\$ 93.772,87	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.131,86	R\$ 37.509,15	R\$ 93.772,87				
		0,00%	0,00%	0,00%	30,00%	40,00%	100,00%				
10	R\$ 137.597,14	R\$ -	R\$ 41.279,14	R\$ 41.279,14	R\$ 41.279,14	R\$ 13.759,71	R\$ 137.597,14				
		0,00%	30,00%	30,00%	30,00%	10,00%	100,00%				
11	R\$ 183.548,31	R\$ -	R\$ 55.064,49	R\$ 55.064,49	R\$ 55.064,49	R\$ 18.354,83	R\$ 183.548,31				
		0,00%	30,00%	30,00%	30,00%	10,00%	100,00%				
12	R\$ 11.126,08	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.126,08	R\$ 11.126,08				
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%				
13	R\$ 3.041,02	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.041,02	R\$ 3.041,02				
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%				
14	R\$ 36.495,35	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 36.495,35	R\$ 36.495,35				
		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%				
TOTAL GERAL R\$ 2.198.371,00											
PORCENTAGEM MENSAL											
CUSTO MENSAL											
CUSTO ACUMULADO											
	R\$ 249.098,62	R\$ 319.926,29	R\$ 414.402,33	R\$ 374.987,45	R\$ 454.181,52	R\$ 385.774,79	R\$ 2.198.371,00				
	R\$ 249.098,62	R\$ 569.024,91	R\$ 983.427,24	R\$ 1.358.414,69	R\$ 1.812.596,21	R\$ 2.198.371,00					

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-E - CURVA ABC DE SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

**ANEXO I-E - CURVA ABC DE SERVIÇOS, EM
ANEXO.**

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
6.1	SEINFRA	C0076	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), juntas 12mm	m²	190.963,15	8,6866%	8,6866%	A
8.13	SINAPI	87794	Emboco paulista (massa única) em parede, traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), preparo mecânico - esp 2cm	m²	133.798,92	6,0863%	14,7729%	A
7.2	SINAPI	98547	Impermeabilização com manta asfáltica 3mm - lajes	m²	102.731,83	4,6731%	19,4459%	A
5.12	SINAPI	101964	Laje pre-moldada, incluso escoramento, concreto e armadura complementar	m²	91.954,08	4,1828%	23,6288%	B
4.1	SEINFRA	C1335	Estrutura em madeira aparelhada, para telha cerâmica, apoiada em parede	m²	88.989,42	4,0480%	27,6767%	B
2.1	PRÓPRIO	CP - 01	Administração local da obra	mês	85.155,54	3,8736%	31,5503%	B
8.15	SINAPI	96134	Emassamento c/massa acrílica para ambientes internos, duas demãos	m²	76.107,23	3,4620%	35,0123%	B
4.2	ORSE	10820	Telhamento com telha cerâmica tipo colonial, com encaixes, 1ª qualid, cor vermelha, união ou similar	m²	72.357,34	3,2914%	38,3037%	B
5.8	SINAPI	92421	Forma para estruturas de concreto (pilares, vigas e lajes) em chapa de madeira compensada resinada, de 1,10 x 2,20, espessura = 12 mm. 05 utilizações. (fabricação, montagem e desmontagem)	m²	70.110,54	3,1892%	41,4929%	B
5.4	SINAPI	96539	Forma de madeira comum para fundações	m²	60.658,72	2,7593%	44,2522%	B
6.2	ORSE	13595	Muro em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traco 1:2:8 (cimento, cal e areia), juntas 12mm, incluso fundação e estrutura - contorno do reserv. Águas pluviais	m²	53.093,43	2,4151%	46,6673%	B
9.9	ORSE	13591	Janela de alumínio projetante	m²	45.140,13	2,0533%	48,7206%	B
8.1	SINAPI	90942	Contrapiso em argamassa traco 1:4 (cimento e areia), espessura 7cm, preparo manual	m²	43.775,15	1,9913%	50,7119%	C
5.9	SINAPI	92761	Armação aco ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	41.143,15	1,8715%	52,5834%	C
8.3	SINAPI	94994	Piso (calcada) em concreto (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico, e espessura de 7cm (contorno úbs)	m²	39.809,18	1,8108%	54,3943%	C
5.7	SINAPI	96558	Concreto usinado bombeado fck=25mpa, inclusive colocação, espalhamento e acabamento	m³	34.615,32	1,5746%	55,9689%	C
10.8	PRÓPRIO	CP - 02	Ponto de energia para iluminação	pt	32.246,21	1,4668%	57,4357%	C

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
4.3	SBC	100146	Cobertura em polícarbonato, incl. Estrutura metálica	m²	31.384,14	1,4276%	58,8633%	C
8.2	SBC	170031	Regularização de piso em argamassa traço 1:3 (cimento e areia grossa sem peneirar), espessura 2,0cm, preparo mecânico	m²	31.292,77	1,4235%	60,2867%	C
5.1	SINAPI	101173	Estaca a trado (broca) diâmetro = 20 cm, em concreto moldado in loco, 15 mpa, sem armação	m	31.113,04	1,4153%	61,7020%	C
5.11	SINAPI	96558	Concreto usinado bombeado fck=25mpa, inclusive colocação, espalhamento e acabamento	m³	31.084,43	1,4140%	63,1160%	C
8.8	SINAPI	87251	Piso cerâmico 40x40cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m²	28.795,02	1,3098%	64,4258%	C
10.13	PRÓPRIO	CP - 03	Ponto de energia para tomada	pt	27.454,05	1,2488%	65,6747%	C
4.6	SINAPI	100327	Rufos, contra-rufos, água-furtada em chapa de aço galvanizado	m	26.376,96	1,1998%	66,8745%	C
8.14	SINAPI	87267	Revestimento cerâmico 20x20cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m²	26.239,12	1,1936%	68,0681%	C
5.5	SINAPI	92761	Armação aco ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	24.096,80	1,0961%	69,1642%	C
8.12	SEINFRA	C0777	Chapisco em paredes internas traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecânico	m²	23.207,61	1,0557%	70,2199%	C
10.2	ORSE	11438	Luminária fluorescente tubular t5, 2x28w/127v de sobrepor com corpo em chapa de aço tratada e pintada, painel em chapa de aço perfurada, tratada e pintada refletor facetado em alumínio anodizado brilhante de alta refletância e alta pureza 99,85%, soquete tipo push - in g - 5 de engate rápido, rotor de segurança em polícarbonato e contatos em bronze fosforoso, e difusor transparente de poliestireno, com lâmpadas - completa	un	22.906,52	1,0420%	71,2618%	C
8.18	SINAPI	95305	Pintura externa em textura acrílica	m²	22.779,35	1,0362%	72,2980%	C
14.7	SBC	210037	Limpeza raspagem, remoção de resíduos na obra	m²	22.634,74	1,0296%	73,3277%	C
8.21	SINAPI	96113	Forno de gesso	m²	22.296,65	1,0142%	74,3419%	C
8.16	SINAPI	88489	Pintura latex acrílica ambientes internos, duas demãos	m²	21.367,68	0,9720%	75,3139%	C
4.5	SINAPI	94229	Calha em chapa de aço galvanizado	m	20.366,15	0,9260%	76,2398%	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
11.43	ORSE	4883	Caixa de inspeção em alvenaria de tijolo maciço 60x60x60cm, revestida internamente com barra lisa (cimento e areia, traço 1:4) e=2,0cm, com tampa pré moldada de concreto e fundo de concreto 15mpa tipo c - escavação e confecção - águas pluviais e esgoto	un	19.081,03	0,8680%	77,1078%	C
5.10	SINAPI	92759	Armacao de aço ca-60 diam. 3,4 a 6,0mm - fornecimento / corte (c/perda de 10%) / dobra / colocação	kg	18.566,19	0,8445%	77,9523%	C
11.14	SBC	190663	Torneira automatica cromada 1/2 ou 3/4 para lavatório, com engate flexível metálico 1/2x30cm	un	18.085,10	0,8227%	78,7750%	C
11.39	ORSE	881	Ponto de água fria 3/4	pt	18.072,02	0,8221%	79,5971%	C
9.11	SINAPI	91338	Porta de abrir em alumínio chapa lisa, 1f/2f, completa - conf. Projeto	m²	17.504,55	0,7963%	80,3933%	C
8.11	SEINFRA	C0777	Chapisco em paredes externas traço 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecanico	m²	14.110,78	0,6419%	81,0352%	C
11.34	SINAPI	102617	Reservatório d'água de fibra cilíndrico, capacidade 5.000l	un	13.559,46	0,6168%	81,6520%	C
7.1	SINAPI	98557	Impermeabilização com pintura betuminosa (baldramex)	m²	13.205,59	0,6007%	82,2527%	C
1.8	SEINFRA	C0002	Galpão aberto para oficina e depósito de canteiro de obras, em madeira	m²	12.985,50	0,5907%	82,8434%	C
8.17	SINAPI	101965	Peitoril de granito (janelas)	m	12.944,31	0,5888%	83,4322%	C
1.9	ORSE	5088	Barracão de obra em chapa de madeira compensada com banheiro, cobertura em fibrocimento 4 mm, incluso instalaçoes hidro- sanitarias e eletricas	m²	12.409,20	0,5645%	83,9967%	C
11.11	ORSE	7689	Bancada em granito, largura 57cm, e= 2cm, para pia ou lavatório	m	11.835,71	0,5384%	84,5350%	C
1.3	SINAPI	98458	Tapume com compensado de madeira. Af. 03/2024	m²	11.660,39	0,5304%	85,0655%	C
11.45	SINAPI	89512	Tubo pvc esgoto / águas pluviais predial dn 100mm - fornecimento e instalacao	m	11.454,00	0,5210%	85,5865%	C
5.6	SINAPI	92759	Armacao de aço ca-60 diam. 3,4 a 6,0mm - fornecimento / corte (c/perda de 10%) / dobra / colocação	kg	10.873,83	0,4946%	86,0811%	C
11.16	SBC	190663	Torneira automatica cromada tubo movel para bancada 1/2 ou 3/4 para pias	un	10.686,65	0,4861%	86,5672%	C

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
3.1	SINAPI	93358	Escavação manual de valas ou fundações	m³	10.344,51	0,4706%	87,0378%	C
10.19	ORSE	3278	Ponto de energia para interruptor	pt	9.951,20	0,4527%	87,4904%	C
1.2	ORSE	50	Locação de construção de edificação entre 200 e 1000 m2, inclusive execução de gabarito de madeira	m²	9.029,27	0,4107%	87,9012%	C
5.13	SINAPI	93184	Verga, contra-verga em concreto pré-moldado, 10x10cm, fck=20mpa (preparo com betoneira) aço ca60, bitola fina, inclusive formas tabua 3a	m	8.568,09	0,3897%	88,2909%	C
11.8	ORSE	12286	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 1.80x0.60, com01 cuba de embutir de louça e 01 cuba inox, sifão plástico, válvula plástica, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm. assentada	un	8.564,48	0,3896%	88,6805%	C
1.4	SINAPI	98524	Limpeza terreno remocao arbustos-corte de capoeira a foice	m²	8.006,38	0,3642%	89,0447%	C
11.2	SINAPI	95472	Vaso sanitario sifonado louca branca padrao pne, com conjunto para fixação para vaso sanitário com parafuso, arruela e bucha, incl assento	un	7.975,66	0,3628%	89,4075%	C
8.19	SINAPI	96132	Emassamento com massa latex pva para ambientes internos	m²	7.670,75	0,3489%	89,7564%	C
8.20	SINAPI	88488	Pintura latex acrílica ambientes internos, duas demaos	m²	7.510,10	0,3416%	90,0980%	C
11.41	ORSE	1678	Ponto de esgoto dn 50	un	5.926,64	0,2696%	90,3676%	C
11.5	SBC	190034	Lavatório em inox para escovação, incl valvulas e sifões, conf.projeto	un	5.906,08	0,2687%	90,6363%	C
9.2	SINAPI	90844	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,90x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	5.849,28	0,2661%	90,9024%	C
11.4	SINAPI	86942	Lavatório louca branca suspenso 29,5 x 39,0cm, padrao popular, com sifao plastico tipo copo 1, valvula em plastico branco 1 e conjunto para fixacao	un	5.681,06	0,2584%	91,1608%	C
9.13	SINAPI	100702	Conjunto de vidro temperado 10mm com 1 porta - cv1/cv2/cv3	m²	5.660,46	0,2575%	91,4183%	C
14.8	SEINFRA	C2532	Carga, transporte e destinação de entulhos, dtm 20km	m³	5.477,15	0,2491%	91,6674%	C
11.12	ORSE	11935	Barra apoio para deficiente em aço inox	m	5.268,54	0,2397%	91,9071%	C
8.4	SBC	170652	Calçada em piso intertravado 8 cm	m²	4.921,84	0,2239%	92,1310%	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BD)	% Individual	% Acumulado	Classificação
12.1	SINAPI	103835	Tubo de cobre classe a -15mm, incluso conexões, fixações	m	4.782,60	0,2176%	92,3485%	C
10.36	ORSE	12791	Switch 24 portas 10/100/1000 gerenciável	un	4.678,91	0,2128%	92,5613%	C
10.32	ORSE	690	Ponto para instalação de lógica	pl	4.627,40	0,2105%	92,7718%	C
10.3	ORSE	11440	Luminária fluorescente compacta de sobrepor, para 2 x fc 18/ 26w ou fc eletrônica 23w e chapa de aço tratada e pintada, com refletor em alumínio anodizado alto brilho, difusor em acrílico translúcido na cor branca, com lâmpadas - completa	un	4.626,96	0,2105%	92,9823%	C
8.5	ORSE	75	Lastro de cascalho (estacionamento - h= 10cm)	m³	4.403,98	0,2003%	93,1826%	C
10.35	ORSE	12781	Rack 10u's tipo auto portante c/ porta em acrílico e chave frontal e lateral, com 2 ou 4 ventiladores de teto.	un	4.353,32	0,1980%	93,3807%	C
8.10	SINAPI	98689	Soleira de granito - portas	m	4.180,64	0,1902%	93,5708%	C
3.4	SEINFRA	C2532	Carga, transporte e destinação de entulhos, dtm 20km	m³	4.057,89	0,1846%	93,7554%	C
10.1	SETOP	ED-20581	Padrão de entrada trifásico 125a aéreo - completo cfe projeto	cj	4.051,55	0,1843%	93,9397%	C
8.9	SINAPI	88649	Rodapé cerâmico h=10cm, assentada com argamassa colante, com rejuntamento em epoxi	m	3.846,60	0,1750%	94,1147%	C
3.2	SEINFRA	C0096	Reaterro apiloado	m³	3.762,96	0,1712%	94,2859%	C
1.5	SBC	12206	Instal/ligacao provisoria eletrica baixa tensao p/cant obra obra, m3- chave 100a carga 3kwh,20cv excl forn medidor	un	3.758,49	0,1710%	94,4568%	C
10.10	SINAPI	91997	Tomada 20a/127v padrão brasileiro em cx. 4x2	un	3.598,17	0,1637%	94,6205%	C
9.8	SINAPI	102220	Pintura esmalte para madeira, duas demaos, incluso aparelhamento com fundo nivelador branco fosco	m²	3.442,04	0,1566%	94,7771%	C
11.32	SINAPI	99635	Valvula descarga 1.1/2 com registro, acabamento em metal cromado	un	3.313,66	0,1507%	94,9278%	C
11.23	EMOP	3.017.0100	Filtro volumetrico modelo vf1	un	3.276,04	0,1490%	95,0768%	C
11.6	SINAPI	95547	Porta sabonete liquido	un	3.223,68	0,1466%	95,2235%	C
12.4	SINAPI	100788	Filtro regulador de pressão 1/4x1/2 bell-air	un	3.192,72	0,1452%	95,3687%	C
11.9	SEINFRA	C0386	Bebedouro de pressão em inox	un	3.126,62	0,1422%	95,5109%	C
11.13	ORSE	13262	Expurgo em inox	un	3.102,58	0,1411%	95,6521%	C
9.6	SINAPI	91307	Fechadura de embulir completa, para portas internas, padrao de acabamento popular	un	3.088,54	0,1405%	95,7925%	C

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
11.42	SEINFRA	C4603	Ponto de esgoto dn 100	pt	3.084,93	0,1403%	95,9329%	C
10.4	SINAPI	97607	Arandela tipo tarluga com lâmpada eletrônica 16w - completa	un	3.073,40	0,1398%	96,0727%	C
12.3	PRÓPRIO	CP - 04	Posto de consumo completo dupla retenção	un	3.054,08	0,1389%	96,2116%	C
9.14	ORSE	9718	Espelho cristal fixado com botões	m²	2.974,49	0,1353%	96,3469%	C
5.2	SINAPI	95577	Armação aco ca-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm(1/2) - fornecimento/ corte(perda de 10%) / dobra / colocação	kg	2.920,40	0,1328%	96,4797%	C
14.6	SBC	23712	Remoção de tapume/ chapas metálicas e de madeira, de forma manual, sem reaproveitamento. Af. 09/2023	m²	2.710,93	0,1233%	96,6031%	C
14.3	ORSE	5	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,50 x 0,70 m	un	2.689,64	0,1223%	96,7254%	C
1.1	SINAPI	103689	Placa de obra em chapa de aco galvanizado - padrão ministério da saúde - 1,50x3,00m	m²	2.689,20	0,1223%	96,8477%	C
1.6	SBC	12201	Ligação de esgoto	un	2.548,17	0,1159%	96,9636%	C
11.19	SINAPI	102616	Reservatório d'água de fibra cilíndrico, capacidade 3.000l	un	2.462,81	0,1120%	97,0757%	C
8.6	SINAPI	94276	Guia de concreto	m	2.382,64	0,1084%	97,1841%	C
8.7	ORSE	10233	Sarjeta em concreto, preparo manual, com seixo rolado, espessura = 8cm, largura = 40cm	m²	2.366,78	0,1077%	97,2917%	C
11.27	ORSE	12882	Pressurizador (silencioso) automático com pressostato, potência 0,5hp - 19mca 2.000 l/h	un	2.335,42	0,1062%	97,3980%	C
11.7	SINAPI	95544	Porta-toalha de papel	un	2.309,43	0,1051%	97,5030%	C
9.4	SBC	110181	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,00x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	2.148,81	0,0977%	97,6008%	C
9.7	SBC	110181	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,20x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	2.148,81	0,0977%	97,6985%	C
8.23	SINAPI	87794	Emboço paulista (massa única) em parede, traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), preparo mecânico - esp 2cm	m²	2.141,49	0,0974%	97,7959%	C
11.33	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4 com canopia acabamento cromado simples	un	2.044,24	0,0930%	97,8889%	C

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
11.10	ORSE	12282	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 1.80x0.60, com02 cubas de embutir de louça, sifão plástico, válvula plástica, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2.037,89	0,0927%	97,9816%	C
9.3	ORSE	8204	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,90x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa	un	1.852,19	0,0843%	98,0659%	C
10.34	SBC	23447	Ponto para instalação de telefonia	pl	1.765,56	0,0803%	98,1462%	C
1.7	SEINFRA	C2851	Ligação provisória de água para obra	un	1.730,46	0,0787%	98,2249%	C
11.44	SINAPI	89511	Tubo pvc águas pluviais predial dn 75mm, inclusive conexões - fornecimento e instalação	m	1.712,28	0,0779%	98,3028%	C
13.5	PRÓPRIO	CP - 09	Placa de identificação 6 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x10cm	un	1.574,99	0,0716%	98,3744%	C
11.25	SINAPI	94483	Conjunto flutuante de sucção ø 1	un	1.553,43	0,0707%	98,4451%	C
11.18	SINAPI	100875	Cadeira escamotável para banho - padrão pne	un	1.540,11	0,0701%	98,5151%	C
9.5	SBC	110015	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,20x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	1.422,32	0,0647%	98,5798%	C
11.40	SBC	52016	Ponto de água fria 1 1/2	un	1.371,06	0,0624%	98,6422%	C
9.1	SINAPI	90843	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 0,80x2,10m, incluso aduela 1a, alizar 1a e dobradica com anel	un	1.343,86	0,0611%	98,7033%	C
14.2	ORSE	3223	Banco em concreto armado- l=150cm, incl. Estrutura, conf. Projeto	un	1.325,80	0,0603%	98,7636%	C
11.38	SINAPI	104329	Caixa sifonada pvc com grelha	un	1.210,44	0,0551%	98,8187%	C
14.1	ORSE	12857	Banco de concreto curvo	un	1.208,22	0,0550%	98,8737%	C
4.4	SINAPI	94221	Cumeeira com telha cerâmica emboçada com argamassa traco 1:2:8 (cimento, cal e areia)	m	1.167,93	0,0531%	98,9268%	C
10.12	SINAPI	92005	Tomada dupla 20a/127v padrão brasileiro em cx. 4x4	un	1.121,68	0,0510%	98,9778%	C
10.31	SINAPI	98307	Placa 4x4 com uma tomada de logica tipo n45 cat. 6	un	1.113,33	0,0506%	99,0285%	C
10.27	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 80a capac. Interup. 25ka-c	un	1.040,06	0,0473%	99,0758%	C
11.15	SINAPI	86914	Torneira cromada 1/2 para limpeza	un	904,25	0,0411%	99,1169%	C

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROPOSTANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
OBRA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
REFERÊNCIA: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
LOCAL: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
10.5	SBC	65080	Bloco autônomo para iluminação de emergência e indicação de saída	un	902,82	0,0411%	99,1580%	C
10.33	SBC	59451	Certificação do cabeamento horizontal conforme normas para atendimento da categoria 6	pt	875,84	0,0398%	99,1978%	C
9.12	SCO	J 25.20.006	Bicicletário em tubo de aço galvanizado	un	857,86	0,0390%	99,2368%	C
11.3	SINAPI	95544	Porta papel higiênico rolo em plástico abs	un	803,28	0,0365%	99,2734%	C
10.15	SINAPI	91959	Interruptor c/ 2 teclas simples em cx. 4x2	un	782,21	0,0356%	99,3089%	C
10.25	ORSE	7996	Interruptor diferencial 4x63a sens. 30ma (tetrapolar)	un	779,94	0,0355%	99,3444%	C
10.41	SINAPI	97891	Caixa de passagem em alvenaria tipo r1 c/ tampa de ferro fundido e aro tp1f completa	un	770,01	0,0350%	99,3795%	C
10.39	ORSE	10727	Ponto para instalação de antena de tv	pt	740,92	0,0337%	99,4132%	C
8.24	SINAPI	95305	Pintura externa em textura acrílica	m²	729,46	0,0332%	99,4463%	C
10.14	SINAPI	91953	Interruptor c/ 1 tecla simples em cx. 4x2	un	707,76	0,0322%	99,4785%	C
3.3	SINAPI	100981	Carga e descarga mecanizadas em caminhão basculante	m³	669,54	0,0305%	99,5090%	C
10.20	SINAPI	101883	Painel de distribuição em chapa de aço 16usg, para até 18 disjuntores monopolares, pintura em epoxi cor bege, com trinco, espelho interno c/ plaquetas de identificação em acrílico para cada circuito e porta projeto. Deverá atender o solicitado no diagrama unifilar em projeto.	un	647,59	0,0295%	99,5384%	C
10.24	SINAPI	101883	Painel de distribuição em chapa de aço 16usg, para até 18 disjuntores monopolares, pintura em epoxi cor bege, com trinco, espelho interno c/ plaquetas de identificação em acrílico para cada circuito e porta projeto. Deverá atender o solicitado no diagrama unifilar em projeto.	un	647,59	0,0295%	99,5679%	C
10.21	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 125a capac. Interrup. 25ka curva c	un	520,03	0,0237%	99,5916%	C
10.22	SINAPI	101895	Disjuntor termomagnético tripolar 100a capac. Interrup. 25ka curva c	un	520,03	0,0237%	99,6152%	C
5.3	SEINFRA	C1605	Lastrô de brita	m³	481,15	0,0219%	99,6371%	C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA
Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
13.2	PRÓPRIO	CP - 06	Placa de sinalização 2 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 80x41cm	un	417,44	0,0190%	99,6561%	C
8.22	SINAPI	87904	Chapisco em paredes externas traco 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo mecânico	m²	414,83	0,0189%	99,6750%	C
11.17	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico comum tipo ducha	un	413,49	0,0188%	99,6938%	C
13.1	PRÓPRIO	CP - 05	Placas de identificação 1 em chapa aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, com 2 postes reto em aço cor natural engastado no solo. Aplicação de adesivo vinil monomérico. Dimensão 150x77cm	un	393,87	0,0179%	99,7117%	C
10.37	ORSE	10727	Voice panel 24 portas 10/100/1000 gerenciável	un	370,46	0,0169%	99,7285%	C
11.1	SINAPI	100849	Assento para vaso sanitário de plástico padrão popular	un	342,16	0,0156%	99,7441%	C
9.10	SEINFRA	C1516	Janela veneziana alumínio - fixo	m²	339,53	0,0154%	99,7595%	C
11.31	SINAPI	89985	Registro pressao 3/4 com canopia acabamento cromado simples	un	338,40	0,0154%	99,7749%	C
13.3	PRÓPRIO	CP - 07	Placa de sinalização 3 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado ao teto por cabo de aço 2mm. Dim 40x50cm	un	333,42	0,0152%	99,7901%	C
10.17	SINAPI	91975	Interruptor c/ 4 teclas simples em cx. 4x4	un	328,41	0,0149%	99,8050%	C
10.16	SINAPI	91967	Interruptor c/ 3 teclas simples em cx. 4x2	un	324,04	0,0147%	99,8198%	C
10.11	SINAPI	91993	Tomada 20a/127v em cx. 10x10 de piso alta	un	307,90	0,0140%	99,8338%	C
14.4	SBC	210005	Desmontagem e remoção de instalação provisória de água	un	303,91	0,0138%	99,8476%	C
10.26	ORSE	820	Para raio tipo vcl 40ka	un	298,83	0,0136%	99,8612%	C
13.6	PRÓPRIO	CP - 10	Placa de indicação 7 em pvc adesivado com adesivo polimérico recortado eletronicamente e fixado à parede com fita dupla face. Dim 20x5cm - compressor e resíduos	un	271,55	0,0124%	99,8736%	C
10.29	SINAPI	93658	Disjuntor termomagnético monopolar padrão nema (americano) 35 a 50a	un	268,40	0,0122%	99,8858%	C
10.40	SINAPI	100561	Caixa telefonica (400x400x120mm) de embulir	un	236,41	0,0108%	99,8965%	C
10.6	ORSE	4437	Projeto com lâmpada e reator vapor metálico 150w completo	un	230,44	0,0105%	99,9070%	C
11.37	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4 bruto latao - fornec. E instalação	un	177,76	0,0081%	99,9151%	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II
Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)
Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CURVA ABC

Item	Banco	Código	Descrição	Un.	Total com BDI	% Individual	% Acumulado	Classificação
10.30	SINAPI	101891	Disjuntor termomagnético bipolar padrão nema (americano) 10 a 50a	un	171,55	0,0078%	99,9229%	C
10.28	SINAPI	93655	Disjuntor termomagnético monopolar padrão nema (americano) 10 a 30a	un	167,50	0,0076%	99,9305%	C
11.20	SINAPI	99630	Válvula de retenção vertical Ø 25mm (1 1/4)	un	165,59	0,0075%	99,9380%	C
14.5	SBC	210004	Desmontagem e remoção de instalação provisória de luz e força	un	144,96	0,0066%	99,9446%	C
11.30	SINAPI	94792	Registro gaveta 1/2" - fornec. E instalação	un	108,13	0,0049%	99,9496%	C
11.26	ORSE	8614	Boia automática de mínimo	un	107,17	0,0049%	99,9544%	C
10.23	ORSE	820	Para raio tipo vcl 175v 45ka	un	99,61	0,0045%	99,9590%	C
10.7	SINAPI	101632	Relé fotoelétrico	un	97,54	0,0044%	99,9634%	C
12.2	SINAPI	95248	Válvula esfera latão cromado 1/2"	un	96,68	0,0044%	99,9678%	C
10.18	SINAPI	91955	Interruptor c/ 1 tecla paralela em cx. 4x2	un	95,50	0,0043%	99,9721%	C
11.24	SINAPI	102137	Sistema automático de realimentação 3/4" contendo bóia automática de nível e válvula solenóide	un	92,31	0,0042%	99,9763%	C
11.29	SINAPI	89987	Registro gaveta 3/4" bruto latão - fornec. E instalação	un	88,88	0,0040%	99,9804%	C
11.28	SINAPI	94496	Registro gaveta 1/4" bruto latão - fornec. E instalação	un	78,92	0,0036%	99,9840%	C
7.3	SINAPI	98563	Proteção mecânica com argamassa traço 1:3 (cimento e areia), espessura 2 cm - lajes	m²	78,17	0,0036%	99,9875%	C
10.9	SINAPI	91940	Placa de saída de fio com furo central em cx. 4x2 para ponto de chuveiro ou aquecedor	un	68,19	0,0031%	99,9906%	C
13.4	PRÓPRIO	CP - 08	Placa de sinalização 5 - fachada em chapa de aço galvanizado nº 26 com pintura automotiva pu, fixado à parede com parafusos. Aplicação de adesivo vinil monométrico. Dim 150x60cm	un	49,75	0,0023%	99,9929%	C
11.21	SINAPI	94796	Torneira de bóia real 3/4"	un	46,13	0,0021%	99,9950%	C
11.35	SINAPI	94796	Torneira de bóia real 3/4"	un	46,13	0,0021%	99,9971%	C
10.38	SBC	59106	Placa saída de fio - 4x4 - antena de tv	un	29,30	0,0013%	99,9984%	C
11.22	ORSE	13363	Luva de aço galvanizado 3/4"	un	17,33	0,0008%	99,9992%	C
11.36	ORSE	13363	Luva de aço galvanizado 3/4"	un	17,33	0,0008%	100,0000%	C
Total Geral:					2.198.371,00			

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREAMA nº 6593/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-F - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, PLANILHA DE BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS-
BDI

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

ANEXO I-F - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, PLANILHA DE BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS-BDI, EM ANEXO.

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA

Obra: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA - PADRÃO II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

COMPOSIÇÃO DE BDI (%)

* Para cálculo do BDI, deverá ser adotada a seguinte fórmula:

$$BDI = (((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$$

Onde:

AC ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
 DF DESPESAS FINANCEIRAS
 R SEGURO, RISCO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO
 L LUCRO
 I TRIBUTOS

INTERVALO ADMISSÍVEL

Item componente do BDI		Mínimo	Médio	Máximo
Administração Central		3,00	4,00	5,50
Seguro e Garantia		0,80	0,80	1,00
Risco		0,97	1,27	1,27
Despesas financeiras		0,59	1,23	1,39
Lucro		6,16	7,40	8,96
Tributos (soma dos itens COFINS, ISS e PIS)		conforme legislação específica		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	conforme legislação específica (%)		
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			
	Administração central			3,00%
Total AC =				3,00%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS			
	Despesas financeiras			0,59%
Total DF =				0,59%
S, R e G	SEGURO, RISCO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO			
	taxa de seguros			0,40%
	taxa de riscos			0,97%
	taxa de garantias			0,40%
Total R=				1,77%
L	LUCRO			
	Lucro bruto			6,16%
Total L =				6,16%
I	TRIBUTOS			
	PIS			0,65%
	COFINS			3,00%
	ISSQN			5,00%
	CPRB			4,50%
Total I =				13,15%
TOTAL (BDI) =				28,82%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-G - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

ANEXO I-G - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS, EM ANEXO.

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ENCARGOS SOCIAIS

PROponente: Prefeitura Municipal de Raposa - MA

Obra: Construção da Unidade Básica - Padrão II

Referência: SINAPI-MA 08/2024 (desonerado) - ORSE 06/2024 (desonerado) - SEINFRA 028 - CE (Desonerado), SBC 10/2024 (Desonerado)

Local: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

Código	Descrição	Desonerado	
		Horista (%)	Mensalista (%)
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,64%
B4	13º Salário	11,03%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	12,18%	9,20%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	Total	48,43%	18,88%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	1,73%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41%	1,82%
C5	Indenização Adicional	0,39%	0,29%
C	Total	9,22%	6,96%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14%	3,17%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,29%
D	Total	8,52%	3,46%
TOTAL(A+B+C+D)		82,97%	46,10%



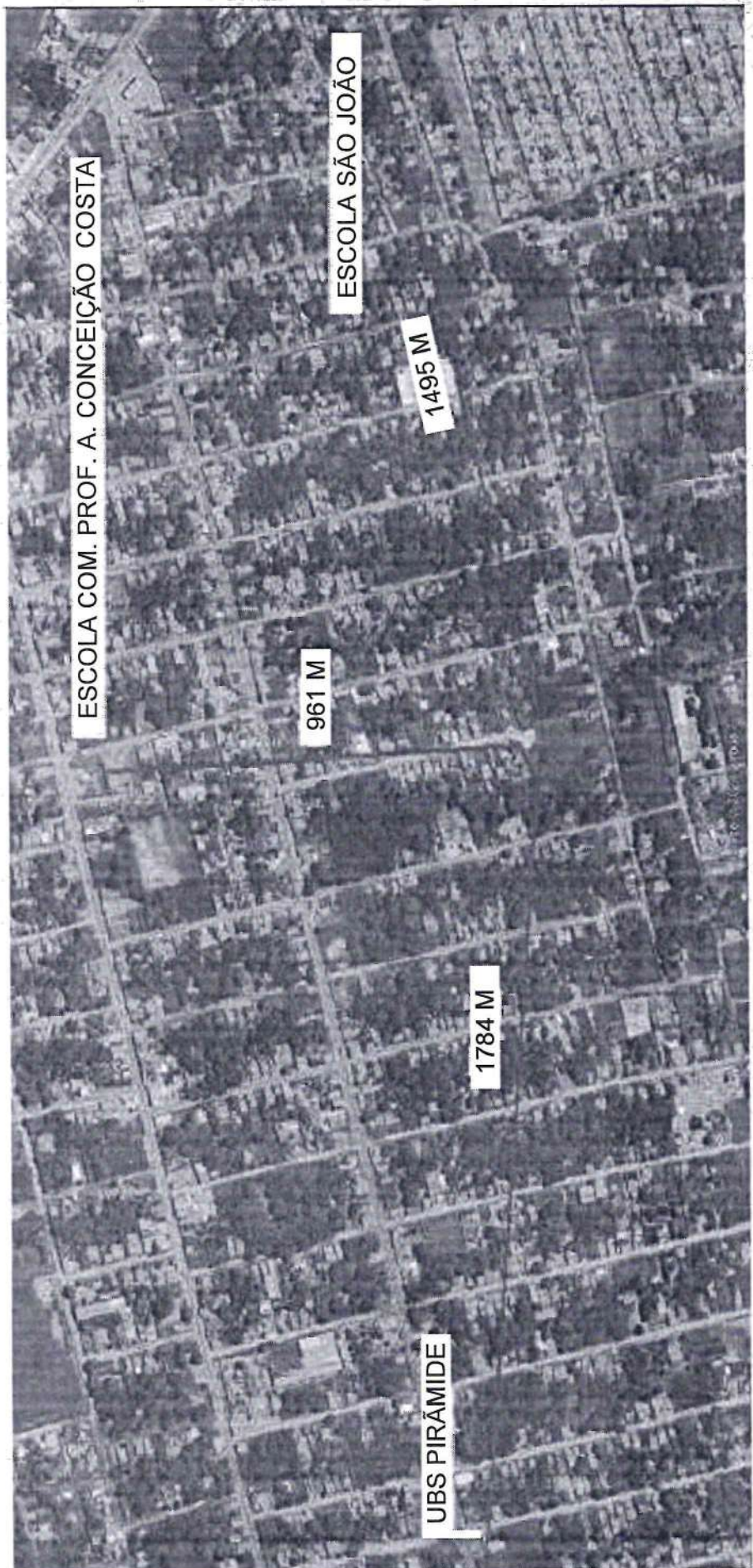
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-H - PLANTAS

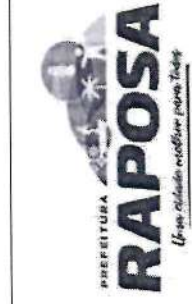
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

ANEXO I-H - PLANTAS, EM ANEXO.

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



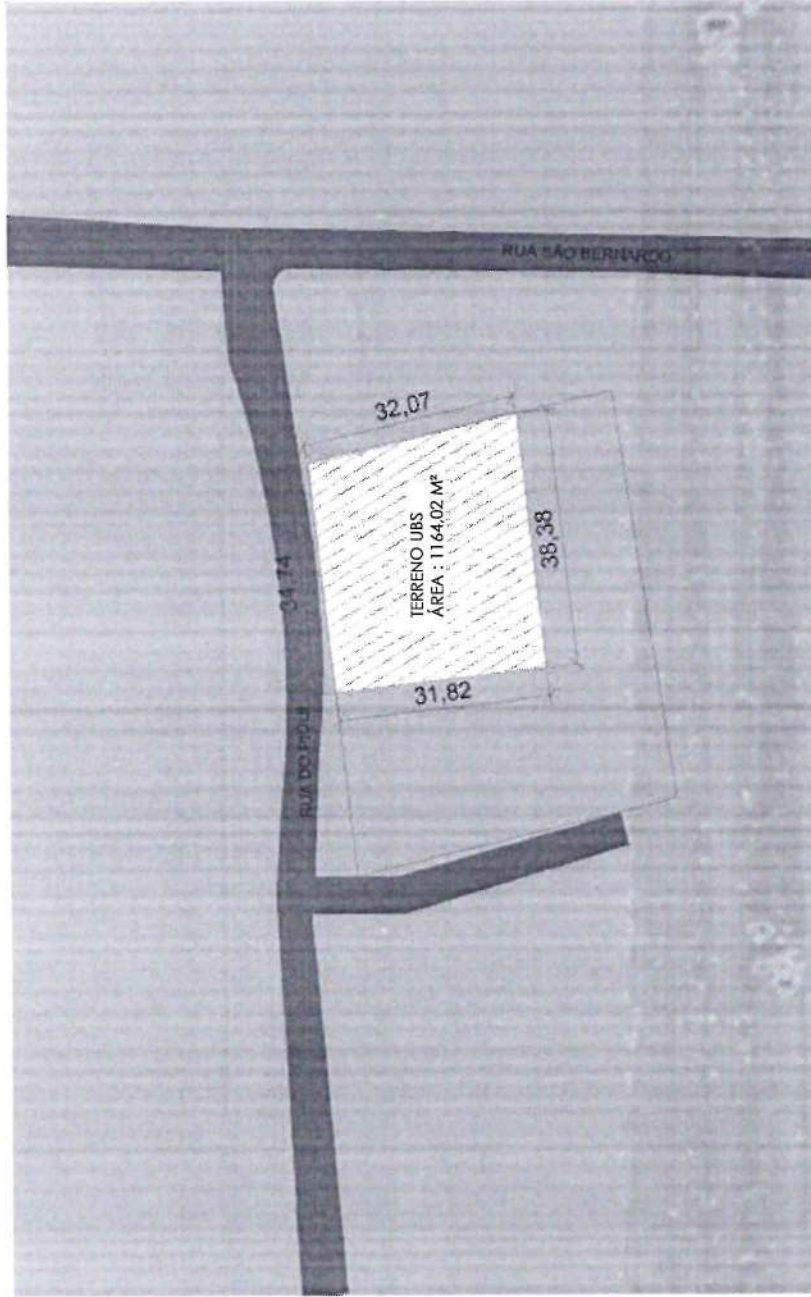
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC:S/E



TÍTULO: Unidade Básica de Saúde Tipo II- Pirâmide
ENDEREÇO DA OBRA: Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CONTEÚDO: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Raimundo N Pinheiro Jansen
CREA: 110097159-9 MA

PRANCHAS: 01/11
DATA: Outubro/2024
ESCALA: S/E



VISTA PLANTA DE SITUAÇÃO



TÍTULO:

Unidade Básica de Saúde Tipo II- Pirâmide

ENDEREÇO DA OBRA:

Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Raposa - MA

CONTEÚDO:

PLANTA DE SITUAÇÃO

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Raimundo N Pinheiro Jansen

CREA:

110097159-9 MA

PRANCHETA:

02/11

DATA: Outubro/2024

ESCALA: 1 : 100

AMBIENTES	Área	Perímetro
LABORATÓRIO	3,05 m²	7,80
CAIXA DE COMPRESSORES	1,53 m²	5,98
LABORATÓRIO	43,81 m²	79,45
LABORATÓRIO	12,12 m²	14,40
LABORATÓRIO	9,14 m²	12,22
LABORATÓRIO	7,09 m²	12,19
LABORATÓRIO	12,20 m²	12,20
LABORATÓRIO	12,20 m²	12,20
LABORATÓRIO	20,50 m²	18,71
LABORATÓRIO	20,50 m²	18,71
LABORATÓRIO	4,22 m²	8,70
LABORATÓRIO	4,31 m²	8,70
LABORATÓRIO	2,80 m²	21,76
LABORATÓRIO	12,47 m²	65,38
LABORATÓRIO	12,47 m²	65,38
LABORATÓRIO	5,31 m²	9,52
LABORATÓRIO	202,26 m²	202,42
LABORATÓRIO	1,67 m²	6,30
LABORATÓRIO	12,16 m²	13,87
LABORATÓRIO	1,13 m²	4,99
LABORATÓRIO	1,24 m²	4,55
LABORATÓRIO	1,13 m²	4,99
LABORATÓRIO	7,58 m²	11,39
LABORATÓRIO	20,33 m²	16,61
LABORATÓRIO	9,10 m²	12,20
LABORATÓRIO	5,16 m²	9,13
LABORATÓRIO	10,16 m²	12,81
LABORATÓRIO	9,29 m²	12,19
LABORATÓRIO	6,48 m²	10,70
LABORATÓRIO	2,55 m²	4,00
LABORATÓRIO	2,55 m²	4,00
LABORATÓRIO	2,55 m²	4,00
LABORATÓRIO	3,44 m²	8,20
LABORATÓRIO	6,32 m²	16,96
LABORATÓRIO	22,94 m²	22,79
LABORATÓRIO	30,07 m²	36,64
LABORATÓRIO	809,86 m²	777,89

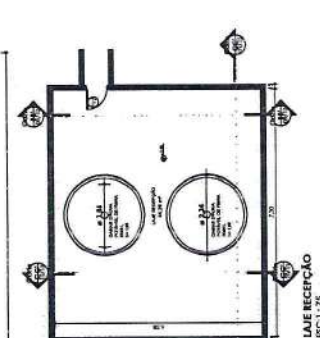
Cod.	Dimensões	Descrição
Q01	120 cm 210 cm	Porta de Madeira com uma folha do abrir
Q02	90 cm 210 cm	Porta de Madeira com uma folha do abrir
Q03	70 cm 210 cm	Porta metálica com protecção inferior e tela de protecção contra fumaça e radiações
Q04	210 cm 210 cm	Porta de Madeira com uma folha do abrir
Q05	110 cm 210 cm	Porta de alumínio com uma folha do abrir
Q06	120 cm 100 cm	Conjunto de vidro e porta de madeira e/ou folha de abrir
Q07	120 cm 210 cm	Porta de Madeira e/ou uma folha do abrir
Q08	180 cm 260 cm	Conjunto de vidro e porta de madeira e/ou folha de abrir
Q09	294 cm 213 cm	Porta de alumínio com perfis de duas folhas de abrir
Q10	170 cm 210 cm	Porta de alumínio com uma folha de abrir
P11	100 cm 210 cm	Porta de Madeira com uma folha de abrir
P12	140 cm 130 cm	Porta de alumínio com uma folha de abrir
P13	140 cm 292 cm	Porta de vidro com duas folhas de abrir
P14	80 cm 210 cm	Porta inferior de Ciner com Porta Liga com uma folha

Cód.	Quant.	Dimensões	Descrição
AT01	1	140cm x 40cm x 40	capetina fixa com laje sombreada de nylon preto
AT02	1	100cm x 40cm x 40	capetina fixa com laje sombreada de alumínio e preto
AT03	1	75 cm x 40cm x 40	base, laje fixa, grelha de alumínio e preto
AT04	15	200 cm x 80 cm x 30	grade de alumínio, preta
AT05	11	100 cm x 80 cm x 30	grade de alumínio, preta
AT06	3	150 cm x 80 cm x 30	grade de alumínio, preta
AT07	3	150 cm x 80 cm x 30	grade de alumínio, preta
AT08	3	200 cm x 220 cm x 40	grade de alumínio, preta
AT09	1	180 cm x 40 cm x 30	ventiladora, ventilação fixa
AT10	3	40 cm x 110 cm x 10	aluminó, al. preta

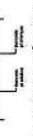
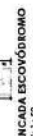
<p>PROJETO 160</p> <p>Prefeitura Municipal de Reposa</p>	<p>MODALIDADE</p> <p>Unidade Básica de Saúde Tipo II- Pirâmide</p>
<p>PROJETO 160</p> <p>Rua do Piqui, S/N., (Pirâmide) Reposa - MA</p>	<p>EMISSÃO:</p> <p>Outubro/2024</p>

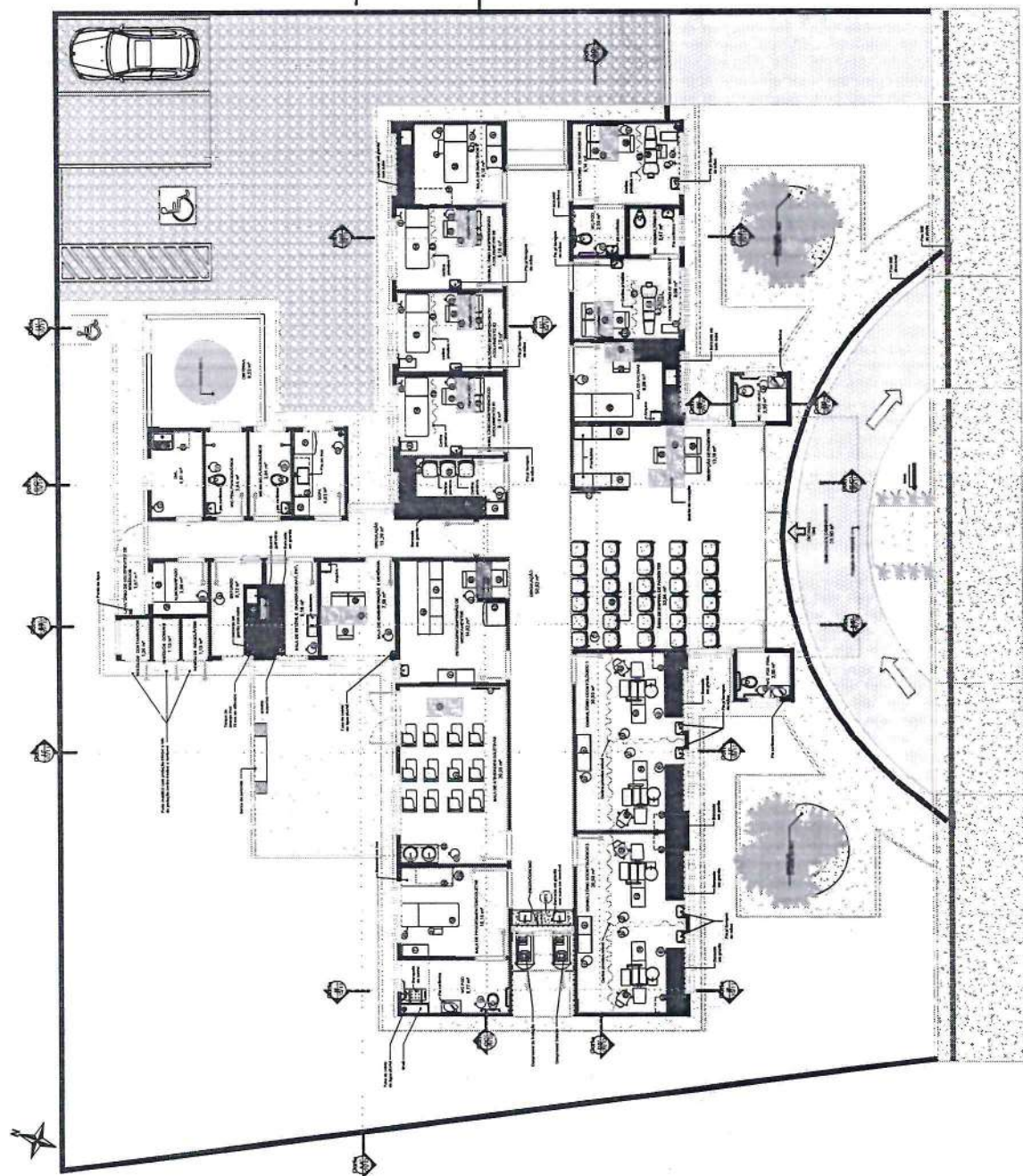
A

Área do terreno: 1.164,02 m²
Perímetro: 137,20 m



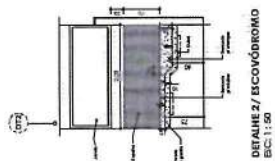
ACABAMENTOS		LEGENDA		SERIELOE ENCHAMADA
FINIS	1	Piso laminado colado sobre 20x20 cm	PAV/DE	Preparação de madeira aparente
	2	Piso laminado		Graxa
	3	Cassete		Piso acrílico
TETO	1	Lata isolante e placa acústica	ISQ/PAE	Cortacabos
	2	Mineral wool com placa acústica		Isolante em lã de vidro
	3	Fôrro de gesso		Serviço de perfil





LEGENDA

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| 1. TUBO DE LUZ | 1. AUTOCALHA |
| 2. BANHEIRO | 2. ARMÁRIO AÉREO |
| 3. COZINHA | 3. COZINHA DE CANTINA |
| 4. ARMÁRIO DE COZINHA | 4. RELÓGIO |
| 5. MACA | 5. ESTANTE COM PROTETORES |
| 6. BANDEJA | 6. BANDEJA DE SUTURA |
| 7. BANDEJA | 7. CUBA DENTÁRIA |
| 8. BANDEJA | 8. CUBA DENTÁRIA |
| 9. BANDEJA | 9. CUBA DENTÁRIA |
| 10. BANDEJA | 10. CUBA DENTÁRIA |
| 11. BANDEJA | 11. CUBA DENTÁRIA |
| 12. BANDEJA | 12. CUBA DENTÁRIA |
| 13. BANDEJA | 13. CUBA DENTÁRIA |
| 14. BANDEJA | 14. CUBA DENTÁRIA |
| 15. BANDEJA | 15. CUBA DENTÁRIA |
| 16. BANDEJA | 16. CUBA DENTÁRIA |
| 17. BANDEJA | 17. CUBA DENTÁRIA |
| 18. BANDEJA | 18. CUBA DENTÁRIA |
| 19. BANDEJA | 19. CUBA DENTÁRIA |
| 20. BANDEJA | 20. CUBA DENTÁRIA |
| 21. BANDEJA | 21. CUBA DENTÁRIA |
| 22. BANDEJA | 22. CUBA DENTÁRIA |
| 23. BANDEJA | 23. CUBA DENTÁRIA |
| 24. BANDEJA | 24. CUBA DENTÁRIA |
| 25. BANDEJA | 25. CUBA DENTÁRIA |
| 26. BANDEJA | 26. CUBA DENTÁRIA |
| 27. BANDEJA | 27. CUBA DENTÁRIA |
| 28. BANDEJA | 28. CUBA DENTÁRIA |
| 29. BANDEJA | 29. CUBA DENTÁRIA |
| 30. BANDEJA | 30. CUBA DENTÁRIA |
| 31. BANDEJA | 31. CUBA DENTÁRIA |
| 32. BANDEJA | 32. CUBA DENTÁRIA |
| 33. BANDEJA | 33. CUBA DENTÁRIA |
| 34. BANDEJA | 34. CUBA DENTÁRIA |
| 35. BANDEJA | 35. CUBA DENTÁRIA |
| 36. BANDEJA | 36. CUBA DENTÁRIA |
| 37. BANDEJA | 37. CUBA DENTÁRIA |
| 38. BANDEJA | 38. CUBA DENTÁRIA |
| 39. BANDEJA | 39. CUBA DENTÁRIA |
| 40. BANDEJA | 40. CUBA DENTÁRIA |
| 41. BANDEJA | 41. CUBA DENTÁRIA |
| 42. BANDEJA | 42. CUBA DENTÁRIA |
| 43. BANDEJA | 43. CUBA DENTÁRIA |
| 44. BANDEJA | 44. CUBA DENTÁRIA |
| 45. BANDEJA | 45. CUBA DENTÁRIA |
| 46. BANDEJA | 46. CUBA DENTÁRIA |
| 47. BANDEJA | 47. CUBA DENTÁRIA |
| 48. BANDEJA | 48. CUBA DENTÁRIA |
| 49. BANDEJA | 49. CUBA DENTÁRIA |
| 50. BANDEJA | 50. CUBA DENTÁRIA |
| 51. BANDEJA | 51. CUBA DENTÁRIA |
| 52. BANDEJA | 52. CUBA DENTÁRIA |
| 53. BANDEJA | 53. CUBA DENTÁRIA |
| 54. BANDEJA | 54. CUBA DENTÁRIA |
| 55. BANDEJA | 55. CUBA DENTÁRIA |
| 56. BANDEJA | 56. CUBA DENTÁRIA |
| 57. BANDEJA | 57. CUBA DENTÁRIA |
| 58. BANDEJA | 58. CUBA DENTÁRIA |
| 59. BANDEJA | 59. CUBA DENTÁRIA |
| 60. BANDEJA | 60. CUBA DENTÁRIA |
| 61. BANDEJA | 61. CUBA DENTÁRIA |
| 62. BANDEJA | 62. CUBA DENTÁRIA |
| 63. BANDEJA | 63. CUBA DENTÁRIA |
| 64. BANDEJA | 64. CUBA DENTÁRIA |
| 65. BANDEJA | 65. CUBA DENTÁRIA |
| 66. BANDEJA | 66. CUBA DENTÁRIA |
| 67. BANDEJA | 67. CUBA DENTÁRIA |
| 68. BANDEJA | 68. CUBA DENTÁRIA |
| 69. BANDEJA | 69. CUBA DENTÁRIA |
| 70. BANDEJA | 70. CUBA DENTÁRIA |
| 71. BANDEJA | 71. CUBA DENTÁRIA |
| 72. BANDEJA | 72. CUBA DENTÁRIA |
| 73. BANDEJA | 73. CUBA DENTÁRIA |
| 74. BANDEJA | 74. CUBA DENTÁRIA |
| 75. BANDEJA | 75. CUBA DENTÁRIA |
| 76. BANDEJA | 76. CUBA DENTÁRIA |
| 77. BANDEJA | 77. CUBA DENTÁRIA |
| 78. BANDEJA | 78. CUBA DENTÁRIA |
| 79. BANDEJA | 79. CUBA DENTÁRIA |
| 80. BANDEJA | 80. CUBA DENTÁRIA |
| 81. BANDEJA | 81. CUBA DENTÁRIA |
| 82. BANDEJA | 82. CUBA DENTÁRIA |
| 83. BANDEJA | 83. CUBA DENTÁRIA |
| 84. BANDEJA | 84. CUBA DENTÁRIA |
| 85. BANDEJA | 85. CUBA DENTÁRIA |
| 86. BANDEJA | 86. CUBA DENTÁRIA |
| 87. BANDEJA | 87. CUBA DENTÁRIA |
| 88. BANDEJA | 88. CUBA DENTÁRIA |
| 89. BANDEJA | 89. CUBA DENTÁRIA |
| 90. BANDEJA | 90. CUBA DENTÁRIA |
| 91. BANDEJA | 91. CUBA DENTÁRIA |
| 92. BANDEJA | 92. CUBA DENTÁRIA |
| 93. BANDEJA | 93. CUBA DENTÁRIA |
| 94. BANDEJA | 94. CUBA DENTÁRIA |
| 95. BANDEJA | 95. CUBA DENTÁRIA |
| 96. BANDEJA | 96. CUBA DENTÁRIA |
| 97. BANDEJA | 97. CUBA DENTÁRIA |
| 98. BANDEJA | 98. CUBA DENTÁRIA |
| 99. BANDEJA | 99. CUBA DENTÁRIA |
| 100. BANDEJA | 100. CUBA DENTÁRIA |



DETALHE 2/ ESCOVÓDROMO
B.C. 1:50



BANCADA ESCOVÓDROMO.
B.C. 1:50



3D PERSPECTIVA ESCOVÓDROMO
B.C.

PLANTA DE LAYOUT

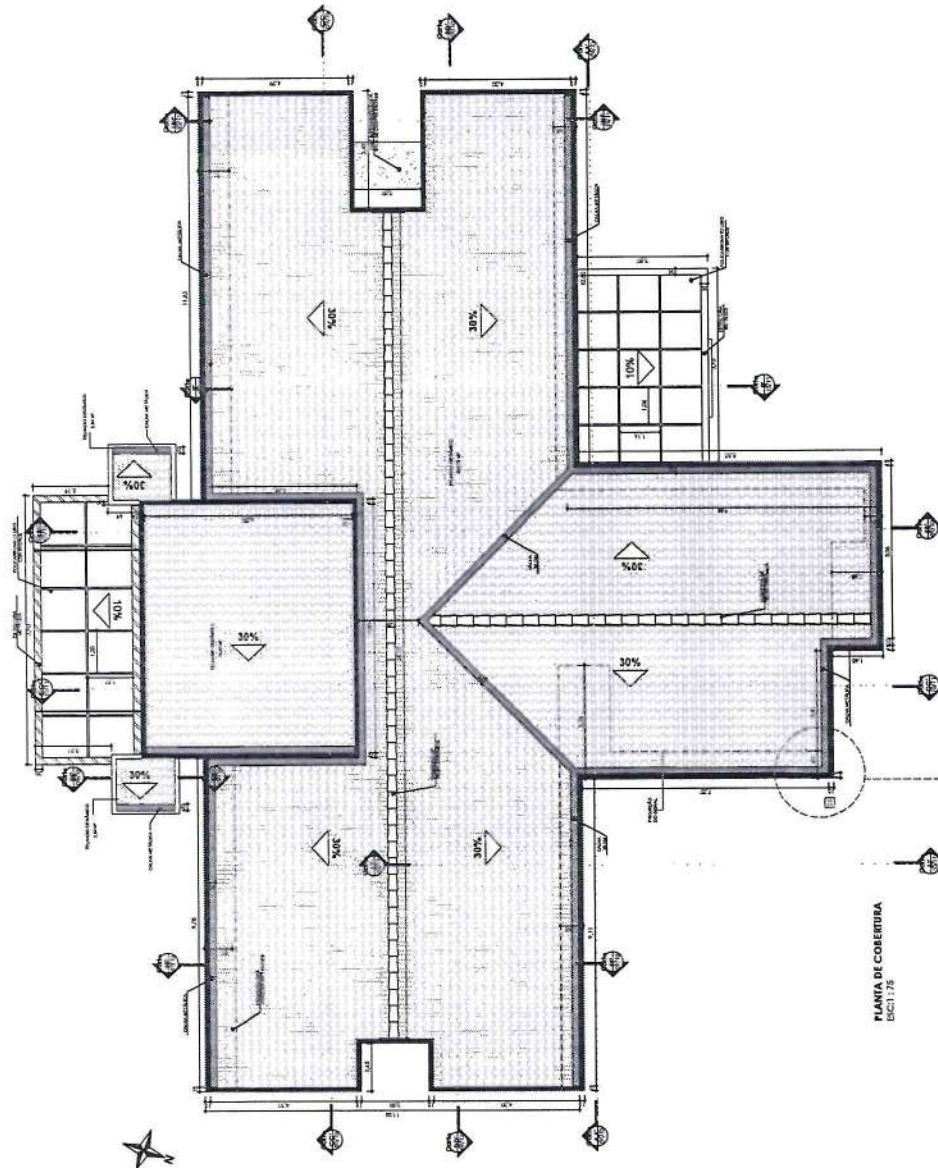
PROPOSTA
Unidade Básica de Saúde Tipo II - Pirâmide
PROPOSTA
Prefeitura Municipal de Raposa
Unidade
Outubro/2024



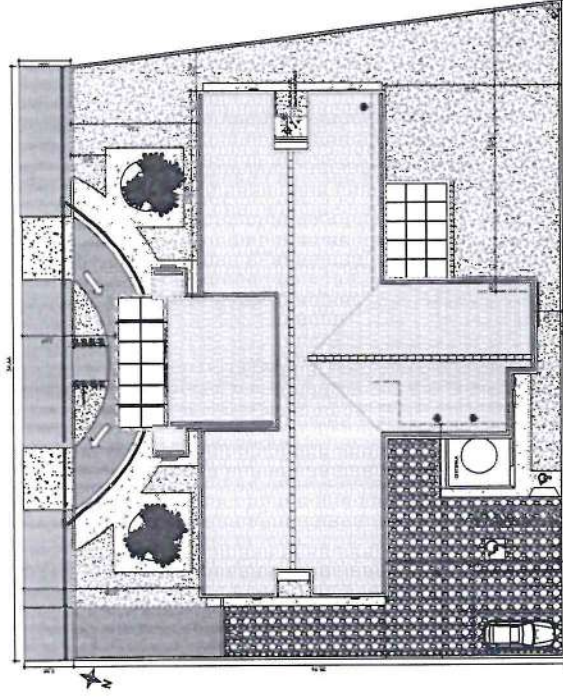
Área do terreno: 1.164,02 m²
Perímetro: 137,20 m

A1

PLANTA BAIXA LAYOUT
B.C. 1:25



PLANTA DE COBERTURA
ESCI 1:75

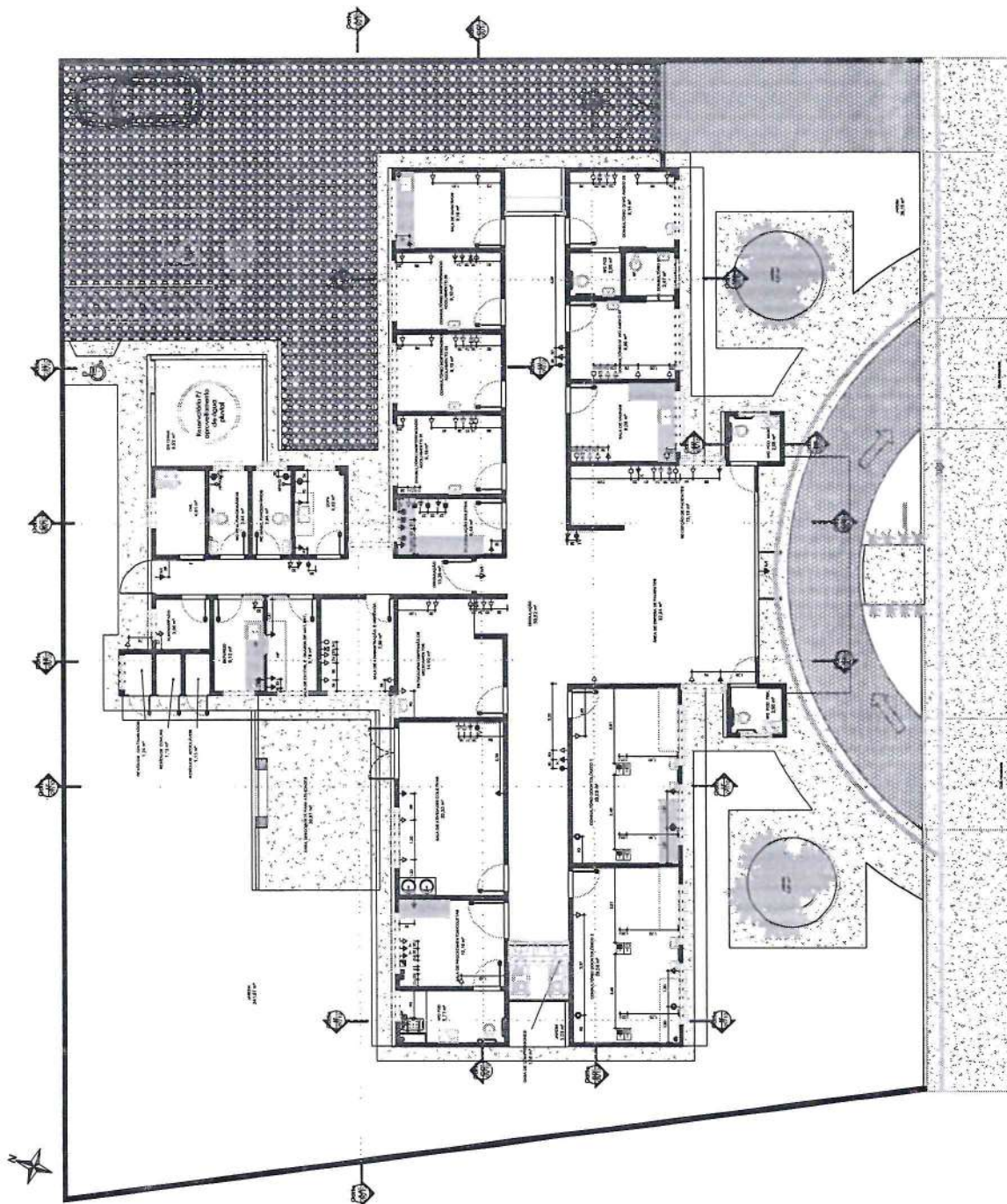


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCI 1:150

- LEGENDA
- CALHA METÁLICA (20 CM DE LARGURA)
 - PROJEÇÃO DO ESPRISO
 - 30% PORCENTAGEM E SENTIDO DA AQUÍLDO TELADO
 - DETALHAMENTO MENOR

ÁREA	
TELHADO CERÂMICO	50,74 m²
MANEJOS	45,94 m²
CALHAS	198,75 m²

PLANTA DE COBERTURA E IMPLANTAÇÃO	
PROPOSTA: Unidade Básica de Saúde Tipo II - Pirâmide	PROPOSTA: Prefeitura Municipal de Raposa
ENDEREÇO DA OBRA: Rua do Piqui, 341, (Pirâmide) Raposa - MA	DATA: Outubro/2024
	
ESCALA: 1:150	FORMATO: A1
ÁREA DO TERRENO: 1.164,02 m²	DATA: 05/11
PERÍMETRO: 137,20 m	



Quant.	Descrição	Quant.
1	Ponto de oxigênio portátil	1
1	Ponto de ar comprimido portátil	1
4	Ponto de ar comprimido medicinal embudo no piso	4
4	Ponto de vácuo embudo no piso	4
1	Ponto de chamada de enfermagem	1
6	1,65 do piso acabado	6
6	Ponto de ar comprimido medicinal embudo	6
6	1,10 do piso acabado	6

Quant.	Descrição	Quant.
3	Luz de Emergência	3
2	Ponto de TV	2
11	Ponto lógico 0,30 m	11
3	Ponto lógico 1,50 m	3
1	Símbolo de emergência	1
20	tomada 10A 1,30 m seção	20
6	tomada 10A 1,20 m seção	6
51	tomada 10A h=0,30 m seção 1	51
2	tomada 10A h=1,65 1 seção	2
2	tomada 10A h=2,20 1 seção	2
9	tomada 10A telefone 1 h=0,30 m seção	9
2	tomada 20A 0,30 m 1 seção	2
3	tomada 20A 1,30 m 1 seção	3
3	tomada 20A h=2,00 m 1 seção	3

PLANTA DE PONTOS ELÉTRICOS

Assessoria: **Unidade Básica de Saúde Tipo II - Pirâmide**

Execução: **Projeto Arquitetônico**

Localização: **Rua do Brasil, S/N, (Pirâmide) Raposa - MA**

Revisão: **Outubro/2024**

RAPOSA
Engenharia e Arquitetura

Assessoria: **Unidade Básica de Saúde Tipo II - Pirâmide**

Execução: **Projeto Arquitetônico**

Localização: **Rua do Brasil, S/N, (Pirâmide) Raposa - MA**

Revisão: **Outubro/2024**

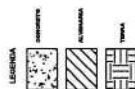
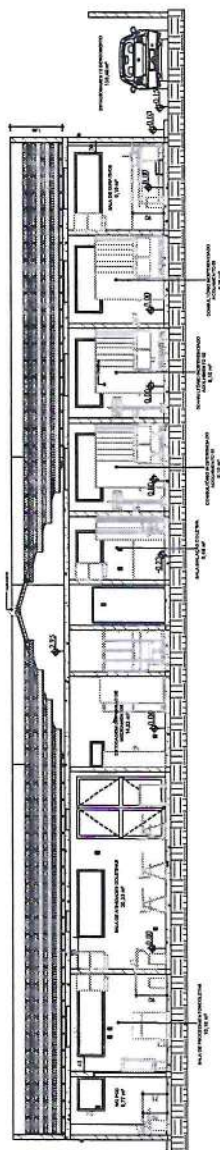
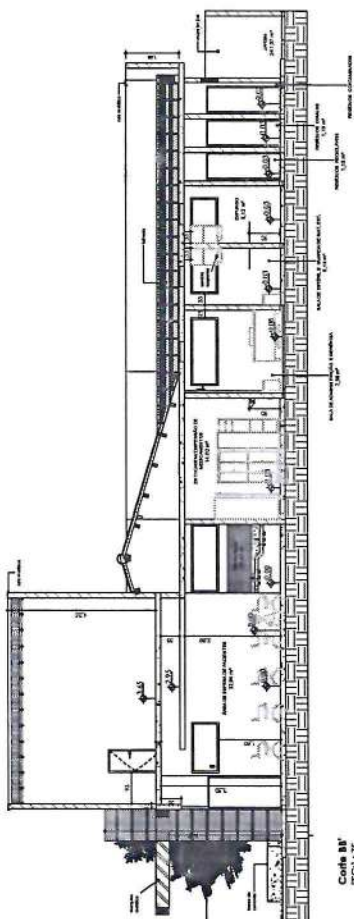
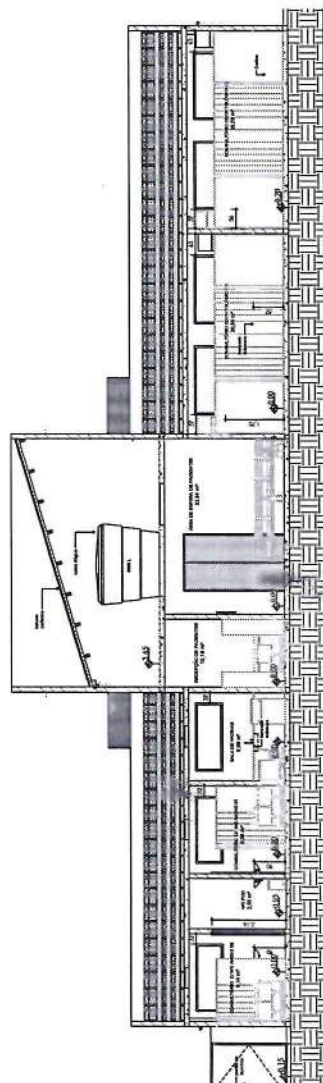
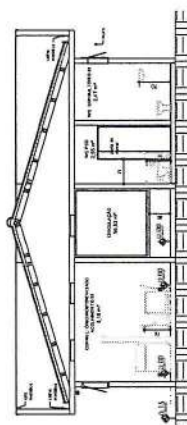
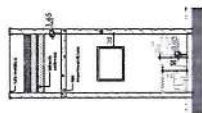
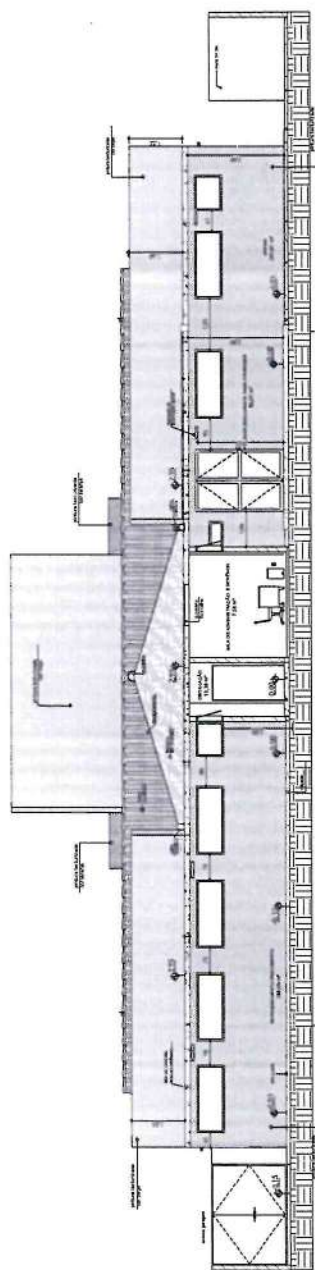
A1

Área do terreno: 1.164,02 m²

Perímetro: 137,20 m

06/10

PLANTA DE PONTOS ELÉTRICOS
BC175

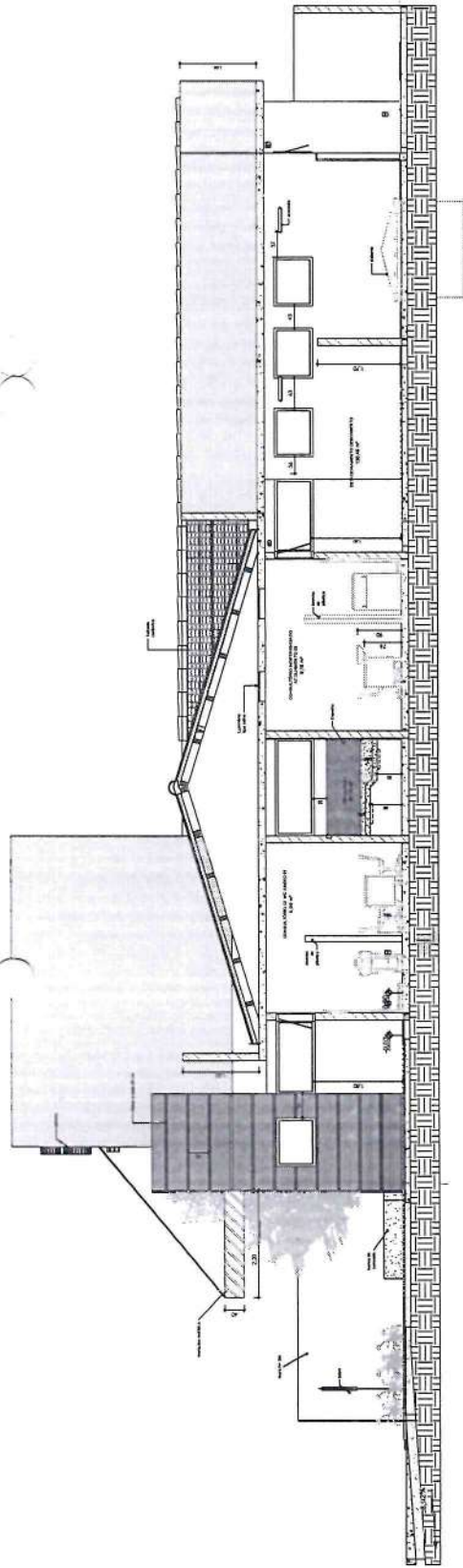


CORTESI

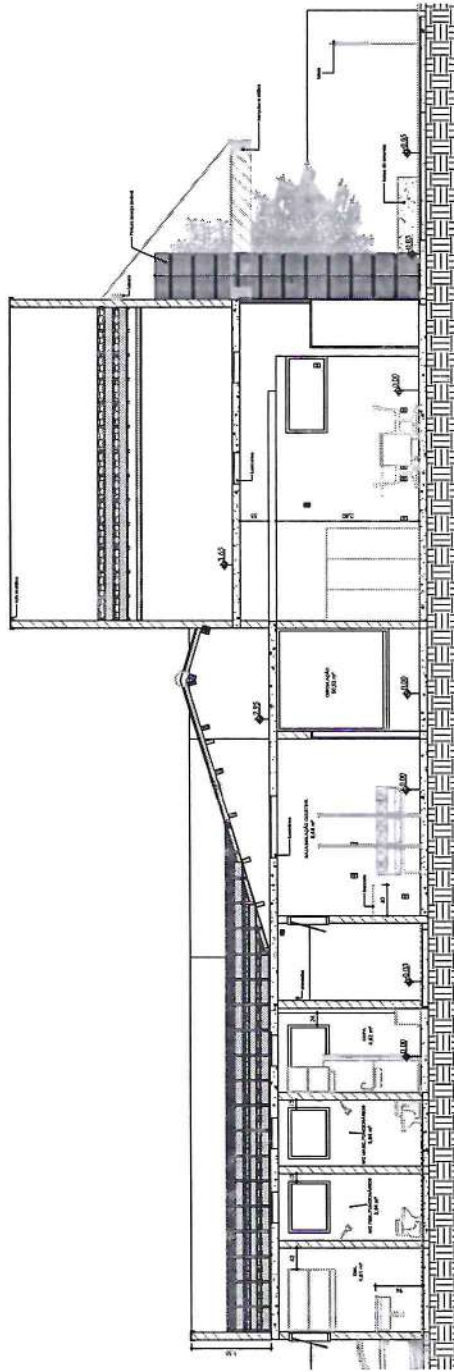
LOCALIDADE	PROFESSOR(AO)
Unidade Básica de Saúde Tipo II- Pirâmide	Professora Municipal de Rapsosa
ENDEREÇO DA OBRA:	ENDEREÇO:
Rua do Plaqu, S/N., (Pirâmide) Rapsosa - MA	Outubro/2024

RAPOSA
 1985-1986
 1987-1988
 1989-1990
 1991-1992
 1993-1994
 1995-1996
 1997-1998
 1999-2000
 2001-2002
 2003-2004
 2005-2006
 2007-2008
 2009-2010
 2011-2012
 2013-2014
 2015-2016
 2017-2018
 2019-2020
 2021-2022
 2023-2024
 2025-2026
 2027-2028
 2029-2030
 2031-2032
 2033-2034
 2035-2036
 2037-2038
 2039-2040
 2041-2042
 2043-2044
 2045-2046
 2047-2048
 2049-2050
 2051-2052
 2053-2054
 2055-2056
 2057-2058
 2059-2060
 2061-2062
 2063-2064
 2065-2066
 2067-2068
 2069-2070
 2071-2072
 2073-2074
 2075-2076
 2077-2078
 2079-2080
 2081-2082
 2083-2084
 2085-2086
 2087-2088
 2089-2090
 2091-2092
 2093-2094
 2095-2096
 2097-2098
 2099-2100
 2101-2102
 2103-2104
 2105-2106
 2107-2108
 2109-2110
 2111-2112
 2113-2114
 2115-2116
 2117-2118
 2119-2120
 2121-2122
 2123-2124
 2125-2126
 2127-2128
 2129-2130
 2131-2132
 2133-2134
 2135-2136
 2137-2138
 2139-2140
 2141-2142
 2143-2144
 2145-2146
 2147-2148
 2149-2150
 2151-2152
 2153-2154
 2155-2156
 2157-2158
 2159-2160
 2161-2162
 2163-2164
 2165-2166
 2167-2168
 2169-2170
 2171-2172
 2173-2174
 2175-2176
 2177-2178
 2179-2180
 2181-2182
 2183-2184
 2185-2186
 2187-2188
 2189-2190
 2191-2192
 2193-2194
 2195-2196
 2197-2198
 2199-2200
 2201-2202
 2203-2204
 2205-2206
 2207-2208
 2209-2210
 2211-2212
 2213-2214
 2215-2216
 2217-2218
 2219-2220
 2221-2222
 2223-2224
 2225-2226
 2227-2228
 2229-2230
 2231-2232
 2233-2234
 2235-2236
 2237-2238
 2239-2240
 2241-2242
 2243-2244
 2245-2246
 2247-2248
 2249-2250
 2251-2252
 2253-2254
 2255-2256
 2257-2258
 2259-2260
 2261-2262
 2263-2264
 2265-2266
 2267-2268
 2269-2270
 2271-2272
 2273-2274
 2275-2276
 2277-2278
 2279-2280
 2281-2282
 2283-2284
 2285-2286
 2287-2288
 2289-2290
 2291-2292
 2293-2294
 2295-2296
 2297-2298
 2299-2300
 2301-2302
 2303-2304
 2305-2306
 2307-2308
 2309-2310
 2311-2312
 2313-2314
 2315-2316
 2317-2318
 2319-2320
 2321-2322
 2323-2324
 2325-2326
 2327-2328
 2329-2330
 2331-2332
 2333-2334
 2335-2336
 2337-2338
 2339-2340
 2341-2342
 2343-2344
 2345-2346
 2347-2348
 2349-2350
 2351-2352
 2353-2354
 2355-2356
 2357-2358
 2359-2360
 2361-2362
 2363-2364
 2365-2366
 2367-2368
 2369-2370
 2371-2372
 2373-2374
 2375-2376
 2377-2378
 2379-2380
 2381-2382
 2383-2384
 2385-2386
 2387-2388
 2389-2390
 2391-2392
 2393-2394
 2395-2396
 2397-2398
 2399-2400
 2401-2402
 2403-2404
 2405-2406
 2407-2408
 2409-2410
 2411-2412
 2413-2414
 2415-2416
 2417-2418
 2419-2420
 2421-2422
 2423-2424
 2425-2426
 2427-2428
 2429-2430
 2431-2432
 2433-2434
 2435-2436
 2437-2438
 2439-2440
 2441-2442
 2443-2444
 2445-2446
 2447-2448
 2449-2450
 2451-2452
 2453-2454
 2455-2456
 2457-2458
 2459-2460
 2461-2462
 2463-2464
 2465-2466
 2467-2468
 2469-2470
 2471-2472
 2473-2474
 2475-2476
 2477-2478
 2479-2480
 2481-2482
 2483-2484
 2485-2486
 2487-2488
 2489-2490
 2491-2492
 2493-2494
 2495-2496
 2497-2498
 2499-2500
 2501-2502
 2503-2504
 2505-2506
 2507-2508
 2509-2510
 2511-2512
 2513-2514
 2515-2516
 2517-2518
 2519-2520
 2521-2522
 2523-2524
 2525-2526
 2527-2528
 2529-2530
 2531-2532
 2533-2534
 2535-2536
 2537-2538
 2539-2540
 2541-2542
 2543-2544
 2545-2546
 2547-2548
 2549-2550
 2551-2552
 2553-2554
 2555-2556
 2557-2558
 2559-2560
 2561-2562
 2563-256

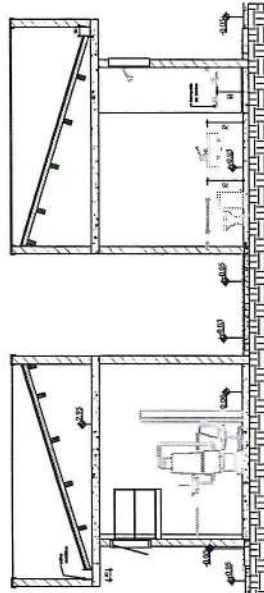
Área do terreno: 1.184,02 m²
Perímetro: 137,20 m



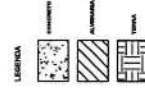
Corte II
Esc. 1:50



Corte II
Esc. 1:50

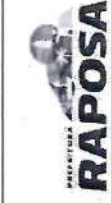


Corte II
Esc. 1:50



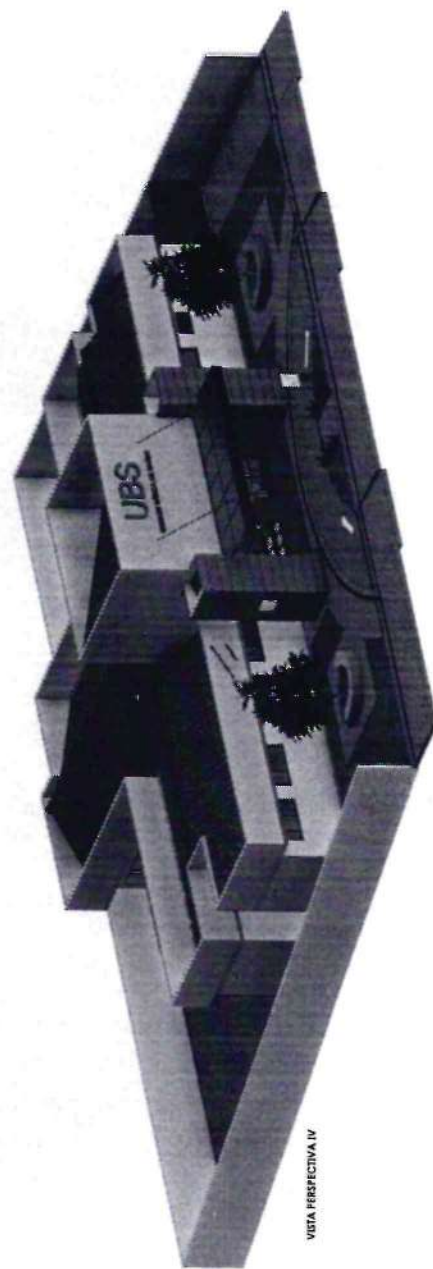
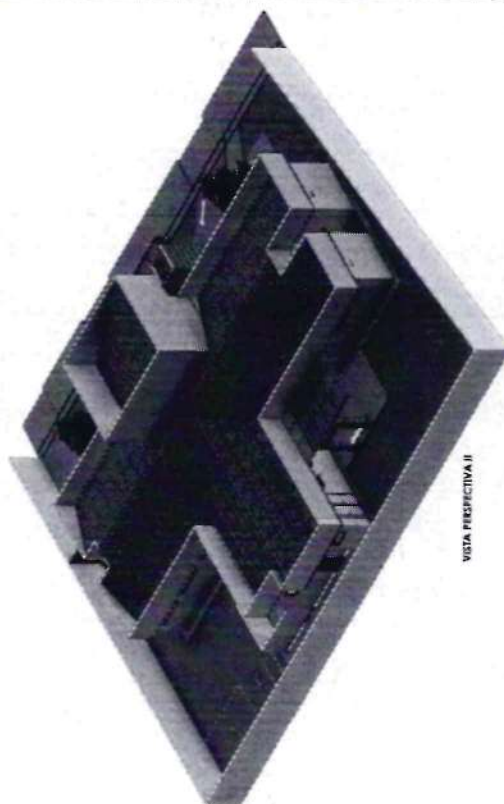
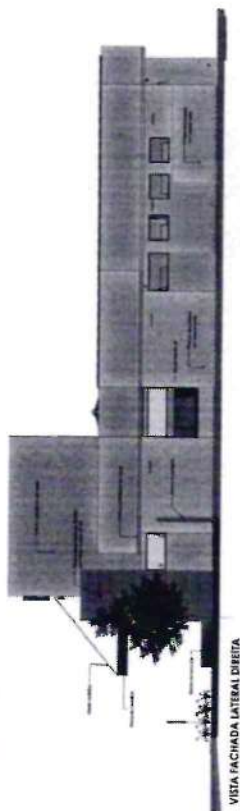
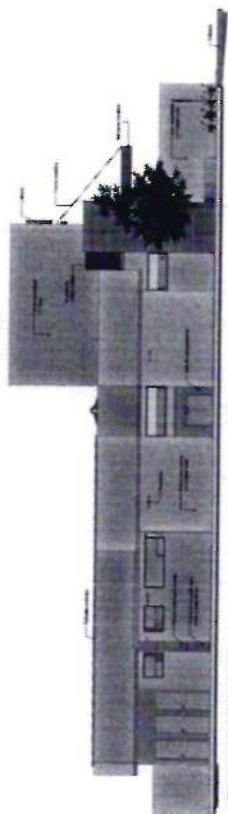
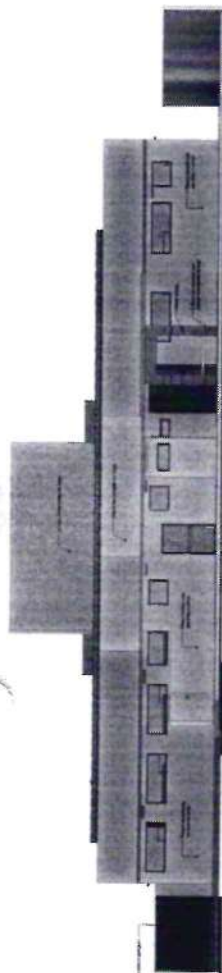
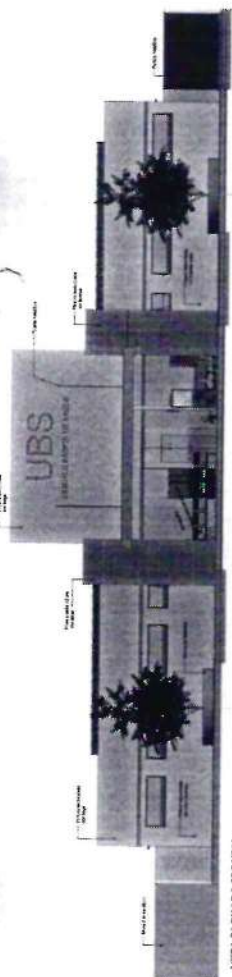
CORTES II

Projeto de
Unidade Básica de Saúde Tipo II - Pirâmide
Prestação Municipal de Raposa
RUA DO PÍQUÊ, S/N, (Pirâmide) Raposa - MA
Ocupação
Outubro/2024



PROJETO DE
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
CONTEÚDO: 4 PÁGINAS
LAYOUT: 27/11/2023
FORMATO:
A1

Área do terreno: 1.154,02 m²
Perímetro: 137,20 m
10/11



FACHADAS E PERSPECTIVAS

Rua do Papai S/N - (P)lanalto Raposa - BA CEP: 44.000-000		Município de Raposa Estado de Bahia	
Área do Imóvel: 1.164,02 m² Perímetro: 137,20 m		FOLHA 11/11	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - SEMIT

ANEXO I-I - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS - PROJETO PADRONIZADO PADRÃO 02 - MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, CONFORME PROPOSTA Nº 14049.7070001/24-002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS.

**ANEXO I-I - ANOTAÇÃO DE
RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART, EM
ANEXO.**

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN
Assessor Técnico/Engenheiro Civil
CREA/MA nº 6593/D



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240809815

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

SUBSTITUIÇÃO à
MA20240807319

1. Responsável Técnico

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

RNP: 1100971599

Registro: 1100971599MA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA

AVENIDA PRINCIPAL

Complemento:

Cidade: RAPOSA

Bairro: CENTRO

UF: MA

CPF/CNPJ: 01.612.325/0001-98

Nº: S/N

CEP: 65138000

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Agricultura familiar

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO PEQUI

Complemento:

Cidade: RAPOSA

Data de Início: 07/08/2024

Finalidade: Infraestrutura

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA

Bairro: PIRÂMIDE

UF: MA

Previsão de término: 20/08/2024

Código: 65138-000

Coordenadas Geográficas: -2.471986, -44.161116

Nº: S/N

CEP: 65138000

CPF/CNPJ: 01.612.325/0001-98

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

81 - Projeto Arquitetônico > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.4 -
EM MATERIAIS MISTOS

Quantidade

Unidade

361,51

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO 2 (UBS PIRÂMIDE)

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

gov.br

Documento assinado digitalmente

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN

Data: 19/08/2024 10:48:01-0300

Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JANSEN - CPF: 418.298.323-87

Local

de

data

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA - MA - CNPJ: 01.612.325/0001-98

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: 14/08/2024

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 8Ab2b
Impresso em: 14/08/2024 às 11:12:50 por: , ip: 177.54.139.82

www.creama.org.br
Tel: (98) 2106-8300

atendimento@creama.org.br
Fax: (98) 2106-8303

CREA-MA
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Estado do
Maranhão

